KARISA LORENA CARMO BARBOSA PINHEIRO

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MOSSORÓ

[Histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1.772 até os dias atuais]

CEFET-RN Editora

KARISA LORENA CARMO BARBOSA PINHEIRO

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MOSSORÓ:

Histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1.772 até os dias atuais

MOSSORÓ/RN

2007

(VERSO COM FICHA CATALOGRÁFICA)

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da fé.

Aos meus pais, pela vida em toda a sua plenitude.

Ao meu marido Hélio e ao meu filho Álvaro, pela compreensão e paciência em todos aqueles momentos que lhe foram roubados.

Ao Prof. Orientador Pedro de Lima, pela presença encorajadora e paciente.

Aos mestres, pelo apoio e incentivo à pesquisa.

Às dificuldades e aos obstáculos que surgiram ao longo dos últimos quatro anos, pela lição de persistência que tive de aprender para chegar ao fim.

(VERSO EM BRANCO)

APRESENTAÇÃO

Analisar a relação entre a divisão territorial do trabalho e o processo de expansão urbana da cidade de Mossoró, entendida aqui como a produção e ocupação do espaço, foi o principal objetivo perseguido ao longo de quatro anos de pesquisa científica para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado que aqui toma a forma de livro.

Ficou evidente então, que a expansão urbana verificada em Mossoró, desde a sua formação como povoamento em 1772 até os dias atuais, se identifica com o processo de urbanização brasileiro cujo crescimento é determinado pelo desenvolvimento capitalista. Assim sendo, a expansão foi determinada pelas diversas especializações econômicas impostas pela divisão territorial do trabalho que se manifesta à nível inter-regional e por vezes, internacional.

Cada especialização então, determinou um momento da expansão urbana da cidade. A saber, houveram:

a) A *especialização pecuarista*, entre 1772 e 1857, quando a expansão urbana era tímida, se resumia a uma praça comercial que recebia mercadorias do Aracati visando atender uma ampla área rural;

b) A *especialização empório comercial*, entre 1857 e 1930, quando a expansão urbana tomou um importante impulso com a concentração de capitais públicos e privados;

c) A *especialização salicultora e agro-industrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista*, entre

1930 e 1970, quando a expansão urbana ligou-se à fixação da classe operária no solo urbano, e desenvolveu-se ao longo de um importante eixo – a estrada ferroviária;

d) A *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal intervencionista*, durante a década de 1970, quando a expansão urbana se caracterizou pelo acelerado ritmo de crescimento, pela reutilização de alguns espaços, e pela segregação espacial de populações carentes;

e) A *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal neoliberal*, de 1980 até aos dias atuais, quando a expansão urbana reduziu bruscamente seu ritmo, ocorrendo somente pequenas alterações em espaços existentes. Com o foco nas políticas sociais, entraram em cena diversos programas de erradicação de favelas.

Enfim, a estrutura territorial está profundamente articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a social e a política, que se manifestam em escala nacional, regional e local. E somente dentro de um panorama histórico e conceitual, apreendido a partir de uma análise multidisciplinar, foi possível explicar a expansão urbana da cidade desde sua formação em 1772 até os dias atuais.

Karisa Lorena Carmo Barbosa Pinheiro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.1: Estado do Rio Grande do Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão 38

FIGURA 2.2: Caminhos do gado através dos currais instalados no Rio Grande do Norte e Paraíba 40

FIGURA 2.3: Capitania do Rio Grande: primitivos caminhos e primeiras vilas e freguesias – séc. XVIII 42

FIGURA 2.4: Vilas criadas na Província do Rio Grande do Norte até 1900 47

FIGURA 2.5: Principais estradas de ferro e rodovias no RN, cuja construção iniciou-se no período 1880-1915 50

FIGURA 2.6: Principais cidades e portos na rota de exportação de algodão no RN (1880-1915) 50

FIGURA 2.7: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1772 56

FIGURA 2.8: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1810 58

FIGURA 2.9: Limites municipais da Freguesia de Santa Luzia do Mossoró 67

FIGURA 2.10: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró.

1861-1870 68

FIGURA 2.11: Planta da Cidade de Mossoró. 1868 69

FIGURA 2.12: Planta da Cidade de Mossoró. 1883 75

FIGURA 2.13: Planta da Cidade de Mossoró. 1917 80

FIGURA 2.14: Ferrovias e rodovias construídas no Rio Grande do Norte no período de 1880-1930 82

FIGURA 2.15: Planta da Cidade de Mossoró. 1926 84

FIGURA 3.1: Planta da Cidade de Mossoró. 1966 109

FIGURA 4.1: Planta da Cidade de Mossoró. 1975 138

FIGURA 4.2: Zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró. 1975 142

FIGURA 4.3: Principais eixos de expansão urbana. 1975 144

FIGURA 5.1: Planta da Cidade de Mossoró. 1982 175

FIGURA 5.2: Planta da Cidade de Mossoró. 1994 194

FIGURA 5.3: Planta da Cidade de Mossoró. 2002 201

FIGURA 5.4: Assentamentos Subnormais da Cidade de Mossoró – 2004 210

FIGURA 6.1: Expansão urbana da cidade de Mossoró. 1772-2002 235

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1: Evolução demográfica de Mossoró. 1755-1873 71

GRÁFICO 2.2: Evolução demográfica de Mossoró. 1873-1927 85

GRÁFICO 3.1: Evolução demográfica de Mossoró. 1927-1970 .,..... 112

(VERSO EM BRANCO)

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1: Divisão do espaço norte-riograndense em 1.775 41

TABELA 2.2: Crescimento da população do RN de 1775 a 1940 44

TABELA 2.3: Exportações em quilos 48

TABELA 3.1: Estabelecimentos industriais de algodão existentes no Rio Grande do Norte em 1942 96

TABELA 3.2: Parque industrial de Mossoró no período de 1938-1942 105

TABELA 3.3: Situação da indústria de Mossoró em relação à mão-de-obra empregada e ao capital social em 1968 114

TABELA 5.1: População total e População Economicamente Ativa (PEA) por setores de atividade em Mossoró, 1960-1980 168

TABELA 5.2: Empresas cadastradas pela Federação das Indústrias – FIERN 171

TABELA 5.3: Demonstrativo das áreas irrigáveis no Projeto de Assentamento. Programação para 1997 197

(VERSO EM BRANCO)

LISTA DE SIGLAS

ACIM	Associação do Comércio e Indústria de Mossoró
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAERN	Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte
CAERN	Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte
CDI	Companhia de Desenvolvimento Industrial
CDM/RN	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte
CEASA	Centrais de Abastecimento S/A
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIDA	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário
CIMPARN	Companhia de Implantação de Projetos Agropecuários do RN
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
COEX	Comitê de Fitossanidade do Rio Grande do Norte
COFERN	Companhia de Fomento Econômico do Rio

	Grande do Norte
COHAB	Companhia de Habitação
CONTACAP	Programa de Apoio a Gestão de Organizações de Pequenos Produtores
COSERN	Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
DATANORTE	Companhia de Processamento de Dados do RN
DER/RN	Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBTU	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EMBRATUR	Entidade Turismo do Governo Brasileiro
EMPROTURN	Empresa de Turismo do Rio Grande do Norte
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
FAMOSA	Fiação de Algodão Mocó S/A
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FINOR	Fundo de Investimentos para o Nordeste
FIPLAN	Fundo de Financiamento do Planejamento Local Integrado
FMI	Fundo Monetário Internacional

GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBES	Instituto Brasileiro do Sal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDUL	Instituto Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local
INOCOOP	Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais
INPASA	Indústria de Papéis S/A
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
MAISA	Mossoró Agroindústria S/A
PAC	Programa de Ação Concentrada
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PDDES	Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social
PEA	População Economicamente Ativa
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro SA
PIF	Certificação da Produção Integrada de Frutas
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular

PLASMOL	Plásticos de Mossoró Ltda
PND	Plano de Desenvolvimento Nacional
PROÁLCOOL	Programa Brasileiro de Álcool
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSH	Programa de Subsídio e Interesse Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN-RN	Secretaria de Planejamento Urbano do Rio Grande do Norte
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SFH	Sistema Financeiro Habitacional
SNPLI	Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TELERN	Companhia de Telecomunicações do Rio Grande

	do Norte
TELERN	Companhia de Telecomunicações do Rio Grande do Norte
TEXITA	Indústria Têxtil Tangará
UERN	Universidade Regional do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USIBRÁS	Usina Brasileira de Óleos e Castanhas

SUMÁRIO

1. Introdução 01

1.1 O tema e a contextualização do objeto de estudo 01

1.2 A relevância do problema estudado 07

1.3 Objetivos 09

1.4 Metodologia da pesquisa 10

1.4.1 Aspectos teóricos e metodológicos: Urbanização e migração 14

1.5.1 A transformação do padrão de urbanização brasileiro 17

1.5.2 A importância da mobilidade populacional no processo de urbanização do Brasil 23

2. Mossoró em vias de urbanização: do Período Colonial até os anos 30 27

2.1 Considerações iniciais: a ocupação do território e a divisão territorial do trabalho na Capitania do Rio Grande 27

2.1.1 Mossoró pastoril: suporte à atividade açucareira da Capitania 41

2.1.2 A ribeira de Mossoró 42

2.1.3 A Freguesia de Santa Luzia 45

2.3 Mossoró Empório Comercial: a formação de um centro regional 49

2.3.1 A Vila de Mossoró 49

2.3.2 A Cidade de Mossoró 56

3. **M**ossoró em vias de industrialização e planejamento: dos anos 30 aos 70 73

3.1 **C**onsiderações iniciais: política de industrialização, planejamento urbano e seus reflexos na economia do Estado do Rio Grande do Norte 74

3.2 **A** formação da indústria salineira e agrário-exportadora de Mossoró e seus reflexos no espaço urbano da cidade 82

4. **M**ossoró em vias de modernização produtiva e acelerada expansão urbana: os anos 70 97

4.1 **C**onsiderações iniciais: planos, os programas regionais, e a ampla modernização dos setores produtivos estaduais durante a década de 1970 98

4.2 **A**s políticas públicas e sua ação em Mossoró: os novos rumos da expansão urbana nos anos 70 103

5. **M**ossoró em vias de globalização: dos anos 80 até aos dias atuais 117

5.1 **C**onsiderações iniciais: a ação estatal e seus reflexos no Estado do Rio Grande do Norte 117

5.1.1 **O** esgotamento das políticas públicas e seus reflexos na configuração urbana do Estado durante a década de 1980 117

5.1.2 **A** globalização e a redução do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico a partir da década de 1990 129

5.2 **O** uso do solo e a segregação urbana em Mossoró: à guisa da crise nos anos 80 132

5.3 **A**s políticas sociais e a reutilização do uso do solo em Mossoró: à guisa da globalização a partir dos anos 90 144

6. **C**onclusão: Os padrões das transformações socioeconômicas e seus reflexos na expansão urbana 162

Referências bibliográficas 180

Bibliografia 182

Anexos

(VERSO EM BRANCO)

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Ao investigar o processo de expansão urbana da cidade de Mossoró, desde a sua formação como povoamento, em 1772, até os dias atuais, foi necessário considerar o pensamento teórico sobre os processos de urbanização, para responder à seguinte questão-chave: **Que fatores impulsionam a expansão urbana de uma cidade?**

O conceito de urbanização não se restringe ao crescimento físico dos artefatos, as cidades ou seus prolongamentos materiais pelo meio geográfico circundante. Compreende também, a difusão das subjetivações desenvolvidas no interior das cidades pelas outras cidades e pelos meios geográficos circundantes (GONÇALVES, 1995).

Assim sendo, a problemática urbana não pode ser compreendida apenas a partir do estudo da estrutura territorial,

> "*...só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural, que afeta tanto o campo como a cidade, e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos. Na verdade, hoje mais do que no passado, estes aspectos não passam de uma primeira aparência de um processo mais profundo de transformação da estrutura de classes e dos modos de produção*

presentes." (SINGER, 1998:27).

O espaço produzido ou as formas de urbanização expressam o caráter da formação econômico-social produtora. Assim, as cidades se estruturam no meio natural adaptando-o de modo a propiciar um ambiente adequado à realização das atividades econômicas e sociais humanas, e uma das principais características do sistema econômico e social nos último dois séculos é a organização de formas de produção especializadas, exigências do livre mercado e da busca do lucro, pilastras básicas do sistema capitalista (Marx in: DEMO, 1995).

Devido à especialização, espaços urbanos dentro de uma mesma cidade podem ser segmentados, por exemplo, em áreas predominantemente comerciais e de serviços (localizadas em regiões da cidade que propiciem instalações adequadas e de fácil acesso aos compradores e clientes, visando maiores lucros para as atividades instaladas), áreas residenciais (de fácil acesso aos locais de trabalho e às atividades sociais, de lazer, comércio e serviços), e áreas destinadas à produção industrial (de fácil acesso a insumos e fácil escoamento da produção). Obviamente a existência de tais áreas especializadas não exclui a existência de outras de uso misto, onde duas ou mais atividades se sobrepõem.

Cada um dos setores econômicos e sociais da cidade tem, portanto, além de seu espaço físico, seus interesses e aspirações individuais ou setoriais, que visam alcançar o lucro e o melhor desempenho de suas funções. Estes podem ser coincidentes entre si ou conflitantes, o que exige a criação de instrumentos capazes de organizar e mediar tais conflitos – são os instrumentos de planejamento e regulamentação. Desse modo, podemos afirmar, em linhas gerais, que existem duas forças básicas agindo sobre o ambiente da cidade: a primeira, surgindo dos interesses e aspirações individuais ou setoriais, e a outra, que muitas vezes é chamada de interesse da

coletividade, buscando organizar, planejar e regulamentar os interesses diversos e muitas vezes conflitantes.

Como tanto o ambiente natural quanto as atividades econômicas e sociais humanas se transformam no tempo, os espaços das cidades também se transformam, basicamente de duas maneiras: adaptando novos territórios e conseqüentemente expandindo seu perímetro, ou readaptando áreas para novos usos e funções, formando assim uma estrutura territorial intrínseca a cada cidade.

Vale salientar que, nesse processo de expansão urbana ou de reestruturação das cidades visando adaptar o meio físico para o desempenho de novas funções socioeconômicas, significativa soma de recursos é investida tanto pelo poder público como por toda a sociedade, razão esta capaz de transformar uma cidade em expansão num pólo atrativo de imigração de populações vizinhas, como é o caso da cidade de Mossoró, objeto de estudo do presente trabalho.

Assim sendo, a expansão urbana da cidade de Mossoró não se trata de um fenômeno isolado, também expressa o caráter da formação econômico-social produtora em que se encontra. Dessa forma, a cidade de Mossoró se identifica com o processo de urbanização latino-americano, cujo processo de crescimento é determinado pelo desenvolvimento capitalista.

Segundo SINGER (1998), o sistema econômico implantado pelos europeus na América Latina, quando da sua colonização, tinha por objetivo geral a obtenção de um excedente comerciável que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e vendido nos mercados europeus. Surge então, na América Latina, uma rede urbana criada para sustentar o sistema de exploração colonial que, aos poucos, passou a desenvolver as forças produtivas, acarretando uma gradual ampliação e diversificação de suas funções.

O ponto de partida para esse processo foi, provavelmente, a expansão das forças produtivas na Europa, a partir do século XVIII, que abriu mercados para os novos produtos coloniais. Até que, com a crise da economia colonial, a partir da crise mundial pela qual passa o capitalismo no início do século XX, ocorreu o ressurgir precário do artesanato nas áreas rurais e surtos de industrialização nas áreas urbanas. A partir daí, vai se consolidando a divisão de trabalho entre cidade e campo. Tão logo, a cidade passa a crescer rapidamente e a exigir uma enorme demanda de alimentos, e as velhas formas de exploração do campo são quase que abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso, uma agricultura capitalista, cujos produtos alcançam preços competitivos com lucros maiores.

Então, a partir de meados do século XX, surge uma nova etapa da urbanização na América Latina, que se caracterizou pelo seu acelerado crescimento, pelo desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, e pela formação de uma rede urbana truncada e desarticulada, onde há concentração dos benefícios nas regiões e cidades mais vinculadas às metrópoles externas. Ocorre, portanto, enorme desequilíbrio entre regiões, entre cidades e entre os meios urbano e rural, e conseqüentemente uma acentuação do subdesenvolvimento (SINGER, 1998).

Somente dentro desse panorama histórico e conceitual, torna-se possível compreender o surgimento e a expansão urbana da cidade de Mossoró, que assumiu a condição urbana desde meados do século XIX. Desde então, se sucederam diversas especializações econômicas que garantiram a sua condição de centro regional para onde convergem diversos contingentes populacionais das áreas circunvizinhas.

Assim sendo, esta pesquisa, tomando como objeto de estudo o

processo de expansão urbana da cidade de Mossoró, teve como hipótese que o mesmo foi impulsionado por diversas especializações econômicas, por sua vez, manifestadas de acordo com o processo de divisão do trabalho inter-regional.

Tudo isso foi investigado como parte de um processo de organização espacial mais amplo, como já defendia SINGER (1998) desde a década de 1970, em seus estudos sobre urbanização e movimentos migratórios. Dentro desta ótica, a hipótese que constituiu o fio condutor da pesquisa, pode ser expressa esquematicamente, da seguinte forma:

DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

⇩

ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA

⇩

EXPANSÃO URBANA

Onde:

a) A divisão territorial do trabalho é a variável independente, que influencia, determina ou afeta; fator causa. É entendida aqui como a divisão das atividades entre as regiões do país, especialmente entre as desenvolvidas (exportadoras de bens manufaturados) que detêm o capital e o poder e as subdesenvolvidas (exportadoras de matéria-prima), com mão-de-obra barata e geralmente com industrialização tardia. No Brasil, a experiência mostra que a divisão acentua as desigualdades existentes entre regiões pobres e ricas, assim como a interdependência econômica estabelecida entre elas a partir do

advento do capitalismo;

b) A especialização econômica é a variável interveniente, que é conseqüência da variável independente e determinante da variável dependente. É entendida aqui como a principal atividade econômica da cidade, quando a cidade se "especializa" em funções que fazem parte de um processo produtivo mais amplo. É capaz de reestruturar, modernizar, estimular a elaboração de políticas de ação, novos programas e projetos estratégicos, visando enfrentar o desafio dos avanços do processo produtivo. No caso de Mossoró, seu processo histórico apresentou várias especializações: a pecuária, o empório comercial, a extração mineral, a agroindústria, a extração de petróleo, a fruticultura irrigada;

c) A expansão urbana é a variável dependente, que é influenciada, determinada ou afetada; fator efeito. Aqui entendida como o processo de produção e ocupação do espaço. Correlaciona a história social da cidade com seus processos de constituição do território no âmbito municipal e no âmbito da estrutura urbana, funções não só dos interesses locais, como também dos interesses externos, que são os maiores beneficiários do sistema de utilização dos recursos produzidos. Assim, a cidade de Mossoró é entendida como a inscrição histórica do trabalho social no espaço. No seu interior e fora dele, atividades, mercados, produtos e mobilidades interagem com os conteúdos de sua espacialidade, definindo sua lógica, estrutura, dinâmica e relações. É assim, uma relação complexa entre as formas físicas (seu sítio, seu traçado, o gabarito das construções, seu tamanho) e as formas sociais que definem as relações de dominação e de sujeição.

Quanto à metodologia adotada, esta pesquisa se baseou na premissa de que para cada fenômeno existe uma ou mais causas e de que é válida a tentativa de elucidá-las (VARGAS, 1985:105). Foi realizado então, um estudo descritivo com recurso à pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental e à pesquisa de campo.

Ao analisar a produção do espaço urbano da cidade de Mossoró, buscou-se refletir o processo que determinou a organização desse espaço com as formas que apresenta, como também, as condições atuais que caracterizam a área em observação.

Em resumo, o foco dessa abordagem é o processo de expansão urbana da cidade de Mossoró, que será compreendido a partir da investigação de sua estrutura territorial profundamente articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a social e a política, que se manifestam em escala nacional, regional e local. Pois, de acordo com FELIPE (1982:149), "(...) *As modificações no espaço urbano de Mossoró estão inseridas em um contexto de divisão social e territorial do trabalho, como bem demonstra o processo histórico de organização daquela sociedade*".

Importa destacar também que, a partir da investigação dessas estruturas, em geral relacionadas a políticas públicas locais e regionais, tornou-se possível encontrar explicações para o aumento da população em todos os momentos do crescimento econômico da cidade; sendo possível também, relacionar a mobilidade populacional verificada nas regiões circunvizinhas, à evolução urbana da cidade, destacando as alterações no tamanho e na morfologia das suas áreas.

Dessa forma, foi possível "espacializar" (no sentido de mostrar a distribuição espacial) na planta da cidade de Mossoró, os processos políticos, econômicos, e sociais que provocaram a evolução urbana da cidade desde sua

formação como povoamento em 1772.

Visando desenvolver o objeto de estudo de acordo com o "fio condutor" da hipótese, o livro foi dividido em cinco partes principais:

- Capítulo 2 – refere-se aos dois primeiros momentos do processo de expansão urbana da cidade de Mossoró. Compreende o periodo entre 1772, quando se deu a construção da Capela de Santa Luzia, considerada o marco inicial para o surgimento do povoamento, e 1930, quando se deu o fim da Primeira República. Nesse período, a cidade passou por duas especializações na divisão inter-regional do trabalho, inicialmente a atividade pecuária e posteriormente o Empório Comercial. Importa destacar que, guardadas as devidas proporções, nesse período ocorreu o momento mais dinâmico da história da cidade, pois em um curto espaço de tempo (1842-1870), Mossoró cumpriu todas as etapas politicas necessárias para se elevar de povoamento a cidade;
- Capítulo 3 – refere-se ao terceiro momento do processo de expansão urbana da cidade. Compreende o período entre 1930 e 1970, quando Mossoró assume uma nova especialização econômica – a de indústria salicultora e agrário-exportadora, visando atender a crescente demanda por produtos primários, como o algodão e o sal, gerada pela industrialização do Centro-Sul do País. Esse capítulo ressalta, também, a ação governamental que teve início na década de 1930 com a ideologia do *desenvolvimentismo* do Estado Novo[1], e se prolongou até a década de 1950 com a incorporação e reforço do corpo burocrático Estatal, que iria comandar a industrialização e a urbanização brasileira até a década de 1980. Essa ação, num primeiro

[1] Também conhecida como Era Vargas, 1930-1945.

momento, criou diretrizes de incentivos ao desenvolvimento industrial; e num segundo momento, institucionalizou o planejamento urbano a nível nacional, dando ênfase principalmente a políticas habitacionais, iniciando então a ideologia do *intervencionismo* estatal;

- Capítulo 4 – refere-se ao quarto momento da expansão urbana da cidade. Compreende o período da década de 1970, quando Mossoró deixa de ser apenas um centro repassador de matéria-prima, para também ser um centro prestador de serviços. Dentro da ideologia do *intervencionismo* estatal, a ampliação e a modernização dos setores produtivos municipais é ponto de debate. A cidade vivencia mais especialização – a exploração do petróleo – que provoca uma significativa reestruturação econômica e espacial na cidade;
- Capítulo 5 – refere-se ao quinto momento da expansão urbana da cidade. Compreende o período que vai de 1980 até os dias atuais, quando Mossoró continua a ser um centro prestador de serviços, dentro de um novo panorama político-econômico nacional. A ação governamental é ponto de debate nesse capítulo. Com o fim da ideologia do *intervencionismo* estatal, e a emergência da ideologia do *neoliberalismo*, a partir de meados da década de 1980, o Estado reduz seu papel de promotor do desenvolvimento e delega à iniciativa privada essa responsabilidade. Surgem parcerias entre o capital público e privado, e, desde o ano 2000, o foco das políticas públicas, agora chamadas de políticas sociais, são as ações emergenciais para amenizar os efeitos da extrema pobreza da maior parte da população brasileira. A cidade de Mossoró vivencia mais uma especialização – a fruticultura irrigada;
- Capítulo 6 – refere-se à conclusão da pesquisa, estabelecendo os

moldes das transformações ocorridas no espaço urbano da cidade de Mossoró, desde a sua formação em 1772 até os dias atuais; importando destacar também, suas causas e seus efeitos na atual configuração da cidade.

Concluindo, a pesquisa que deu origem a elaboração desse livro, propôs uma abordagem que, ao contrário da maioria dos estudos urbanos brasileiros (que enfocam com exclusividade as grandes cidades ou metrópoles), contribuísse para explicar os processos que ocorrem nas cidades de pequeno ou médio porte, como é o caso da cidade de Mossoró.

Vale lembrar que, a pesquisa ocorreu, num momento importante da história do planejamento em Mossoró, ou seja, num momento de tomada de decisões e de novos rumos para o desenvolvimento citadino. Existe, nesse momento, um projeto de lei complementar que cria o novo Plano Diretor de Mossoró, elaborado a partir de uma minuta aprovada recentemente, em 09/10/2006, por 40 delegados dos diversos segmentos da sociedade. O projeto foi enviado à Câmara Municipal de Mossoró, para apreciação e votação, depois de passar pelas comissões técnicas. A lei entrará em vigor brevemente, por se tratar de lei de natureza não-tributária.

Além disso, os estudos sobre a produção e ocupação do espaço mossoroense podem contribuir para a compreensão das leis do objeto urbano, ou seja, das leis que regem um processo de urbanização. E um momento bastante apropriado é agora, pois Mossoró, depois de quase duplicar sua população a cada 10 ou 20 anos no período 1940/1991, apresenta hoje uma clara tendência à estabilização. Passada a fase de crescimento explosivo, tem-se agora a possibilidade de se dedicar ao entendimento dos fenômenos que regem seu processo de expansão e estruturação urbana.

A pesquisa, dada a sua importância ao se voltar para a cidade de maior

economia da zona oeste do estado, também pretende, ao investigar o processo de urbanização mossoroense, dar prosseguimento a uma trajetória de estudos, pesquisas e publicações de diversos autores, que têm como universo de estudo a cidade de Mossoró, além de contribuir para o debate local sobre urbanização e planejamento urbano, no Estado do Rio Grande do Norte.

(VERSO EM BRANCO)

CAPÍTULO 2

MOSSORÓ EM VIAS DE URBANIZAÇÃO: Do período colonial até os anos 30

Nos primórdios da colonização brasileira, as cidades surgiam lentamente. Em busca de bons pastos, já que os terrenos a beira-mar estavam reservados para o plantio de cana-de-açúcar[2], os homens adentravam os sertões, tangendo o gado, fixando-se em fazendas.

Com o tempo, as fazendas cresciam. Então logo se doava um pedaço de terra para a construção de uma igreja; terra doada a Padroeira. E começavam a surgir casas ao redor da igreja. Surgiam os povoados, as vilas, as cidades. A fazenda de gado foi responsável pela fixação da população no interior nordestino. O relevo e a vegetação pouco densa das caatingas permitiam a fixação do gado sem qualquer trabalho preliminar de desbastamento do solo. Os afloramentos salinos, comuns no interior nordestino, serviam de lambedouros para o gado, fundamentais para a sua alimentação. As fazendas geralmente eram construídas as margens de um rio. E fazendeiros e colonos moravam nelas durante muitos anos sem precisarem de maiores deslocamentos para sobreviver. Vale salientar também que, as

[2] Um decreto real de 1701 conservava as dez primeiras léguas - aproximadamente 65 Km - como área exclusivamente de agricultura.

fazendas não necessitavam de muita gente para o trabalho; um só homem era suficiente para cuidar de aproximadamente 250 cabeças de gado.

Com Mossoró o mesmo aconteceu. No entanto, somente a abordagem histórica dentro do contexto do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, favorece uma análise multidisciplinar do processo de urbanização que se deu nessa cidade. Assim sendo, neste presente trabalho, a urbanização será entendida como um processo de localização das atividades econômicas e populações dentro do Estado.

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

No Período Colonial, o território que hoje compreende o Estado do Rio Grande do Norte, pertencia à Capitania do Rio Grande, grande faixa territorial concedida pela Coroa Portuguesa a um empreendedor privado, denominado donatário. A ocupação do território da Capitania, durante muito tempo, se deu através do Regime de Sesmarias (de 1549 a 1822), quando o donatário doava frações de terras – as sesmarias, a qualquer requerente que apresentasse posses e condições de cultivar a terra[3] (ANDRADE, 1998).

[3] Em 1534, a Coroa Portuguesa inicia o processo colonizador com a instituição do Regime de Capitanias Hereditárias, onde a Coroa concedia o direito de uso e o título de propriedade a um pequeno número de empreendedores privados (denominados donatários) dispostos a colonizar as novas terras, sem ônus para Portugal. Logo, em 1549, com o fracasso desse regime que ainda perdurou até o século XVIII, foi implantado o Regime de Sesmarias (Lei de 26 de Maio de 1375) em terras brasileiras, onde o donatário dava a posse da terra, e não a propriedade a seu titular (denominado sesmeiro). Com a crise do regime colonial, foi promulgada a Resolução de 17 de Julho de 1822, que pôs fim ao Regime de Sesmarias e estabeleceu a aquisição da propriedade ao titular pelo reconhecimento da posse da terra, acelerando um processo de dominação por latifúndio que perdura até os dias atuais.

Paralelamente ao processo legal de doação de sesmarias, ocorria a apropriação de terras por pessoas com poucos recursos – os posseiros, que se instalavam em áreas menos acessíveis onde cultivavam suas roças e mantinham seus currais. Quando as terras eram apropriadas por senhores de prestígio, os posseiros eram obrigados a se tornar foreiros ou a migrar para terras mais distantes.

Assim sendo, no Período Colonial, surgiu o embrião de uma estrutura de classes sociais: o sesmeiro (titular da sesmaria), o foreiro (colono da sesmaria que pagava o foro ao titular da sesmaria) e o posseiro (colono livre que invadia terras alheias). Essa estrutura de classes[4], que surgiu em torno do acesso a terra, já preconizava a migração como meio necessário à sobrevivência de grande parte da população.

Conclui-se que o não-acesso a terra talvez seja o mais antigo fator de expulsão das camadas menos favorecidas, obrigando-as a migrar. E a situação agravou ainda mais com a libertação de duas classes consideradas inferiores pelo colonizador branco – a classe negra escravizada e a classe indígena "colonizada", que durante muito tempo foram totalmente excluídos do direito à posse da terra

Após destacar a estrutura de classes dos primeiros povoadores e o surgimento da cultura migratória pela falta de acesso a terra, é importante destacar a divisão territorial do trabalho na Capitania para melhor compreender o processo de ocupação do espaço potiguar.

A formação da rede urbana do Estado tem profunda ligação com a divisão territorial do trabalho que ocorreu durante o Período Colonial, e se manifestou em meados do século XVIII, no momento em que a economia

[4] A estrutura de classes aqui referida é a do colonizador branco. Para fins didáticos, o presente trabalho exclui dessa análise as classes escravizadas – a indígena e a negra, para as quais a posse da terra era impossível na época.

açucareira do litoral potiguar proporcionou o surgimento e a expansão da pecuária no Sertão. Segundo FELIPE (1982:21), *"as cidades sertanejas* [como Mossoró]*, criadas por esta divisão territorial do trabalho, tem suas funções e formas determinadas pela sua maior ou menor proximidade dos espaços de produção (o sertão), dos espaços de consumo e escoamento (o litoral)."*

A Capitania do Rio Grande tinha 3 atividades econômicas principais: algodoeira, pecuarista e açucareira. A atividade algodoeira foi a mais importante economicamente, diferente da maioria dos estados nordestinos, onde a base da economia era açucareira. O algodão teve dois importantes momentos de ascenção: na segunda metade do século XVIII, quando iniciou a Guerra da Independência norte-americana, e cerca de 100 anos depois, em função da Guerra da Secessão naquele mesmo país. Assim, o algodão fez um binômio significativo ao lado da pecuária.

Considerando a biodiversidade nordestina, o Sertão ocupava, em termos espaciais, a maior porção do território potiguar e se configurou como área de gado e algodão; já a Zona da Mata e o Agreste, que ocupavam pequena porção, representavam o reduto da cana-de-açúcar. (Ver **Figura 2.1: Estado do Rio Grande do Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão).** Assim a ocupação do Sertão no estado não diferiu dos demais estados nordestinos e se deu através da expansão da pecuária nos séculos XVII e XVIII.

Porém o desenvolvimento socioeconômico do Estado, até fins de século XIX, foi debilitado por alguns motivos (CLEMENTINO, 1995):

a) A economia do RN era eminentemente exportadora de matérias-primas – algodão, principalmente;

b) A maior parte dessas exportações se destinava somente ao mercado nacional;

c) Carecia de uma base de produção, quase todos os bens eram importados via Pernambuco.

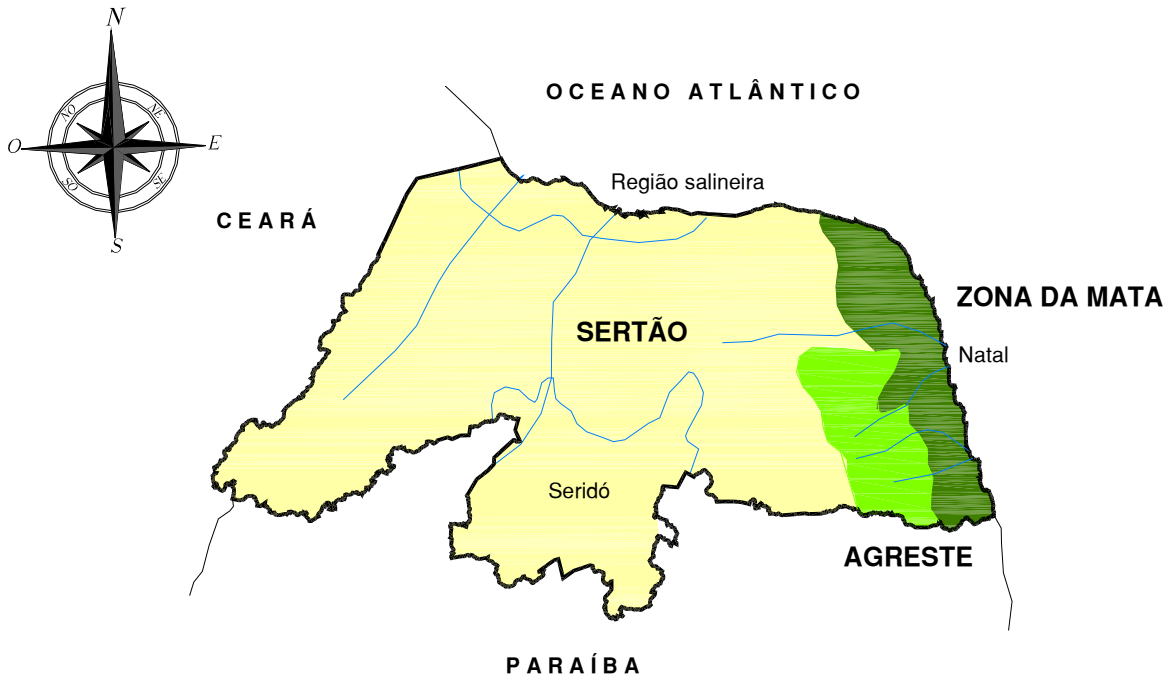


FIGURA 2.1: Estado do Rio Grande do Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão
Fonte: CLEMENTINO (1.995:51)

A atividade algodoeira, sendo a mais importante economicamente, sempre foi atrelada aos coronéis e famílias oligarcas. Esta oligarquia, ao prescindir e abortar o surgimento de uma rede urbana, fizeram um arremedo de urbanização ao substituí-las por redutos bem demarcados. Usaram o aparelho de Estado em seu próprio proveito e criaram uma cidade que é, ao mesmo tempo, centro de controle da produção agrícola voltada para exportação, mercado para manobras especulativas e centro clientelista, porém difusas e com fracos contornos urbanos. Os exemplos mais significativos são as cidades do Seridó.

Por outro lado, as atividades que mais contribuíram para a formação da rede urbana no Rio Grande do Norte foram: a criação de gado no sertão, e a atividade açucareira no litoral, apesar de não ser predominante no Estado. Quando essas atividades estavam em plena expansão, em fins do século XVIII, a ocupação do território potiguar ainda não se completara, mas parte considerável do sistema de cidades que depois se consolidou, já lançava suas raízes no território graças a essas atividades.

Nesse período estruturam-se e desenvolvem-se os "currais" ou fazendas de gado (como é o caso de Mossoró) como suporte à dinâmica da economia nordestina do açúcar. A atividade açucareira precisava do gado como fonte energética nos trapiches e como meio de transporte; e o RN se envolve no movimento criatório expansionista. A enorme extensão territorial alcançada em relativo pouco tempo pela criação de gado, fez com que as ligações entre o sertão pastoril e o litoral açucareiro se tornassem periódicas. Os exemplos mais significativos de cidades que se desenvolveram nessas rotas são as cidades de Natal e Mossoró.

O escoamento dos rebanhos das diversas ribeiras para os mercados consumidores ocorre pelos chamados "caminhos do gado". Esses caminhos constituíram a matriz do sistema urbano potiguar e lançaram, também, as raízes das atuais grandes regiões do Estado: Oeste, Central, Agreste e Leste. (Ver **Figura 2.2: Caminhos do gado através dos currais instalados no Rio Grande do Norte e Paraíba**)

Segundo MONTEIRO (2002:105),

> *"À margem dos caminhos de gado, principalmente naqueles pontos em que diferentes estradas se cruzavam, foram se estabelecendo moradores que acolhiam os condutores de boiadas, depois de suas longas viagens. Fornecendo-lhes pousada, produtos de suas lavouras e criações domésticas e os ofícios necessários ao trato com os animais – como ferrar e selar cavalos – esses núcleos de moradores deram origem, em muitos casos, a vilas e povoados, que*

se tornariam vilas. Esta foi, provavelmente a origem de algumas cidades do Rio Grande do Norte, como Caicó, Mossoró e Currais Novos."

FIGURA 2.2: Caminhos do gado através dos currais instalados no Rio Grande do Norte e Paraíba

Fonte: CLEMENTINO (1.995:97)

Forma-se então um embrião da rede urbana do Estado. Em 1775, as principais aldeias já tinham sido elevadas a vilas, e definiam suas áreas de influência ao longo dos caminhos do gado. Até o século XVIII, a Capitania só contava com oito municípios, onde cinco eram açucareiros (Natal, Extremoz,

Ares, São José e Vila Flor) e os demais ligados à expansão do ciclo do gado: Portalegre, Açu e Caicó. (Ver **tabela 2.1**)

TABELA 2.1

DIVISÃO DO ESPAÇO NORTE-RIOGRANDENSE EM 1.775

ÁREAS	RIBEIRAS	FREGUESIAS	FAZEND	ENGEN	CAPELA	FOGOS (CASAS)	POPUL. RESID.
1. Cana-de-açúcar (litoral)	Do Norte	Cidade do Natal	12	05	06	472	2.230
	Do Sul	Vila de Extremoz	16	-	-	484	1.123
		Vila de São José	25	22	-	251	205
		Vila de Ares	-	-	01	340	1.101
		Vila Flor	-	-	-	264	648
		N. S. Prazeres de Goianinha	35	-	04	1.590	6.661
2. Criação de gado (sertão)	Do Açu	Vila da Princesa do Vale (São João Batista do Açu)	90	-	03	571	2.864
	Do Apodi	Vila de Portalegre	-	-	-	78	276
		N.S. Conceição do Pau dos Ferros	06	-	03	210	2.058
		N.S. Conceição e São Francisco da Várzea	54	-	05	421	4.094
	Do Seridó	Vila do Príncipe (Caicó)	70	-	07	200	3.147
TOTAL			308	27	29	4.881	24.407

Fonte: Idéia Geral da Capitania de Pernambuco e suas anexas em Anais da Biblioteca Nacional. Vol XI, Rio de Janeiro, 1918. **In:** CLEMENTINO, 1995, p.99.

Em termos de população e vida econômica ativa destacam-se: Goianinha, no sul, como principal núcleo açucareiro, com 6.661 habitantes; São Francisco da Várzea, no Apodi, com 4.094 habitantes; e Vila do Príncipe (Caicó), no Seridó, com 3.147 habitantes.

Em 1775, as ribeiras do Açu, Apodi, e Seridó possuíam juntas 220 fazendas (ANDRADE, 1981). À medida que essas fazendas criatórias foram se instalando e o comércio de gado se desenvolvendo, diferentes caminhos surgiram ou se consolidaram, fazendo a ligação entre o interior da Capitania do Rio Grande e as capitanias vizinhas (Ver **Figura 2.3: Capitania do Rio Grande: primitivos caminhos e primeiras vilas e freguesias – séc. XVIII**).

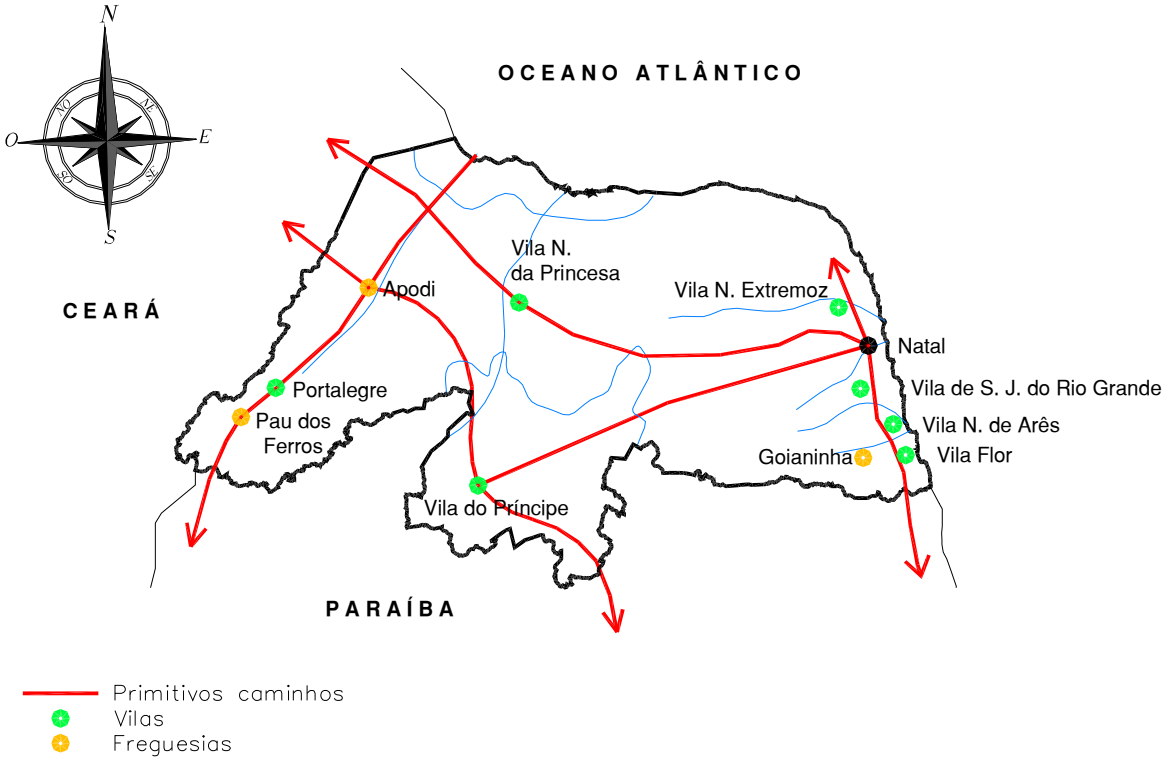


FIGURA 2.3: Capitania do Rio Grande: primitivos caminhos e primeiras vilas e freguesias Séc. XVIII

Fonte: MONTEIRO (2002:106)

A Capitania durante a expansão do movimento criatório nos séculos XVIII e XIX, se tornou uma grande fornecedora de gado para Pernambuco e Paraíba. A abundância do gado, aliada a outros fatores (as condições locais de sol, vento, baixa umidade do ar, e o fácil acesso da cabotagem) possibilitou nesse período, o surgimento das oficinas de carnes secas nas ribeiras de Mossoró e Açu, que por sua vez, permitiu a expansão das salinas da Capitania. Apesar da exportação do sal ter sido proibido pelo "contrato do estanco" [5], os proprietários das salinas norte-rio-grandenses tinham

[5] A metrópole portuguesa proibiu a partir de 1665 a implantação e desenvolvimento de salinas na colônia, visando proteger a indústria de extração do sal em Portugal. Na Capitania do Rio Grande, em 1758, através do Alvará de 7 de Dezembro foi permitido aos proprietários das salinas extraírem o produto para seu consumo, sendo proibido a exportação (CASCUDO, 1976). E somente em 1808, em virtude da vinda de D. João para

autorização para o emprego do produto; dessa forma, a indústria da carne seca assumiu grande importância no comércio do Estado.

As oficinas então, atraíram as boiadas do sertão para o abate nas ribeiras do Açu e Mossoró, e deixaram de ser levadas para as feiras pernambucanas, paraibanas e baianas, o que deformou o quadro econômico local. Segundo SANTOS (2002) as oficinas produziam tanta carne seca que prejudicou o fornecimento de gado em pé para o mercado açucareiro de Recife, que somado a outros motivos, provocou uma decisão radical do então governador de Pernambuco – D. José Tomás de Melo, que em 1788, obrigou fechar as oficinas de Açu e Mossoró. Foi um golpe na economia da capitania, o sertão então volta ao seu desenvolvimento lento, com pouca ou nenhuma expressão urbana em torno das fazendas criatórias de gado.

Em 1822, com a declaração da Independência do Brasil, as Capitanias foram divididas em Províncias, e foi também promulgada a Resolução de 18 de Julho de 1822, que pôs fim ao Regime de Sesmarias e instituiu a aquisição da propriedade pelo reconhecimento da posse da terra. O governo recém-criado acreditava que se resolveria o problema da terra e os pequenos posseiros e fixariam em suas áreas trabalhadas. Mas não foi o que aconteceu. A defesa dos "direitos" da elite latifundiária agrário-exportadora determinou a promulgação da Lei de Terras[6], que estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedades. Dessa forma, somente os grandes senhores e autoridades fizeram valer seus direitos, e definiu-se uma grande massa de trabalhadores sem acesso a terra, dispostos a migrar em busca de trabalho nas propriedades agricultoras.

---

o Brasil, através da CartaRégia de 7 de Setembro, foi permitida a exploração normal e extensiva de todas as salinas brasileiras.

[6] Lei n° 601, de 18 de Setembro de 1850.

Na Província do Rio Grande do Norte, mesmo com a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários, a população começou a crescer a taxas muito elevadas (Ver **tabela 2.2**), devido aos movimentos migratórios que convergiram para a Província durante a expansão da cana-de-açúcar e do algodão. Essa expansão se realizou no período de 1850-1870, momento em que se encerra o ciclo do gado e a Província passa a ter na agricultura sua principal atividade.

TABELA 2.2

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO RN DE 1775 A 1940

ANOS	POPULAÇÃO	ÍNDICE
1775	24.407	9.1
1810	49.250	18.3
1819	70.921	26.4
1835	87.931	32.7
1855	148.216	55.2
1870	262.307	97.7
1890	268.273	100.0
1900	274.317	102.2
1920	537.135	200.2
1940	768.018	286.2

Fonte: ARBOCZ, 1984, p.31; Censo de 1920 – Resumo Histórico dos Inquéritos, Vol. Introdução do Censo de 1920; Censo de 1940. **In:** CLEMENTINO, 1995, p.100.

Segundo SANTOS (2002:120), a expansão canavieira ocorreu entre os anos de 1845 a 1861 e deveu-se *"à desorganização do mercado mundial com a crise de produção inglesa e espanhola, que provocou um aumento da demanda do açúcar*." E vale destacar que no período entre 1860 e 1890, houve diversos incentivos do Governo Provincial, principalmente após a seca de 1877/79, através da drenagem de vales e da melhoria dos sistemas de transporte, como a construção da Estrada Federal Natal-Nova Cruz (1881/83).

Quanto à expansão algodoeira, também ocorreu na segunda metade do

século XIX. Em níveis de produção, superou a lavoura da cana-de-açúcar, visto que a cultura do algodão sempre foi acessível aos pequenos produtores e lavradores, e tinha a preferência de outras Capitanias. Seu grande impulso produtivo ocorreu durante o período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América (1862-65)[7], que possibilitou a exportação desse produto para a Inglaterra.

Nesse contexto, os anos entre 1850 e 1870, do ponto de vista econômico, foram anos de um intenso desenvolvimento comercial na Província, com o estabelecimento de comerciantes, principalmente estrangeiros, que trabalhavam com a importação de produtos manufaturados europeus e exportação de matérias-primas locais, como o algodão, couro e sal para o mercado externo. Dentre eles, destacou-se Johan Ulrich Graff, da Casa Graff, fundada provavelmente em 1865, que tinha matriz na França e filiais no Ceará e Rio Grande, nas cidades de Aracati, Natal e Mossoró.

Assim sendo, com o advento das atividades de importação e exportação nas cidades portuárias, inclusive Mossoró (o Porto de Areia Branca lhe pertencia), grandes companhias de navegação estrangeiras estabeleceram linhas regulares para a Província. Segundo MONTEIRO (2002:172),

> *"O incremento das atividades comerciais no Rio Grande implicou num grande número de navios que passou a freqüentar os portos de Natal, Macau e Areia Branca. Em 1853, foi estabelecida a primeira linha regular de navegação costeira a vapor ligando o Rio Grande a outras províncias nordestinas. Tratava-se da Companhia Pernambucana, que passou a incluir, inicialmente, Natal e Macau entre seus portos de escala (1857), e mais tarde o porto de Areia Branca (1867)."*

[7] A Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América (1862-65), impediu a exportação do algodão americano, entre outros produtos, para a Inglaterra, que se configurava na época como um país industrial, grande consumidor de matéria-prima.

Ainda segundo MONTEIRO (2002), ocorre a partir daí, uma série de iniciativas que estimulam a economia local, tais como: a construção de açudes no sertão (1857), a tentativa de criação de um banco rural (1860), estudos de melhoramentos para o Porto de Natal (1860), a abertura de um canal no Vale do Ceará-Mirim (1867), os incentivos legais para o estabelecimento de comerciantes em Mossoró (1868), e os incentivos legais para a construção das primeiras estradas de ferro do Rio Grande do Norte.

A expansão econômica ocorrida nos anos 1850-1870 possibilitou o crescimento de povoados existentes que foram, então, transformados em vilas, sedes do poder provincial que tinham administração local própria. Foi o que ocorreu com as freguesias de Mossoró e de Macaíba, elevadas a vila em 1852 e 1877, respectivamente. Ambos tiveram importância destacada nessa fase de expansão.

> *"(...) Mossoró se tornou importante centro comercial na província, principalmente do comercio algodoeiro. Para lá passaram a convergir mercadorias não só de todo o oeste potiguar, mas também de partes do Ceará, sertão da Paraíba e região do Seridó.*
>
> *Macaíba constituía uma povoação próxima a Natal, às margens do rio Jundiaí, por onde transitavam barcos que a ligavam à capital. (...) A partir desses anos, Macaíba passou a funcionar como intermediária no comércio entre povoados e vilas – situados nos vales dos rios Jundiaí e Potengi, e em parte do região do Seridó – e o porto da capital."* (MONTEIRO, 2002:175)

Até o final do século XIX, a produção agrícola era exportada pelas praias contíguas aos vales litorâneos para o Recife, donde seguia para o exterior. Os principais portos do Estado – Natal, Mossoró e Macau – ligavam-se ao interior por meios de transporte muito rudimentares (comboios e carros de boi). Em 1881-83, a primeira ferrovia construída no RN foi um trecho da rede ferroviária da Great Western of Brazil Railway que ligava Natal a Nova Cruz, estabelecendo uma ligação entre o RN e os estados do Nordeste. Servia para escoar a produção açucareira do litoral e o pouco algodão cultivado na

faixa litorânea e no agreste; e seguia em princípio o traçado da antiga "estrada de boiadas".

Somente a partir de 1906, quando foi inaugurado o trecho Natal-Ceará Mirim da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte, foi que as estradas de ferro começaram a se desenvolver no Estado, apesar de alguns contratempos como rescisões de contrato e modificações técnicas.

Quanto à rede urbana, no século XIX, foram criados 29 municípios, entrando o Rio Grande do Norte no século XX com 37 municípios (Ver **Figura 2.4: Vilas criadas na Província do Rio Grande do Norte até 1900**).

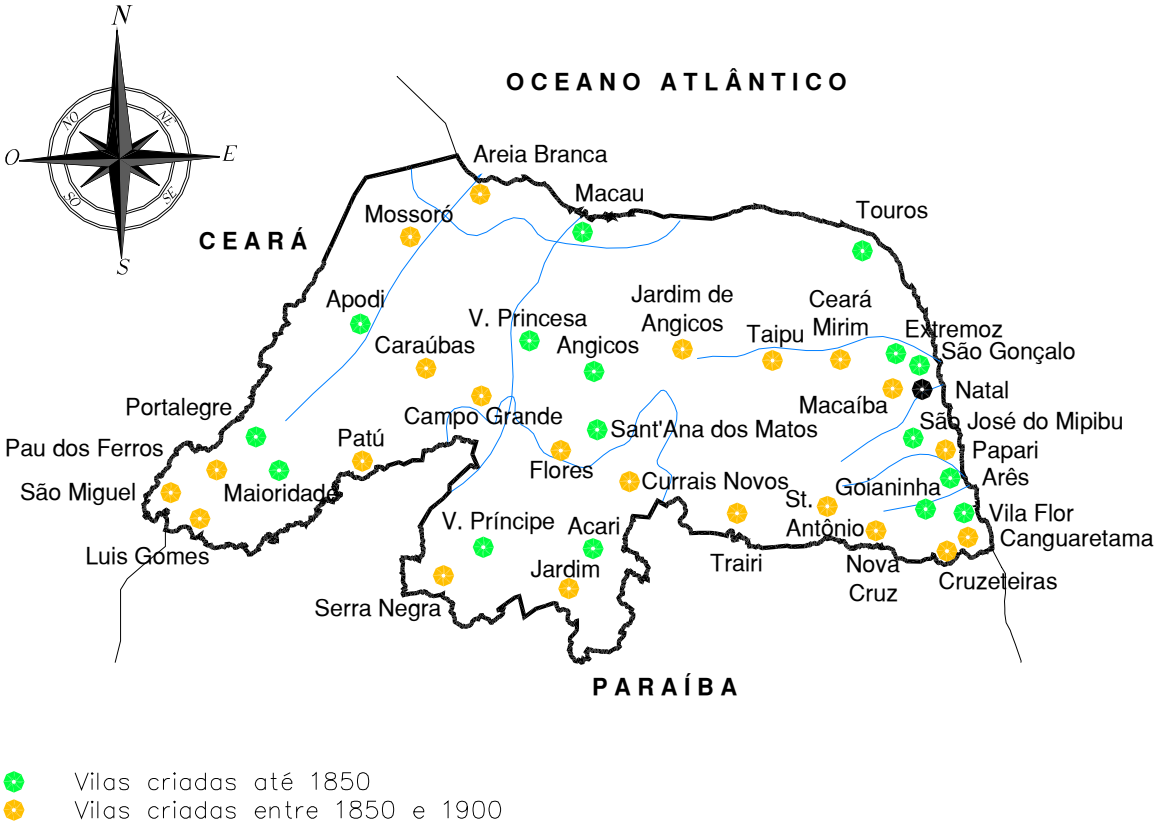


FIGURA 2.4: Vilas criadas na Província do Rio Grande do Norte até 1900.

Fonte: MONTEIRO (2002:174)

Após a destituição da Monarquia e a instituição da Primeira Republica[8] (1889-1930), o Rio Grande do Norte passa a viver da sua própria exportação e, através de sua renda interna, é obrigado a arcar com suas próprias despesas. Vale destacar que a exportação contribuía com a mais alta percentagem tributária.

O algodão continuava sendo o principal produto da economia norte-rio-grandense, se expandia pelas terras do interior onde antes predominava o gado. O sal assumia muitas vezes o segundo lugar, pois, com o final do "Contrato do Estanco", se tornou produto de exportação também. O problema era a sazonalidade desses produtos, que não se mantinham o ano todo na pauta das exportações. Nas prolongadas estiagens, o algodão morria e a produção de sal crescia. Nas invernadas, as salinas se destruíam e a cultura do algodão escapava nos terrenos livres de alagamentos.

Em peso, não em valores financeiros, destacava-se a exportação de sal. A tabela abaixo reflete o quadro de exportação em 1890, primeiro ano da Primeira República:

TABELA 2.3

EXPORTAÇÃO EM QUILOS

PRODUTOS	PORTO DE NATAL	PORTO DE CANGUARETAMA	PORTO DE MACAU	PORTO DE MOSSORÓ	TOTAL
Açúcar	13.287.267	686.750			13.974.017
Algodão	11.190.567	15.610	238.235	1.016.505	12.470.917
Sal		12.000	46.656.794	12.914.176	59.582.970
Couros					
Salgados	68.564	4.531	22.638	25.608	121.341
	24.546.398	**718.891**	**46.917.667**	**13.966.289**	**86.149.245**

Fonte: Cascudo, Luis da Câmara. p 387. In: SANTOS (2002:128)

[8] Também denominada pelos historiadores de República Velha.

Objetivando facilitar a troca de produtos entre o litoral e o sertão, a partir de 1909, iniciou-se a abertura das primeiras estradas de rodagem, construídas dentro das condições técnicas mais modernas. Inicialmente, foram abertas estradas a partir dos portos – Natal, Mossoró e Macau – para o interior. Para a construção, aproveitou-se maciçamente a mão-de-obra dos retirantes nas chamadas "frentes de trabalho", numa ação governamental de combate à seca.

Nesse momento também ocorre a construção de novas estradas de ferro, a linha Natal-Nova Cruz foi conectada até Guarabira (PB) e a linha Mossoró-São Francisco tem seu primeiro trecho inaugurado (Porto Franco-Mossoró em 1915). Entretanto, a função dinâmica das ferrovias estaduais foi atropelada pelos programas federais de combate às secas e asfixiada pelos interesses menores e clientelistas da oligarquia local, resultando num lento processo de implantação que levou cinco décadas, e nos desvios do traçado original. (Ver **Figura 2.5: Principais estradas de ferro e rodovias no RN, cuja construção iniciou-se no período 1880-1915**)

Percebe-se que os canais de exportação abertos pelas vias e meios de transportes delineiam os primeiros contornos urbanos no Rio Grande do Norte. As relações existentes entre os portos, as áreas de produção, e as principais cidades nas rotas de exportação da produção agrícola, podem ser observadas na **Figura 2.6: Principais cidades e portos na rota de exportação de algodão no RN (1880-1915).** Vale destacar que a polarização exercida por Mossoró-Areia Branca no comércio de mercadorias gerava uma rota comercial totalmente independente da capital e uma concentração de comerciantes nessa cidade.

FIGURA 2.5: Principais estradas de ferro e rodovias no RN, cuja construção iniciou-se no período 1880-1915

Fonte: TAKEIA, 1985, p.110. In: CLEMENTINO (1.995:104)

FIGURA 2.6: Principais cidades e portos na rota de exportação de algodão no RN (1880-1915)

Fonte: TAKEIA, 1985, p.110. In: CLEMENTINO (1.995:110)

Concluindo, importa destacar que a economia norte-rio-grandense tem, ao longo do período colonial, uma estrutura de poucas áreas economicamente ativas. Enquanto Capitania (1654-1822), o Rio Grande do Norte manteve atividades complementares à importante agroindústria açucareira das Capitanias da Paraíba e Pernambuco, que eram: gado, algodão, farinha de mandioca, milho e peixe seco. Não houve recursos suficientes por parte de seus colonizadores, nem interesse por parte da Coroa Portuguesa, para uma exploração mais intensa de suas potencialidades. Com feição urbana, predominam as vilas açucareiras do litoral potiguar. Mossoró não passava de um povoado composto por fazendas de gado localizado numa importante ribeira local.

Enquanto Província (1822-1889), o Rio Grande do Norte assiste ao avanço da produção canavieira e algodoeira, e ao seu desenvolvimento comercial. A chegada de um sistema de transporte de cargas e passageiros, instalado pela Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor, impulsionou as atividades de importação e exportação nas cidades portuárias e determinou a formação de uma rede urbana voltada, principalmente, para o escoamento do algodão (proveniente do sertão) e da cana-de-açúcar (proveniente do litoral). Mossoró, por exemplo, transformou-se num pólo de exportação que atraía grande parte da produção local, principalmente algodoeira. Pela força de seu comércio, tornou-se Empório Comercial e elevou-se a Freguesia, Vila e Cidade em poucos anos (1842-1870).

Enquanto Estado da Primeira República (1889-1930), o Rio Grande do Norte acentuou a estrutura econômica que adquiriu durante o período provincial, ou seja, continuou a depender da exportação de seus produtos básicos – o algodão e o açúcar, e introduziu o sal, cuja produção e comercialização foi liberada após o fim do "Contrato do Estanco", desde 1808. Destacou-se nesse período, o surgimento e o desenvolvimento de uma

rede de transporte no Estado. A partir dos portos de Natal, Macau e Areia Branca, se desenvolvem as estradas de ferro e as estradas de rodagem, com o objetivo maior de transportar a mercadoria entre o interior e o litoral. As estradas em geral, seguiram o traçado dos antigos "caminhos do gado". Quanto à rede urbana, continua a se desenvolver consolidando ainda mais as cidades envolvidas com a produção e exportação de seus principais produtos – o algodão, o açúcar e o sal. Destacam-se Natal e Mossoró.

2.2 MOSSORÓ PASTORIL: SUPORTE À ATIVIDADE AÇUCAREIRA DA CAPITANIA

O primeiro momento do processo histórico de ocupação da cidade de Mossoró não difere das outras áreas nordestinas. A ribeira do rio Mossoró, ou Apodi, como também é chamado, era ocupada com a atividade pastoril que servia de apoio à atividade açucareira das Capitanias do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco.

Relatos antigos, datados até 1841, ano que antecede a elevação da Povoação à categoria de Freguesia (importante grau de vida urbana que antecede a formação de um Município), ainda definem Mossoró como um povoamento pobre, com comércio insignificante, vivendo da atividade pastoril e uma incipiente lavoura, cuja maior expressão era a cultura do algodão. No entanto, desde essa época, a extração do sal e da cera de carnaúba passam gradativamente a participar da diversificação da atividade econômica da Província, onde repercutem até os dias atuais.

A respeito dos aglomerados urbanos que se transformariam em cidades, nesse período existiam dois pequenos núcleos – Santa Luzia e São Sebastião, que mais tarde se transformariam nas cidades de Mossoró e Governador Dix-Sept Rosado.

2.2.1 A ribeira de Mossoró

Em meados de 1700, Sua Majestade o Rei de Portugal concedia, em forma de lei, a cada Missão Evangelizadora dos Indígenas, uma légua de terra em quadro. Além da légua da Missão, núcleo de aldeamento sob responsabilidade dos missionários, o rei doava mais terras aos conventos visando promover a fixação da indiada já destroçada pelas armas de fogo.

Os conventos fundavam capelas, sítios e plantio, conquistando o indígena para o trabalho regular e sedentário, erguendo casebres e sistematizando um regime de subsistência baseado na agricultura e pastoreio.

Em 1701, o então Governador e Capitão general da Capitania de Pernambuco, Dom Fernando Mascarenhas, doava terras localizadas no sertão da Capitania do Rio Grande, às margens das ribeiras do rio Paneminha e do rio Mossoró, para o Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife. O objetivo era a evangelização dos indígenas. Iniciava-se assim, à missão carmelita numa ribeira que deu origem à cidade de Mossoró.

No começo do século XVIII, a ribeira do rio Mossoró, totalmente pacificada pelos missionários do Convento de Nossa Senhora do Carmo e livre dos bravos índios cariris, começou a ser ocupada pela população branca que iniciou a produção pastoril e agrícola. Surgem propriedades, fazendas de gado e sítios de plantio.

Naquela época, o litoral das capitanias nordestinas viviam a expansão da economia açucareira. Por imposição climática e geográfica local, a Capitania do Rio Grande tinha somente uma pequena faixa de terra capaz de empreender com sucesso a cultura canavieira: era a faixa que compreende o Agreste e a Zona da Mata, conforme foi mostrado na **Figura 2.1: Estado do Rio Grande do Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão**. Assim sendo, o Sertão, que compreendia a maior parte do território da capitania, empreendeu

o movimento pecuarista, capaz de fornecer gado como fonte energética nos trapiches dos engenhos de açúcar e como meio de transporte. Como já foi dito, no sertão norte-rio-grandense, em especial nas ribeiras, estruturam-se e desenvolvem-se fazendas de gado como suporte à dinâmica da economia nordestina do açúcar.

Assim sendo, em meados do século XVIII, na ribeira do rio Mossoró já existiam muitas fazendas de gado às margens do Rio Paneminha e do Rio Mossoró. Em 1755, a ribeira tem mais de cinquenta moradores, gados, residências, um Juiz e seu escrivão. E nessa época é nomeada a sua primeira autoridade na pessoa do Sargento-mor José de Oliveira Leite.

Entre as fazendas, encontra-se a Fazenda de Santa Luzia, de propriedade do Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, um português que fixou residência na ribeira de Mossoró em 1750, e que possuía outras fazendas em diversos pontos da mesma ribeira[9]. Em uma fazenda, a de Grossos, ele tinha uma salina natural, e nas demais fazendas, ele criava gado. Uma vez por ano, ao final do inverno, ele reunia o gado e fazia a carneação em suas próprias "oficinas de carne", na foz do rio Mossoró, salgando-a e expondo-a ao sol, para exportação para os mercados do sul.

A Fazenda de Santa Luzia, que era situada muito perto da margem esquerda do Rio Mossoró, e tinha em suas proximidades uma lagoa de água potável, era o ponto que os adventícios escolhiam para residirem. Além das casas residenciais da família do proprietário, erguiam-se dezenas de outras, de taipa e palha, em pequeninos sítios perto das cacimbas cavadas periodicamente.

Em 1772, em cumprimento de promessa feita pela intercessão de Santa Luzia, Antônio de Souza Machado e sua mulher Rosa Fernandes,

[9] As outras fazendas são: Canto do Junco, Góis, Grossos, Tibau e Panela do Amaro. (LIMA,1941:280)

solicitam a Provisão das Dignidades do Cabido de Olinda/PE, autorização para construção de uma capela em suas terras, permissão essa concedida a 5 de agosto de 1772. A construção da Capela de Santa Luzia é considerada o marco inicial para o surgimento da Cidade de Mossoró.

Fundada a Povoação de Santa Luzia do Mossoró, também chamado de Arraial de Santa Luzia do Mossoró, em 1772, com a construção da Capela de Santa Luzia, o arraial seguia os moldes de povoamento da época. Raimundo Nonato da Silva em seu livro "Evolução Urbanística de Mossoró", fala da quadra da rua, ou seja, um pequeno quadrado com sua capela e as casas sem alinhamento, pequenas e baixas, quase todas de taipa e cobertas de telha ou de palhas de carnaúba. As ruas surgiam sem planejamento, sem traçado a seguir. A Rua do Desterro foi a primeira, corria do lado direito da capela com sua frente voltada para o centro da quadra. Depois as outras ruas foram batizadas: Rua do Cotovelo, Rua Domingo da Costa, Rua Padre Longino. (Ver **Figura 2.7: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1772**)

Vale que salientar que o arraial surgia num momento de expansionismo nas ribeiras dos rios Mossoró e Açu, provocado pelo desenvolvimento da "indústria da carne seca". As "oficinas de carne" atraíam as boiadas do sertão para o abate, o que prejudicou o fornecimento de gado em pé para o mercado açucareiro de Recife. Assim, o então governador de Pernambuco – D. José Tomás de Melo, em 1788, obrigou fechar as oficinas de Açu e Mossoró, alegando a falta de carne verde para a população recifense. No entanto, Otto de Brito Guerra, em artigo publicado no Jornal Tribuna do Norte em 4 de abril de 1982, faz uma importante observação que deve ter sido o provável motivo da decisão,

> *"De fato, a carne verde, que antes chegava aos recifenses e engenhos da região era proveniente do gado em pé, mandado pelo Rio Grande do Norte. Agora, adiantava o governador, o fisco perdia muito do "subsídio do sangue", pois um boi de dez arrobas*

dava, reduzido a carne seca, apenas duas arrobas, mais ou menos, o que significava baixar esse "subsídio" (ou imposto) de mil e setecentos réis em cada rês, para trezentos e vinte réis."

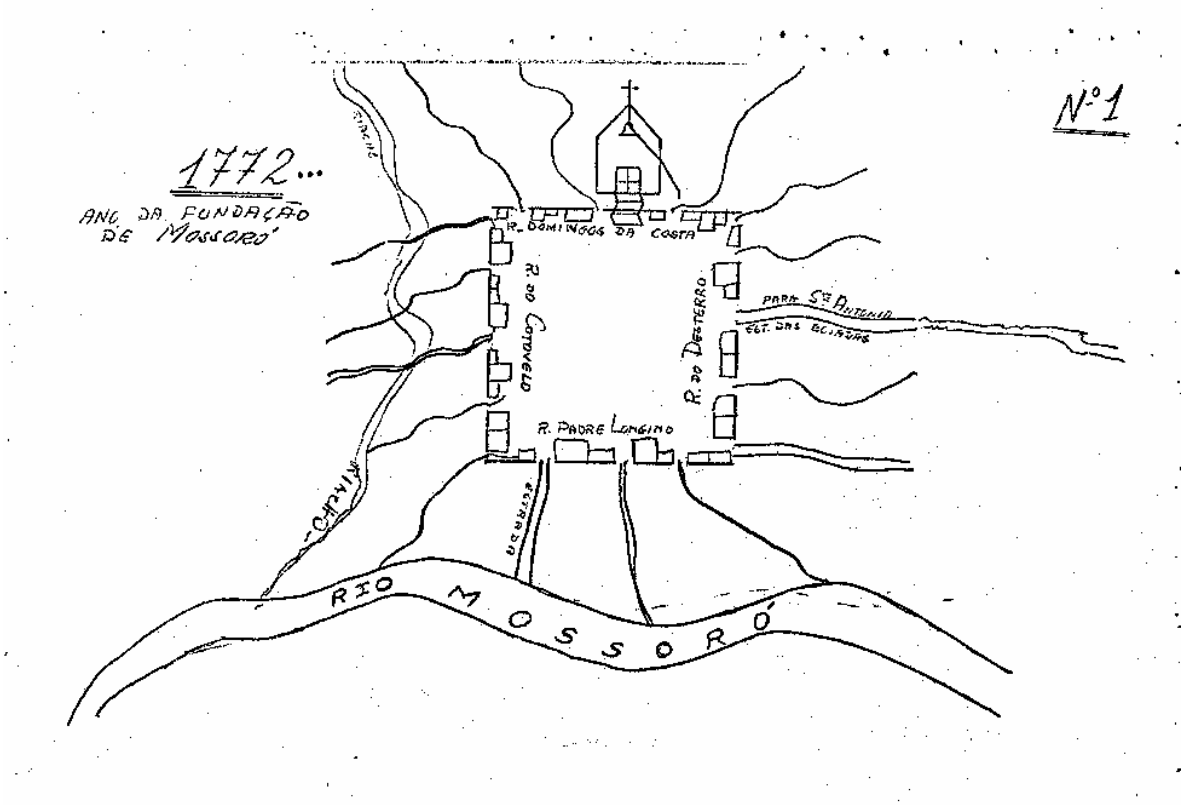


FIGURA 2.7: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1772

Fonte: Raimundo Nonato da Silva, em Evolução Urbanística de Mossoró. Pg 9

Uma vez extinta as "oficinas de carne", as fazendas das ribeiras de Mossoró e Açu voltam a fornecer gado em pé para as feiras e açougues da Paraíba e Pernambuco, ficando somente as oficinas do Ceará autorizadas a fazer a carneação, uma vez que não prejudicavam a economia pernambucana.

O desenvolvimento do Arraial de Santa Luzia do Mossoró, durante o século XVIII, continuou lento. Porém, por estar situado em uma importante ribeira local, que comunicava toda a região oeste potiguar e desaguava no litoral, tornou-se ponto de passagem de dois importantes "caminhos do gado" da capitania, apontados na **Figura 2.2: Caminhos do gado através dos**

currais instalados no Rio Grande do Norte e Paraíba. O primeiro é o caminho Natal-Fortaleza, que interliga duas importantes cidades portuárias da época, sedes administrativas das Capitanias do Rio Grande e do Ceará; o outro caminho segue o traçado da ribeira do rio Mossoró (ou Apodi depois de certo trecho) interligando as Capitanias do Ceará e Paraíba.

Destaca-se aqui, a grande importância dos "caminhos do gado" no período colonial, visto que por eles ocorria o escoamento dos rebanhos das diversas ribeiras para os mercados consumidores, como também o fluxo de mercadorias e pessoas entre cidades, vilas e povoados, transportados através de comboios de animais e carros de boi. Ser ponto de passagem desses importantes caminhos, que mais tarde configuraram importantes rotas de exportação do Estado, já premeditava a cidade comercial e agro-industrial em que Mossoró se transformaria, várias décadas depois.

Quanto à ribeira de Mossoró, SOUZA (2001) narra que após a morte do Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, proprietário da Fazenda de Santa Luzia, sua viúva Dona Rosa Fernandes, em 1801, doou um pedaço de terra dentro do perímetro da Povoação, como também gado, para a capela.

2.2.2 A Freguesia de Santa Luzia do Mossoró

Em 1810, o Arraial já contava com duzentos a trezentos habitantes, segundo registrou o inglês Henry Koster – cronista e viajante estrangeiro - quando atravessou a ribeira, em uma de suas viagens para o Ceará, nesse mesmo ano. Ele registrou:

> *"A 7 de dezembro, às 10 horas da manhã, chegamos ao Arraial de Santa Luzia, que consta de 200 ou 300 habitantes.*
>
> *Foi edificado num quadrangulo, tendo uma igreja e pequenas casas baixas.*
>
> *Santa Luzia está situada à margem de um rio sem água"*

Raimundo Nonato da Silva em seu livro “Evolução Urbanística de Mossoró”, faz mais uma tentativa de “espacializar” o arraial que Koster encontrou. (Ver **Figura 2.8: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1810**)

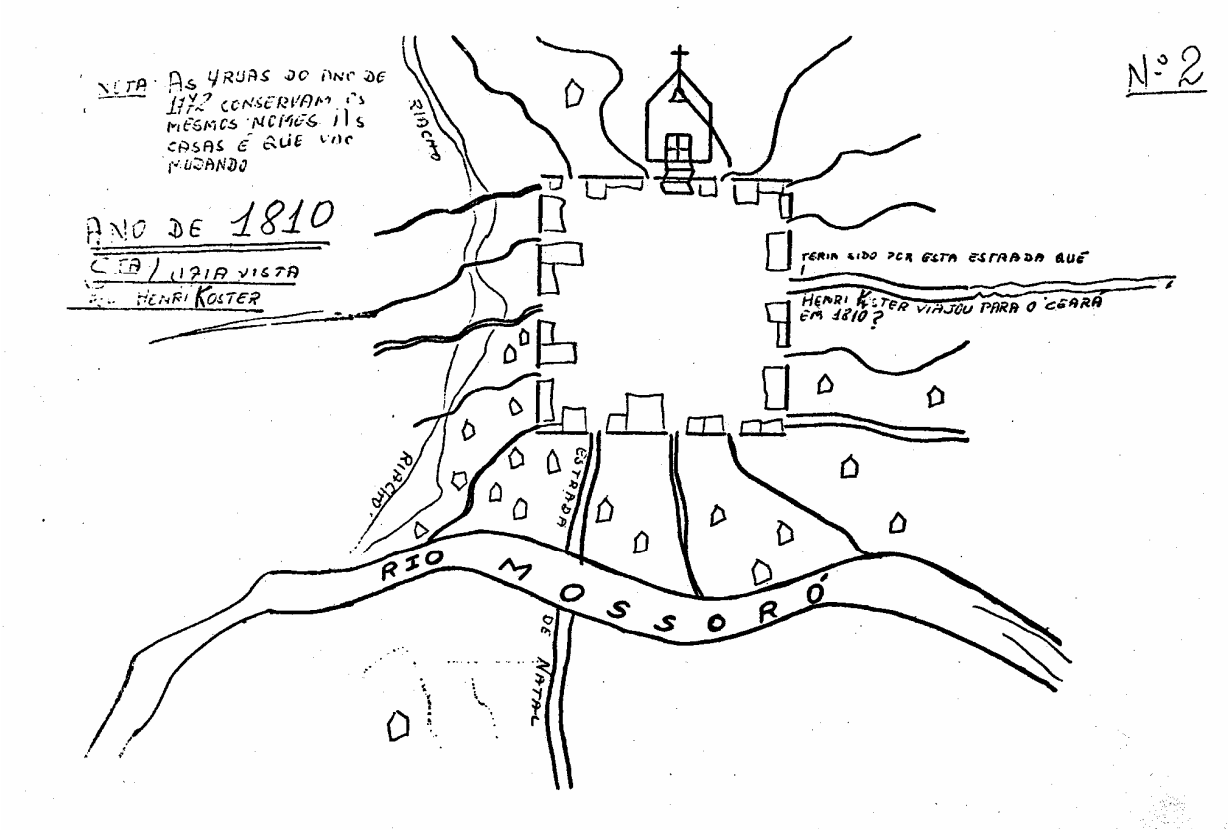


FIGURA 2.8: Planta do Arraial de Santa Luzia do Mossoró. 1810

Fonte: Raimundo Nonato da Silva, em Evolução Urbanística de Mossoró. Pg 15

Vale salientar que o quadrangulo de ruas do Arraial de Santa Luzia era o embrião da vida urbana do povoado que deu origem à cidade de Mossoró. O povoado compreendia os moradores do quadrangulo, como também do Morro Tibau, da Fazenda de Santa Luzia, da Fazenda do Chafariz (rio Panema), da Fazenda do Carmo (rio Mossoró), Upanema, Redonda, Camelião, entre outras

comunidades. Apresentava dois centros principais: o de Santa Luzia e, sete léguas depois a caminho de Apodi, o de São Sebastião.

Segundo CASCUDO (2001), a partir de meados de 1838, o objetivo maior no Arraial de Santa Luzia do Mossoró é a criação da paróquia, ou seja, elevar a capela ao predicamento de Matriz. Não significaria apenas a autonomia religiosa, mas a valorização social da terra, garantindo-se o desenvolvimento da povoação com a criação da Freguesia de Santa Luzia do Mossoró.

Ainda segundo CASCUDO (2001:26),

> *"A Freguesia era realmente um documento coletivo de vitória econômica. Só a mereciam as populações que justificavam uma produção elevada, um nível de vida estável, um arruado com segurança, a segurança do arruado, um comércio mantenedor dos moradores sem maior dependência de importação, os meios claros de comunicação terrestre com as vilas maiores e um caminho certo de escoadouro para o mar. (...). Ser Freguesia era o melhor credencial para obter-se outra categoria – o Município, o governo local, a Câmara governando seus munícipes."*

Em 1839, os habitantes da Povoação de Santa Luzia do Mossoró, representados por Antonio Francisco Fraga Júnior, enviaram uma Petição à Assembléia Legislativa Provincial, solicitando que a Capela ali existente fosse elevada a Matriz, com a nominação de Freguesia de Santa Luzia do Mossoró, pela razão de que sendo Matriz haveria de ter um pároco. Somente assim, há meios e recursos para sanar a situação de uma Povoação, que conta aproximadamente com quatro mil moradores, nascendo, vivendo e morrendo sem os devidos sacramentos eclesiásticos. Embora isto representasse gravidade, na época, e justificasse a urgência dos que requereram, passaram-se quatro anos para que a Assembléia Legislativa Provincial, juntamente com a aprovação do Bispo Diocesano Dom João da Purificação Marques Perdigão, aprovasse a Petição.

Assim, pela Resolução nº87, de 27 de outubro de 1842, o território de

Mossoró foi desmembrado da Freguesia do Apodi, e foi criada a Freguesia de Santa Luzia do Mossoró. A Capela foi elevada a Matriz de Santa Luzia, passando a pertencer ao Termo e Comarca do Açu. (Ver **foto 2.1**)

FOTO 2.1: Igreja Matriz de Mossoró, reconstruída em 1858, pelo padre Antonio Joaquim.
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

Vale salientar que os dois centros da Freguesia – o de Santa Luzia e, sete léguas depois a caminho de Apodi, o de São Sebastião, disputaram o recebimento da aparelhagem administrativa, assim como a preferência da comarca à qual a Freguesia iria pertencer. Santa Luzia preferia a Comarca de Açu, e São Sebastião preferia a recém-criada Comarca de Maioridade[10]. Cada povoado defendia sua posição geográfica e seus roteiros comerciais. A

[10] Pela Lei 71, de 10 de Novembro de 1841, a povoação da Serra do Martins passara a Vila da Maioridade, a partir do desmembramento das Vilas do Apodi e de Portalegre (CASCUDO,2001).

Assembléia Legislativa então, atendeu aos apelos de Santa Luzia, por ter apelado primeiro e porque dispunha de um melhor sitio sedial.

A Freguesia de Santa Luzia do Mossoró conservou os antigos limites de sua criação[11]. Pertencia à Diocese da Paraíba e possuía uma só paróquia – a de Santa Luzia do Mossoró, edificada desde 1772. Ficou sendo regida pelo Padre José Antonio Lopes da Silveira que era estimadíssimo pelos seus fregueses.

Em 1844, tomou posse o Padre Antonio Joaquim Rodrigues, cearense do Aracati, que obtivera, em concurso, o posto na nova sede paroquial. Seria o mais popular de todos os vigários de Mossoró, pároco durante 51 anos.

Em 1850, após a Criação da Lei de Terras pela Monarquia, que estabelecia o processo de compra e venda para a aquisição de propriedades, as terras doadas por Dona Rosa Fernandes, em 1801, dentro do perímetro da Povoação, foram vendidas pelo então Vigário Antônio Joaquim Rodrigues. Sendo doada novamente, em 1866, por Jerônimo de Souza Rocha, somente a porção de terra em que se encontra edificada a antiga capela, agora Igreja Matriz.

A nova Freguesia era pobre, o comércio quase nulo e a agricultura pouca. Os poucos negociantes que havia traziam do Aracati as mercadorias montadas em animais – os tropeiros. A maior riqueza era a indústria pastoril desenvolvida por alguns fazendeiros – especialmente as famílias Camboas, Guilherme e Ausentes, que a partir da década de 1850 do século XIX, entra em decadência no momento em que a Província encerra o Ciclo do Gado e passa a ter na agricultura sua principal atividade.

Emergem, nesse momento, algumas potencialidades locais até então

[11] "(...) para o Norte até o Tibau com dez léguas; para o Sul a passagem de Aguilhadas com sete léguas; para o Oeste à Serra do Mossoró com seis léguas e para Leste a fazenda Chafariz inclusive com sete léguas (...)" CASCUDO (2001:27).

pouco exploradas como: a cera de carnaúba extraída dos abundantes carnaubais existentes ao longo da ribeira, e o sal extraído livremente após o fim do "Contrato do Estanco" de suas salinas.

O privilégio da Freguesia de estar à margem de um porto de fácil acesso às grandes barcaças - o chamado "Porto da Ilha", distante apenas uma légua do centro de Santa Luzia, propiciou o escoamento dessas mercadorias e até a instalação de alguns armazéns nessa localidade. Segundo SOUZA (2001), no período entre 1845 e 1856, em Mossoró já havia 11 comerciantes, cujas mercadorias eram compradas no Aracati e em Natal ou Cunhaú, se fosse gêneros alimentícios.

Quanto ao sítio urbano, a Freguesia se desenvolveu um pouco. As edificações aumentaram e melhoraram o seu aspecto. Os comerciantes construíram algumas lojas e suas próprias residências.

2.3 MOSSORÓ EMPÓRIO COMERCIAL: A FORMAÇÃO DE UM CENTRO REGIONAL

2.3.1 A Vila de Mossoró

Com a criação da Freguesia, em 1842, começa o ciclo comercial e a dualidade partidária dos partidos Liberal e Conservador, como reflexos da realidade política provincial.

Segundo SOUZA (2001), em 1844, existia na Freguesia um partido único – o "Sulista" (também chamado de "Liberal"), que era influenciado por políticos da Vila do Açu. Em 1852, o presidente da Província, José Joaquim da Cunha, era membro do Partido Conservador, e pretendia desfazer os redutos liberais e multiplicar os conservadores.

O Partido Conservador foi fundado em Mossoró nesse mesmo ano. Representado pelo Padre Antonio Joaquim, o partido desenvolveu o projeto de elevar a Freguesia a Vila e fazer surgir um novo município norte-riograndense, visando que o município de Mossoró constituísse base de força conservadora.

Assim, pela Lei Provincial nº246, de 15 de março de 1852, fora o território da ribeira do Mossoró desmembrado do Município do Açu, formando um novo Município. O núcleo de Santa Luzia fora elevado à categoria de Vila de Mossoró, e o núcleo de São Sebastião fora elevado à categoria de Distrito de Paz.

Em 1852, a população da recém-criada Vila, fixada no Ciclo do Gado, ainda se distribuía ao longo das margens do Rio Mossoró. Alcançava aproximadamente 6000 habitantes, distribuídos em aproximadamente 2000 casas residenciais. A vila tinha pouca feição urbana e uma atividade econômica incipiente, o que mostra que a emancipação teve um caráter mais político do que econômico.

No entanto, nesse momento, as cidades brasileiras se empenham numa redefinição urbanística à moda européia[12], onde as maiores preocupações compreendem o embelezamento das vias, passeios e construções, assim como a necessidade de dotar as áreas urbanas de prédios públicos, como teatros, escolas e bibliotecas.

Dentro desse contexto, a Câmara Municipal da Vila de Mossoró, através da Resolução 305, de 18 de Julho de 1855, aprova o primeiro Código de Posturas da Vila no intuito de disciplinar a incipiente vida urbana. O Código normatizava as construções, a limpeza da rua, o nível de ruído permitido, as festividades, as jogatinas, o banho de rio, o comércio da carne,

[12] A "Belle époque".

do peixe e da cera de carnaúba, a pescaria, a agricultura, a criação de animais, assim como as licenças e os impostos a serem arrecadados em virtude do exercício de qualquer atividade econômica (CASCUDO,2001:161).

Quanto ao aspecto urbanístico, o Código determinava a altura das edificações, o material empregado, o comprimento dos quintais, a limpeza dos terrenos, e a largura das calçadas, das ruas, dos becos e travessas. E obrigava a reparação ou demolição de edificações que ameaçassem ruína, a caiação das frentes das edificações todos os anos, no mês de Setembro, e a obtenção de licença da Câmara para construir. Apesar de ter sofrido algumas alterações, o Código refletia preocupação com a organização do espaço urbano e teve suas determinações rigorosamente cumpridas. Como conseqüência, dentro dos próximos trinta anos, a Vila foi adquirindo uma paisagem urbana normatizada e uniforme.

A Vila de Mossoró só despontaria importância econômica a partir de 1857, quando ocorreu o assoreamento[13] do Porto Fluvial de Aracati, importante empório comercial da Província do Ceará responsável pelo abastecimento de uma extensa região que ia do Vale do Jaguaribe, no Ceará, até o Vale dos rios do Peixe e Piancó, na Paraíba; passando por toda a região oeste do Rio Grande do Norte, inclusive Mossoró.

Com o assoreamento, os comerciantes que utilizavam esse porto para escoamento de suas mercadorias, estavam impedidos de exercer suas atividades. E a Vila de Mossoró tem sua chance de atrair esses comerciantes. Através de uma subvenção concedida pelo governo provincial à Companhia Pernambucana de Navegação Costeira, a partir de 27 de novembro de 1857, o Porto de Mossoró (como era chamado o Porto de Areia Branca) foi incluído

[13] Assoreamento é a obstrução, por sedimentos, areia ou detritos quaisquer, de um estuário, rio, ou canal. Por causar redução da profundidade e da correnteza, é a maior causa de morte de rios. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Assoreamento. Acesso em: 02 Nov. 2006.

nas suas escalas do norte.

Segundo FELIPE (1982), esse fato foi o marco histórico do desenvolvimento econômico que Mossoró assistiu durante a segunda metade do século XIX. Isto porque as relações comerciais com outros centros, principalmente Recife, tornaram-se mais freqüentes, provocando profundas transformações na vida urbana de algumas cidades do Rio Grande, Ceará e Paraíba, projetando Mossoró como um grande Empório Comercial.

Com a chegada dos primeiros navios, vieram novos comerciantes, novas firmas, e capitais vieram incrementar e dinamizar o incipiente comércio local. Na década seguinte, de 1860 até 1870, chamada por Câmara Cascudo de "década do expansionismo", a Vila de Mossoró passa por uma grande expansão urbana e comercial, pois a Vila expandia seu território com a construção de casas, armazéns e estabelecimentos comerciais. Essa expansão estava sendo rigorosamente regida pelo Código de Posturas (Resolução de 18 de Julho de 1855) que, no caso do não-cumprimento das normas, estabelecia penas para os infratores, proprietários ou inquilinos, que iam da multa à prisão.

Segundo CASCUDO (2001), os interesses do município passam a repercutir na legislação provincial, que promulgou diversas medidas que favorecessem sua dinâmica comercial, como:

- A Lei 149, de 25 de Abril de 1859, que autoriza a abertura de uma estrada de rodagem ligando a Vila de Mossoró a Aracati;
- O Artigo de Postura de 13 de Outubro de 1963, que proibia as lojas de fecharem nos domingos e feriados;
- A Lei 590, de 23 de Dezembro de 1865, que garantia redução de impostos (em 3,5%) para negociantes estabelecidos no Porto da Jurema no rio Mossoró;

- A Lei 600, de 11 de Junho de 1867, art. 11, que insentou negociantes estabelecidos na Vila do imposto de 5% em cima da exportação estrangeira, durante os três primeiros anos de atividade.

Assim sendo, a Vila se expandiu rapidamente através do comércio de importação de produtos manufaturados europeus e de exportação de matérias-primas locais, como o algodão, couro e sal para o mercado externo. A maioria dos comerciantes que se estabeleceram na Vila provinha do decadente comércio de Aracati. Entre eles, destacava-se o suíço Johan Ulrich Graf – proprietário da firma J.U.Graff & Cia, que se estabeleceu na Vila em abril de 1867. Com lojas em outras vilas e municípios, era uma poderosa firma importadora e exportadora de gêneros do país e do estrangeiro, que abriu as portas do comércio de Mossoró.

Em 1868, segundo CASCUDO (2001), a divisão municipal compreendia dezessete "quarteirões": Vila, Ilha de Dentro (depois Porto Ilha), Ilha de Fora (depois Povoado de Santo Antonio), Barra (depois Município de Grossos), Chafariz, Carmo, Povoação de São Sebastião (depois Município de Gov. Dix-Sept Rosado), Uruêra, Bento, Serrote, Macambira, Saco, Entrada, Santana, Macacos (depois Alto da Conceição), Cajazeiras e Ausentes (Ver **Figura 2.9: Limites municipais da Freguesia de Santa Luzia do Mossoró - 1868**).

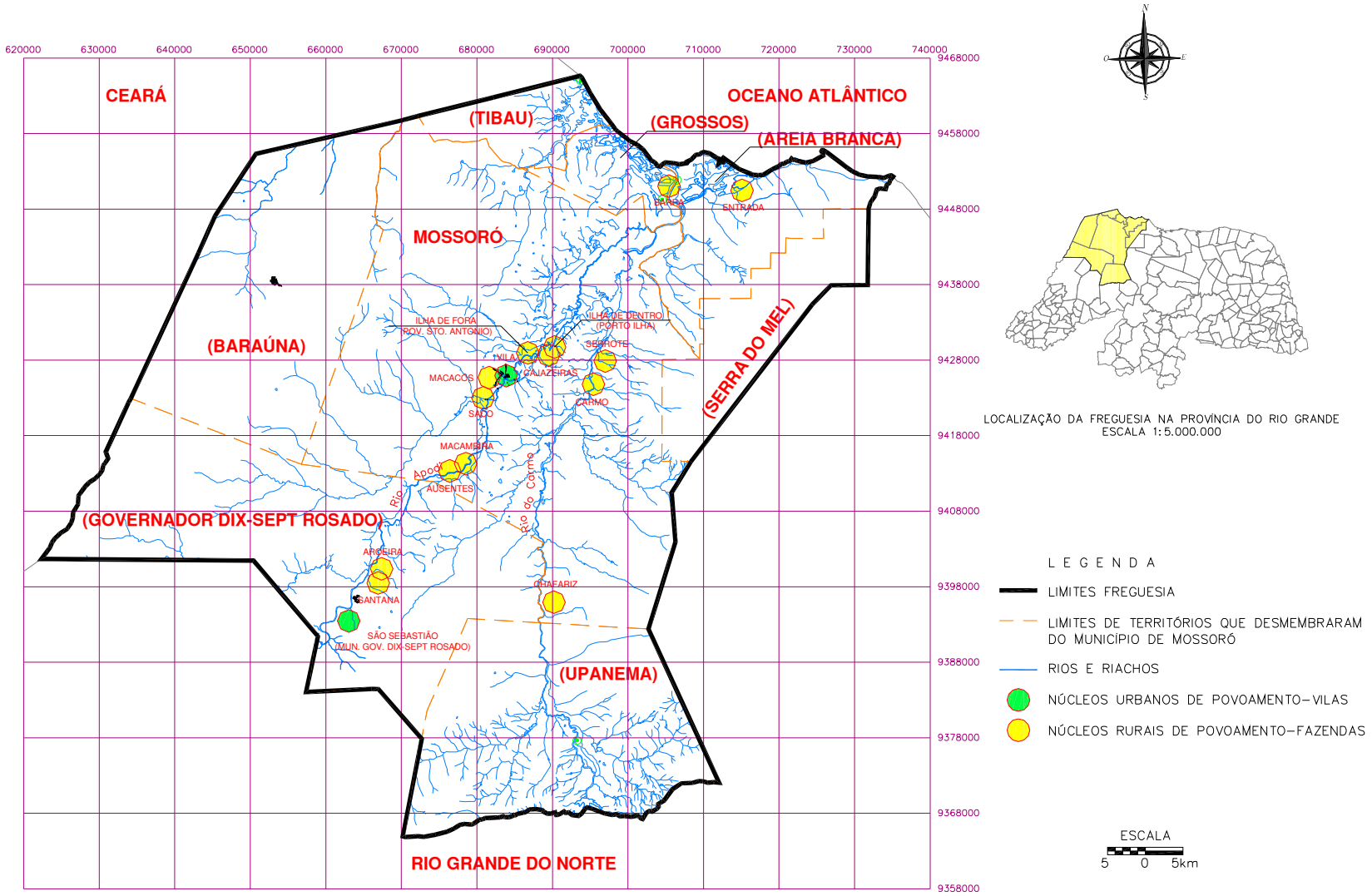


FIGURA 2.9: Limites municipais da Freguesia de Santa Luzia do Mossoró – 1868

Fonte: Elaborado por Karisa Lorena. A partir de base cartográfica cedida pela PETROBRAS e informações de Luis Câmara Cascudo, publicado em "Notas e Documentos para a História de Mossoró".

Quanto à Vila, começam a ser construídos os primeiros edifícios públicos – o Cemitério e o prédio que conjuga a Câmara e a Cadeia; e surgem algumas ruas, traçadas e edificadas espontaneamente. Os nomes surgiam naturalmente, como se as próprias ruas se autodenominassem: Rua do Cotovelo, Rua dos Afogados, Rua do Rio, Rua do Remanso, Rua do Fresco, Rua da Lagoa, Rua Joana do Bulbo, Rua Canhão de Chico Amâncio, Beco do Pau-não-cessa, entre outros (Ver **Figura 2.10: Planta da Vila de Santa Luzia do Mossoró. 1861-1870** e **Figura 11: Planta da Cidade de Mossoró. 1870-1883**).

O Ciclo do Gado então, foi definitivamente substituído pelo comércio e pela exportação. A Vila tornou-se fornecedora de todo o Oeste e parte do Agreste potiguar, e começava a prolongar sua área de influência para regiões das Províncias vizinhas.

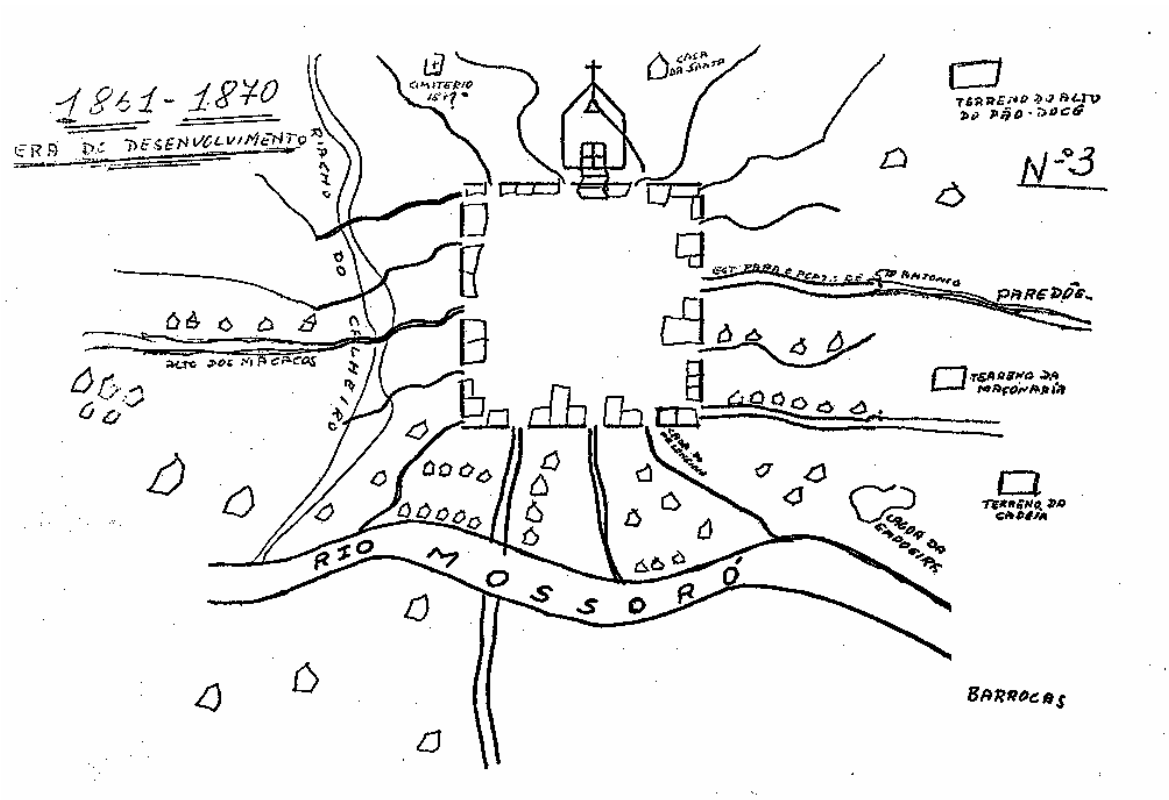


FIGURA 2.10: Planta da Vila de Santa Luzia do Mossoró. 1861-1870

Fonte: Raimundo Nonato da Silva, em Evolução Urbanística de Mossoró. Pg 19

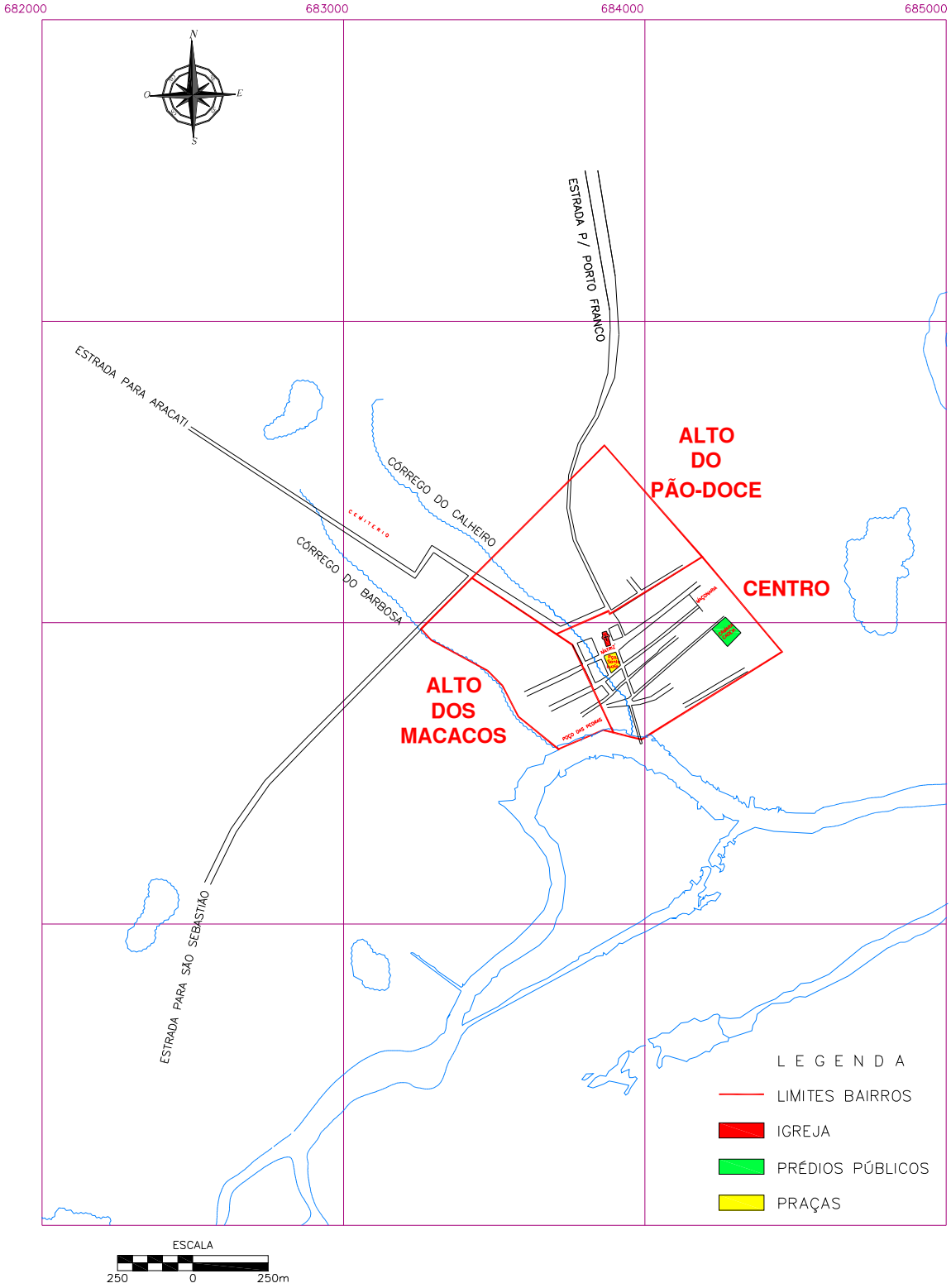


FIGURA 2.11: Planta da Cidade de Mossoró. 1870-1883

Fonte: Raimundo Nonato da Silva, em Evolução Urbanística de Mossoró. Pg 27

2.3.2 A Cidade de Mossoró

O Padre Antonio Joaquim era nesse momento um político de prestígio, não só no Município, como em todo o Rio Grande do Norte. Por muitos anos ocupou o cargo de Deputado na Assembléia Legislativa da Província, presidindo essa corporação por algumas vezes, sendo respeitado pelos diversos presidentes que administraram a Província nesse período.

Enquanto deputado provincial, o Padre Antonio Joaquim trabalhou e esforçou-se para elevar a Vila de Mossoró à Comarca[14], que se deu pela Lei Provincial nº499, de 23 de maio de 1861, e à Cidade, que se deu pela Lei 620, de 9 de Novembro de 1870. O projeto de lei da elevação da Vila de Mossoró ao predicamento de Cidade de Mossoró, foi apresentado por ele à Assembléia Legislativa, na sessão de 25 de Outubro de 1870. E o pleito foi imediatamente aprovado. Também foi esforço dele, a obtenção do predicamento de Comarca de 2ª entrância em 1872.

A Cidade de Mossoró teve como limites municipais os mesmos de sua freguesia. Quanto ao crescimento populacional, lento e tímido no período da Povoação (1755 - 1842), tomou grande impulso no período de 1842 a 1873, quando se registram diversas conquistas políticas em um tão curto espaço de tempo: a criação da Freguesia (1842), a criação da Vila (1852), a criação da Cidade (1970). Segundo a Contagem da População em 1839 e o Levantamento Demográfico de 1873, a população passa de 4.000 habitantes a 7.748 habitantes nesse intervalo de apenas trinta e quatro anos (Ver **Gráfico 2.1: Evolução demográfica de Mossoró - 1755-1873**).

---

[14] Comarca é o lugar onde o juiz de primeiro grau tem competência, o lugar onde exerce sua jurisdição. O território do Estado é divido em Comarcas, podendo agrupá-las em Circunscrição e dividi-las em Distrito Judiciário. São também classificadas em primeira, segunda e terceira entrâncias judiciárias. As comarcas fazem parte da primeira instância, enquanto os Tribunais de Justiça fazem parte da segunda instancia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Comarcas. Acesso em: 02 Nov. 2006.

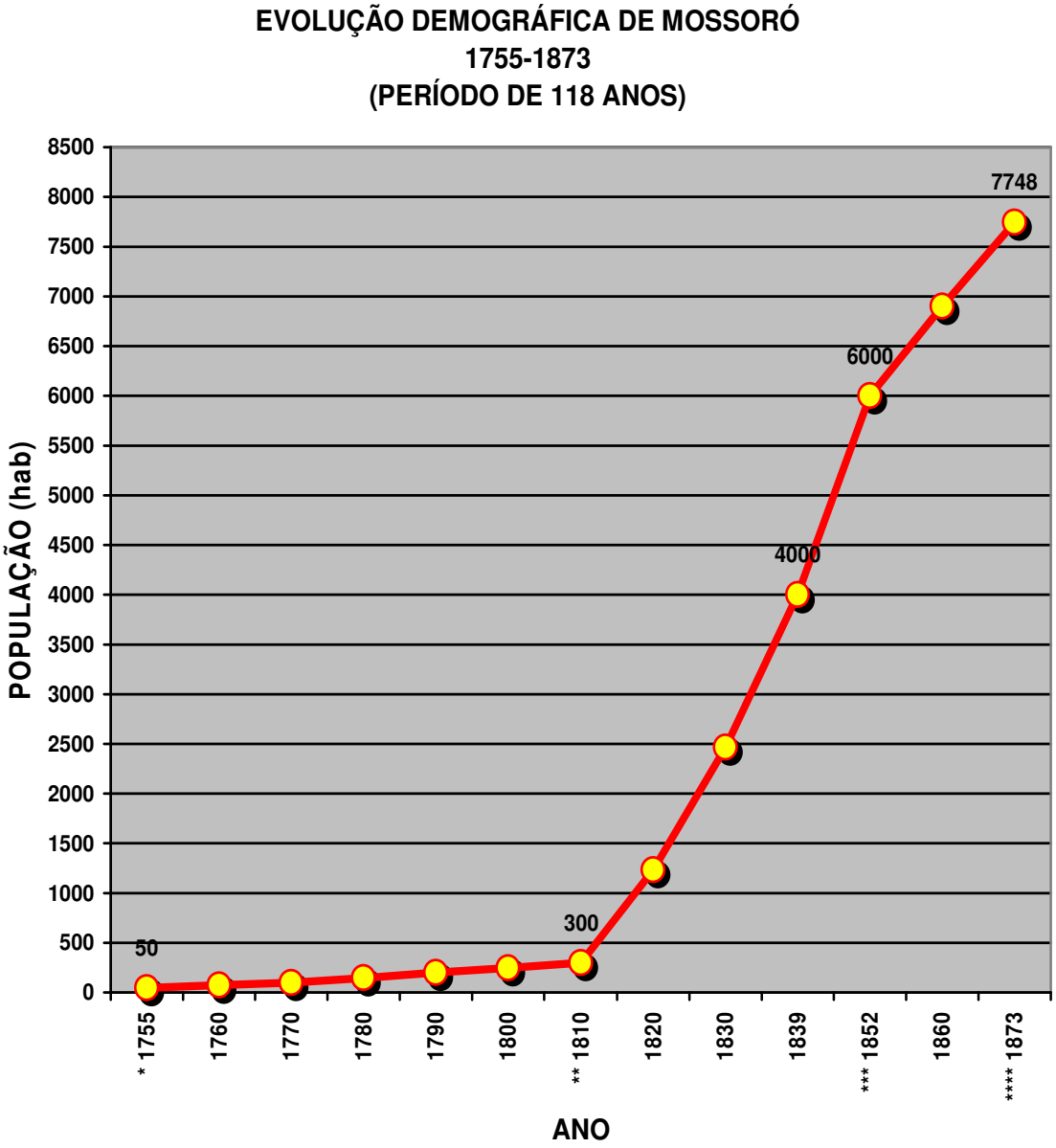


GRÁFICO 2.1: Evolução demográfica de Mossoró - 1755-1873

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Diário de viagem do inglês cronista Henry Koster em uma das suas viagens ao Ceará (1810); Contagem da População (1839); Levantamento Demográfico (1873)

Observações:

* Ribeira de Mossoró

** Povoação (ou Arraial) de Santa Luzia

*** Ano em que a Povoação (ou Arraial) de Santa Luzia eleva-se à categoria de Vila, Termo e Município de Mossoró

**** Terceiro ano posterior ao ano em que a Vila, Termo e Município de Mossoró eleva-se à categoria de Cidade de Mossoró

Em 1873, consta que Mossoró tinha uma população de 7.748 habitantes, sendo que 3.966 homens e 3.782 mulheres. Desse total, 1.499 pessoas sabiam ler, 367 eram escravos, e 18 eram estrangeiros. A Vila contava com 1270 habitações residenciais (Levantamento Demográfico de 1873, apud SILVA, 1983:22).

Nesse período, Mossoró se abastecia em Recife e era grande a influência de seu comércio. O renome de seus comerciantes, assim como a importância de suas transações, extrapolava suas fronteiras, atingindo alguns países e atraindo homens de mentalidade e lugares diferentes para trabalhar e viver em Mossoró. Segundo CASCUDO (2001), no período de 1872-74, existiam as seguintes empresas estrangeiras em Mossoró: Leger & Cia, Henry Adms & Cia, Teles Finizola, Gustavo dos Prazeres Brayner, Conrado Mayer, Graf & Cia, e Guynes & Cia; que muito contribuíram para o acelerado desenvolvimento do comércio e da própria estrutura da cidade, provocando o surgimento da "Rua do Comércio" e a construção do "Porto de Fundo Fluvial", com seus armazéns e depósitos de mercadorias (Ver **Foto 2.2**).

Mossoró passou a assumir o papel de grande praça comercial, inclusive a nível regional. Devido a sua privilegiada geografia - ponto de comunicação entre o sertão e o litoral, Mossoró abastecia todo o oeste, parte do centro-norte e ainda o agreste potiguar. Eram ainda sua área de influência os Cariris Novos, no Ceará, e o Vale dos rios do Peixe e Piancó, na Paraíba. Dos sertões paraibanos, Mossoró recebia algodão, couro, queijo, manteiga, e ainda farinha, feijão, milho e arroz que também chegavam de Pernambuco e Ceará. E, em contrapartida, seguia sal, esteiras e chapéus de palha de carnaúba, velas de cera, e cereais. De Recife, Mossoró recebia produtos importados europeus, como bebidas, fumo, fazendas (tecidos), louças, e jóias. E, em contrapartida, enviava algodão, couro, queijo, cera de carnaúba, e borracha de maniçoba (SANTOS,2002).

FOTO 2.2: Rua Cel Vicente. Centro Comercial da Cidade de Mossoró
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

Sendo a cidade mais rica da região, durante a seca de 1977, Mossoró atraiu um enorme contingente de retirantes que provinham de toda zona oeste do estado e estados vizinhos, na busca de meios de sobrevivência. Esse contingente populacional beneficiou os comerciantes e os salineiros, pois tiveram mão-de-obra abundante e barata disponível, uma vez que os retirantes trabalhavam de 10 a 12 horas por dia em troca de um irrisório alimento (farinha e rapadura). Foi beneficiado também o poder público municipal – a Intendência, pois o governo provincial liberou grande quantidade de verbas públicas, para atender as pessoas atingidas pela seca e para realizar obras indispensáveis ao tráfego de mercadorias, tais como: estradas, açudes, portos, e a retificação do rio Mossoró; aproveitando ao máximo a mão-de-obra dos flagelados. Segundo FELIPE (1982:55), "*é nesse contexto de concentração de capitais* [tanto privados como públicos] *e de população que o comércio de Mossoró acumula suas riquezas*", propiciando uma significativa remodelação

urbanística em seu sítio urbano.

Sob a vigência do Código de Posturas (Resolução de 18 de agosto de 1855), que também normatizava a construção das edificações e o arruamento, o traçado urbano se torna mais regular e se expande com ruas largas e praças. Houve até a demolição de choupanas, palhoças e casebres que "enfeiavam" ou atrapalhavam o traçado das novas ruas e a construção de praças e edifícios novos.

Em 1874, de acordo com SILVA (1983:24-25), a Câmara Municipal "(...) *nomeia uma comissão composta por Rafael Arcanjo da Fonseca, José Alexandre Freire de Carvalho e o alferes João da Costa Andrade para fazerem a denominação das ruas e praças da cidade*." Feito o relatório, a Câmara aprovou e determinou que "(...) *fossem colocadas placas nas paredes das esquinas com os nomes e as indicações porque passariam a ser denominadas."*

E em 1883, a Câmara Municipal dá novas denominações às ruas e praças, e neste ato, há homenagem a comerciantes tradicionais. (Ver **Figura 2.12: Planta da Cidade de Mossoró. 1883**)

Vale salientar que, em 9 de novembro de 1886, a Câmara solicita ao Presidente da Província a concessão de três quilômetros de terra, sobre a margem esquerda do rio Apodi, e mais três quilômetros na direção noroeste, ficando a Cidade no centro de tal área (CASCUDO, 2001:95). A justificativa era a ocupação da população em terreno útil fora do perímetro urbano, onde não era possível aplicar convenientemente o Código de Posturas até então vigente.

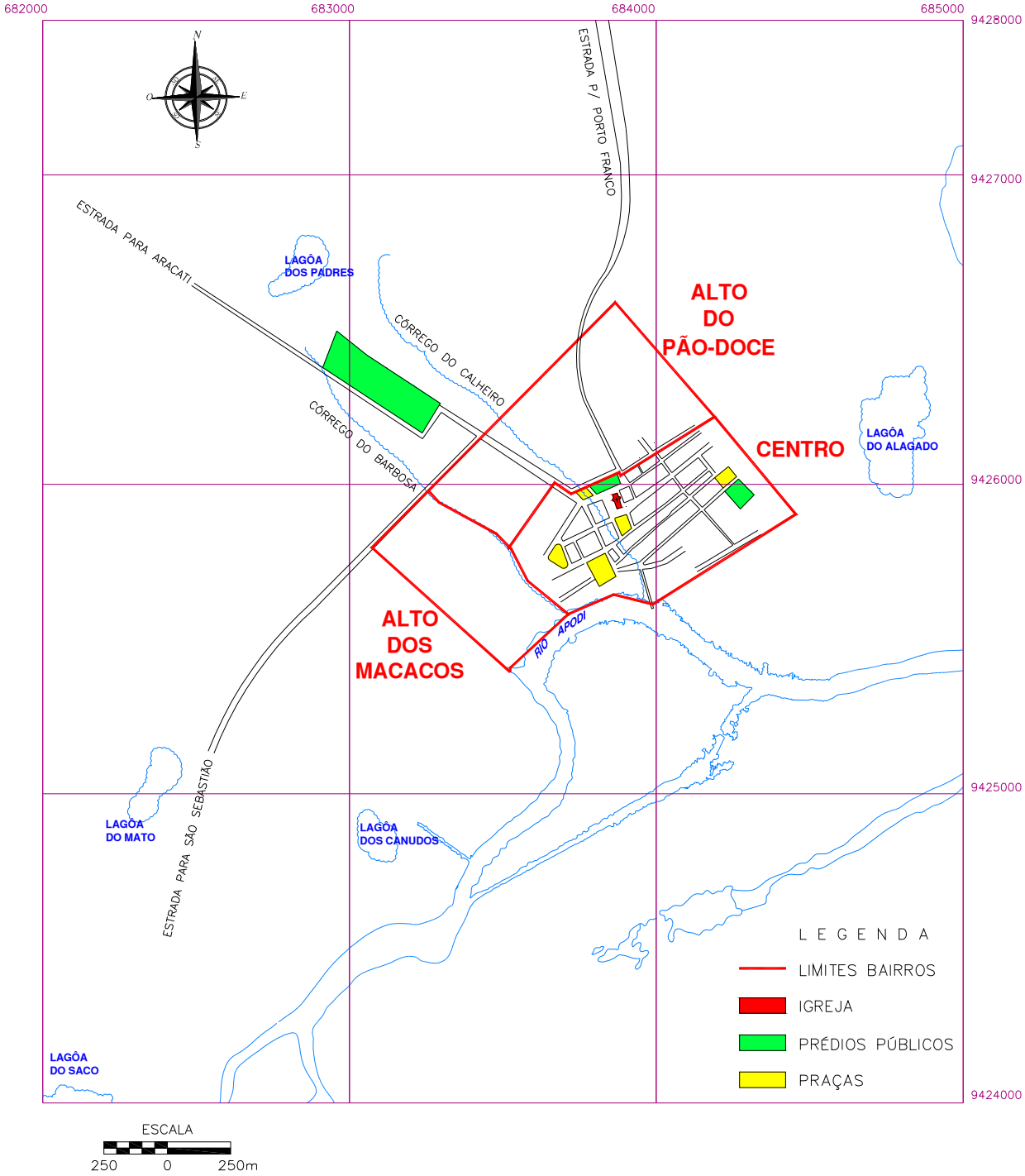


FIGURA 2.12: Planta da Cidade de Mossoró. 1883

Fonte: Elaborado pela autora. A partir da base cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e informações da planta "Uma tentativa de Mossoró vista em 1883", de Raimundo Nonato da Silva, publicado em "Evolução Urbanística de Mossoró", Pg 37.

Durante o período de 1887 a 1889, ocorre novamente uma grande seca que flagela todo o nordeste brasileiro. Segundo ROCHA (2005:40), desta vez, "(...) *a seca enfraqueceu o Comércio de um modo geral e especialmente de Exportação, pois faltavam o algodão, o couro e as peles, e assim muitas Casas Comerciais foram fechadas*." As firmas estrangeiras foram as primeiras a fechar suas portas, a fim de procurar outras praças.

Ainda segundo ROCHA (id. ibid), a seca somente beneficiou os comerciantes que se tornaram fornecedores de alimentos ao Governo, que na época, prestava socorro aos flagelados; "(...) *e os capitais, antes voltados exclusivamente para o Comércio, passaram a ser investidos nas Salinas*", que aproveitou a abundante mão-de-obra dos flagelados para impulsionar seus negócios. As salinas da região passaram a ter uma produção significativa, gerando riqueza para seus proprietários.

A década de 1890 revela outros comerciantes. Alguns comerciantes faliram, os estrangeiros migraram, restando alguns comerciantes locais. Mossoró ainda era escoadouro de matérias-primas para o sertão. Em volume de produto, o sal era o produto mais exportado; nesse ano, conforme a tabela 2.3, eram desembarcados do Porto de Mossoró (também conhecido como Porto Franco) 12.914.176 kg de sal, contra 1.016.505 kg de algodão e 25.608 kg de produtos salgados, como carne e peixe.

Embora dispusesse dos transportes marítimo e pluvial, através dos quais, a cidade se comunicava com as demais regiões do país, Mossoró, para continuar em consonância com o capitalismo mercantil da época, carecia de ferrovias e estradas de rodagem (estradas pavimentadas) que lhe propiciassem uma melhor comunicação com o sertão. Até então, esta comunicação ainda era realizada através das antigas "estradas das boiadas".

No Brasil, a primeira estrada de ferro tinha sido inaugurada em 1855;

era um trecho de 14,5 km entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, construído pelo empresário Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) através de uma concessão do Governo Imperial (OLIVEIRA,2005). A partir daí, o desenvolvimento da cafeicultura na Província de São Paulo determinou a construção de diversas estradas de ferro em fins do século XIX, como condição básica para o transporte da produção. Nesse contexto, que contou com grandes investimentos do capital industrial inglês, as cidades que tinham as maiores áreas de influência comercial do Nordeste – Recife e Salvador – se tornaram centros de difusão das ferrovias no Nordeste, comunicando-se a amplas áreas do interior nordestino diretamente ou, indiretamente, através das capitais de cada Estado.

O Rio Grande do Norte então, foi comunicado à área de influência de Pernambuco em 1883, quando parte da rede ferroviária da Great Western of Brazil Railway chegou à Nova Cruz, estabelecendo uma ligação entre o RN e os estados do Nordeste. Sua primeira ferrovia, a Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte, foi inaugurada em 1906, ligando Natal a Ceará-Mirim.

Em Mossoró, o sonho da estrada de Ferro começa relativamente cedo. São inúmeras tentativas, mas nenhuma delas foi realizada:

- A Lei 646, de 14 de Dezembro de 1870, que "(...) *autoriza contrato com os engenheiros Luís José da Silva e João Carlos Greenbalgh de uma estrada ferroviária ligando Mossoró a Porto de descarga dos navios que entrarem no rio* (Porto Franco)." CASCUDO (2001:82);
- A Lei 662, de 12 de Julho de 1873, que "(...) *autoriza a abertura de uma estrada ligando a cidade de Mossoró a Serra de São Miguel, com um ramal para a cidade de Imperatriz (Martins).*" Ibid p.85;
- A Lei do Orçamento Provincial de 1875, que "(...) *atende a construção da estrada entre Mossoró e a Vila do Triunfo (Augusto*

Severo)." Ibid;

- A Lei 742, de 26 de Agosto de 1875, quando "*Johan Ulrich Graf consegue autorização para uma estrada de ferro partindo do porto ou cidade de Mossoró na direção do Apodi e Pau dos Ferros* (...)" Ibid;
- O Decreto 51, de 22 de Setembro de 1890, que concedia a um "(...) *grupo de capitalistas e negociantes, privilégio para a construção de uma ferrovia partindo da embocadura do rio Mossoró em Areia Branca para a Serra do Luís Gomes* (...)" Ibid p.99.

Somente em 19 de Março de 1915, foi inaugurada a primeira estrada de ferro de Mossoró, que era um trecho da estrada de ferro Mossoró-São Francisco, da "Companhia de Estrada de Ferro Mossoró S/A". Esse trecho ligava o Porto de Areia Branca[15] a cidade de Mossoró, mais especificamente ao Bairro Alto da Conceição (antigo "Alto dos Macacos").

Também em 1915, foi dado início ao Bairro Doze Anos, quando Manoel Reginaldo da Rocha construiu uma série de vinte residências, nas proximidades do Cemitério. Já em 1916, perante os arranjos espaciais que a linha férrea preconizava, foi solicitada uma planta topográfica da cidade ao Engenheiro Henrique de Novaes que era, na época, Superintendente da Estrada de Ferro de Mossoró, tendo depois se projetado no cenário nacional como renomado profissional da engenharia e Senador da República pelo Espírito Santo.

A sua planta topográfica da cidade, com projeção de novos bairros e sistematização dos existentes, modificou algumas ruas e travessas antigas, e exigiu a demolição de diversas construções velhas e a proibição de algumas

[15] O Porto Franco (antigo Porto de Mossoró) passou a ser denominado Porto de Areia Branca. Pelo Decreto Estadual de 16 de Fevereiro de 1892, desmembrando do Município de Mossoró, foi criado o Município de Areia Branca, elevando sua povoação à categoria de Vila.

construções novas que não se adequavam ao plano, o que deu à cidade um novo aspecto urbanístico. A Resolução nº38 da Intendência, de Maio de 1916, mandava que todos os mossoroenses respeitassem a planta do Engenheiro Novaes em toda a sua integridade (AQUINO, 1991). (Ver **Figura 2.13: Planta da Cidade de Mossoró. 1917**)

Vale destacar aqui que a expansão do sítio urbano da cidade se deu na direção de seus principais vetores de circulação de mercadorias, que eram: a estrada para São Sebastião, que os comboios seguiam para chegar aos sertões potiguares e paraibanos; a estrada para Aracati, que os comboios seguiam para chegar às cidades do Vale do Jaguaribe; e a estrada para Porto Franco (antigo Porto de Mossoró, agora denominado Porto de Areia Branca), que, desde 1915, passou a contar com uma estrada ferroviária para o transporte de mercadorias. É importante observar também, que a cidade se expandiu mais aceleradamente na direção desse último trecho, provavelmente porque havia uma maior dinâmica econômica em torno dele. Segundo FELIPE (1982), houve uma verdadeira disputa entre os comerciantes para instalar seus armazéns e depósitos ao longo da linha férrea, onde fariam o fluxo de mercadorias com o trem diretamente de suas calçadas.

Portanto, os arranjos espaciais mais importantes desse período foram: o surgimento dos bairros residenciais; e a expansão do centro da cidade, incluindo o território do antigo "Alto do Pão Doce" e parte do território do antigo "Alto dos Macacos", na tentativa de "centralizar" a linha ferroviária e as atividades econômicas que em torno dela se estabeleciam.

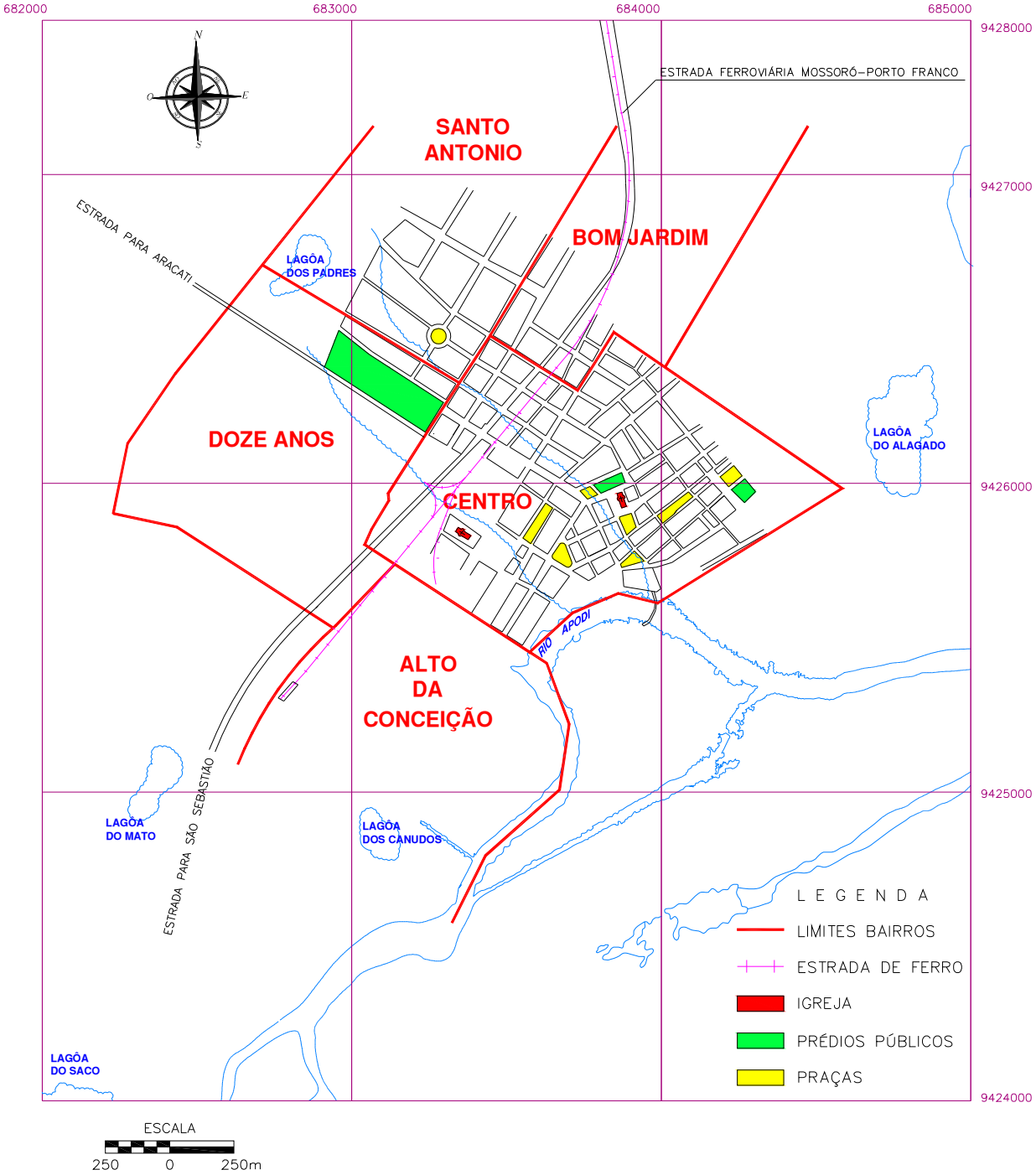


FIGURA 2.13: Planta da Cidade de Mossoró. 1917

Fonte: Elaborado pela autora. A partir da base cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e planta "Croquis da Cidade de Mossoró", desenhada por Joel Escóssia em 29 de setembro de 1917, e publicada por Raimundo Nonato da Silva, em "Evolução Urbanística de Mossoró", Pg 49.

Na década de 1920, apesar de ser uma época de construção de várias

estradas de rodagem, como Mossoró-Limoeiro (CE), e a cidade já dispor de estradas de rodagem para municípios vizinhos, como Mossoró-Açu (1852), Mossoró-Aracati (1859), Mossoró-Apodi, entre outras; a área de influência de Mossoró através de sua ferrovia e suas estradas era muito pequena se comparada a outros Empórios Comerciais que se expandiam na época, como Campina Grande (PB).

Então, rapidamente, o transporte pelas águas – marítimo e fluvial, perdia sua importância para o transporte de mercadorias. E o transporte por terra – ferroviário e rodoviário, estabelecia uma nova relação entre as cidades nordestinas. Com o desenvolvimento das Estradas de Ferro de Natal (RN), Fortaleza (CE), e de Campina Grande (PB), essas praças imediatamente promoveram o intercâmbio com o interior de seus estados. Mossoró então, com sua função comercial bastante reduzida, perde sua posição de Empório Comercial, e se concentra em atividades agrícolas e extrativistas (Ver **Figura 2.14 - Ferrovias e rodovias construídas no Rio Grande do Norte no período 1880-1930**)

Naquela época, década de 1920, a economia do Estado do Rio Grande do Norte era predominantemente agrária. Excetuando-se a produção de sal no litoral norte, destacavam-se: a cultura do algodão associada a culturas alimentares, no sertão; e a cultura do agave, somada ao extrativismo da carnaúba e da oiticica, nos vales do rio Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró. Em contrapartida, a economia do Centro-Sul do País, especialmente de São Paulo, se tornava predominantemente industrial e provoca uma demanda crescente de matéria-prima para suas indústrias.

Nesse contexto, os comerciantes de Mossoró têm a oportunidade de exportar essa matéria-prima para São Paulo (o algodão, o agave, a oiticica, a cera de carnaúba e o sal). Com a vantagem de que o transporte das

mercadorias poderia continuar sendo o marítimo, visto que se tratava de uma longa distância.

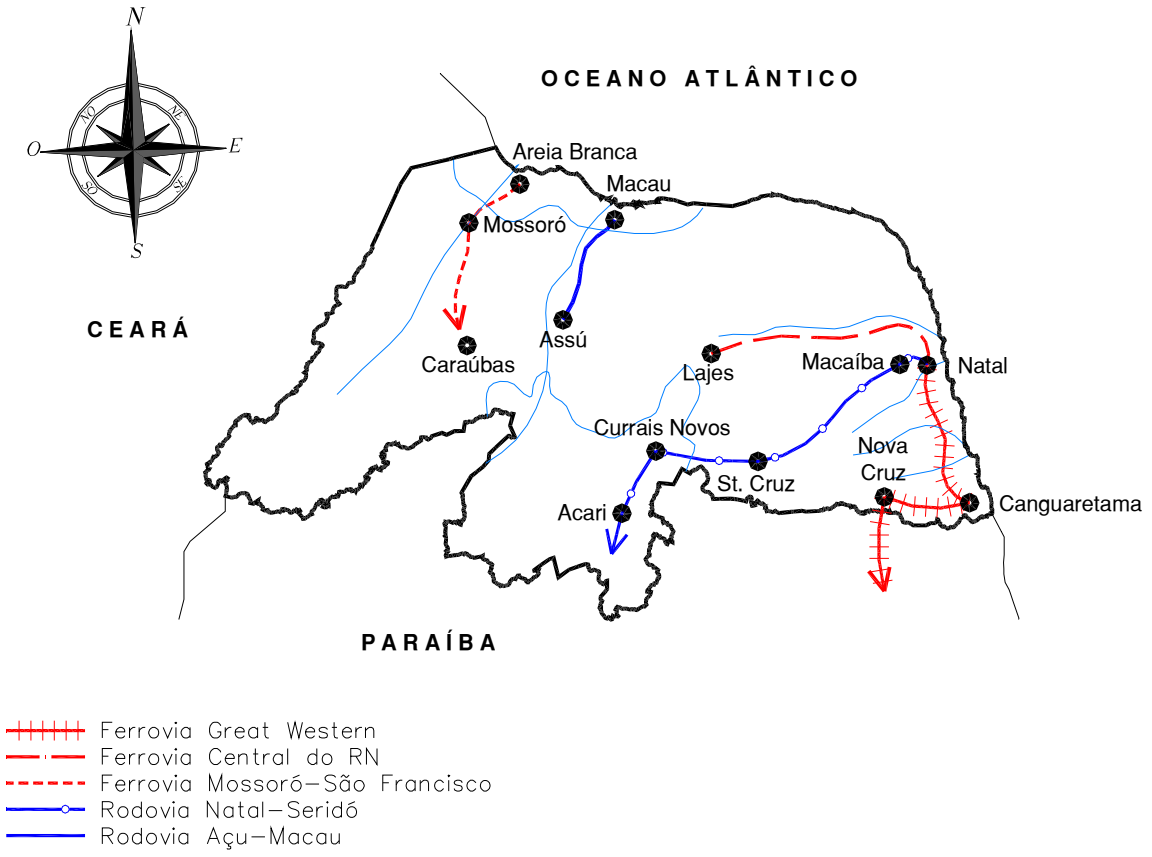


FIGURA 2.14: Ferrovias e rodovias construídas no Rio Grande do Norte no período 1880-1930.

Fonte: MONTEIRO (2002:234)

Ocorre daí, o surgimento das agroindústrias em Mossoró para beneficiar esses produtos para exportação, com o objetivo de atender uma exigência técnica da indústria paulista. São fábricas algodoeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão e de óleo de oiticica, usinas de beneficiamento da cera de carnaúba, do algodão e do agave, que mantêm Mossoró na sua função de centro regional. O beneficiamento de tais produtos para exportação,

associado à extração de sal, dão a Mossoró uma feição de centro industrial e, conseqüentemente, uma nova feição urbana, que passa a exercer forte atração sobre a mão-de-obra das populações vizinhas.

Em 1926, a Câmara Municipal solicita ao topógrafo Francisco Alves Maia a Planta da Cidade de Mossoró, que foi concluída e aprovada em 1928 (Ver **Figura 2.15: Planta da Cidade de Mossoró. 1926**). A planta fez o levantamento da situação existente e previu a expansão física da cidade acompanhando a estrada ferroviária. Para tal, a Planta estabeleceu demolições especialmente na Av. Rio Branco, que era o percurso da linha férrea e, portanto, "a espinha dorsal" da cidade, propiciando que os comerciantes e as agroindústrias aí se estabelecessem predominantemente. Vale lembrar que, nesse ano, a Estrada de Ferro de Mossoró estava sendo ampliada para São Sebastião, chegando lá em novembro de 1927.

No período compreendido entre 1926 e 1930, após o surgimento de empresas agroindustriais de grande porte em Mossoró[16], a acentuada concentração populacional ocorrida é demonstrada na figura acima pela acelerada expansão dos bairros residenciais, em especial, Alto da Conceição, Bom jardim, Paredões e Santo Antonio, sendo esses últimos os mais carentes, ocupados predominantemente pela população de baixa renda. Nota-se que o número de prédios públicos municipais não acompanhou o crescimento da cidade, ou seja, os bairros cresceram mais rápidos do que a infra-estrutura.

[16] Segundo ROCHA (2005:47), "(...) Em 1920, das cinco mais importantes Firmas Comerciais do Rio Grande do Norte, três delas eram sediadas em Mossoró (...)". Eram M.F.Monte e Cia (algodão e sal), Tertuliano Fernandes e Cia (sal), e Jerônimo Rosado (mármore e gipsita).

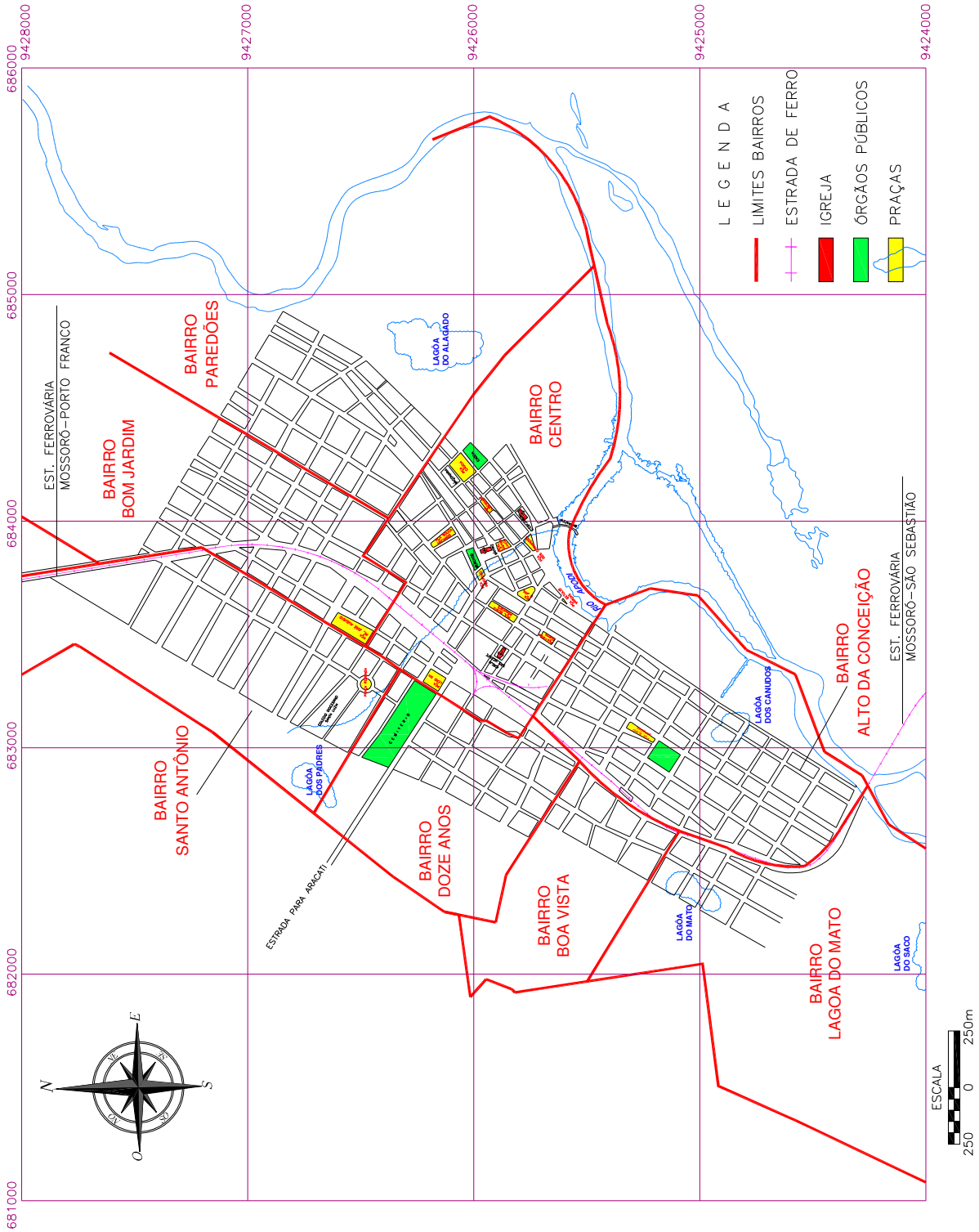


FIGURA 2.15: Planta da Cidade de Mossoró. 1926

Fonte: Elaborado pela autora. A partir da base cartográfica da Pref. Munic. de Mossoró e informações da "Planta da Cidade de Mossoró", de Francisco Alves Maia, publicado em “Alguns Pioneiros Mossoroenses da Topografia”. Pg 04.

Quanto à população, em apenas 54 anos, desde 1873, a população cresceu 262%. De acordo com o **Gráfico 2.2**, observa-se que a mudança de atividade econômica em Mossoró, quando perdeu a função de Empório Comercial regional e passou a ter a função agroindustrial exportadora para o Centro-Sul do País, não afetou o crescimento populacional de Mossoró, que continuou acelerado em virtude da atração exercida sobre as populações vizinhas.

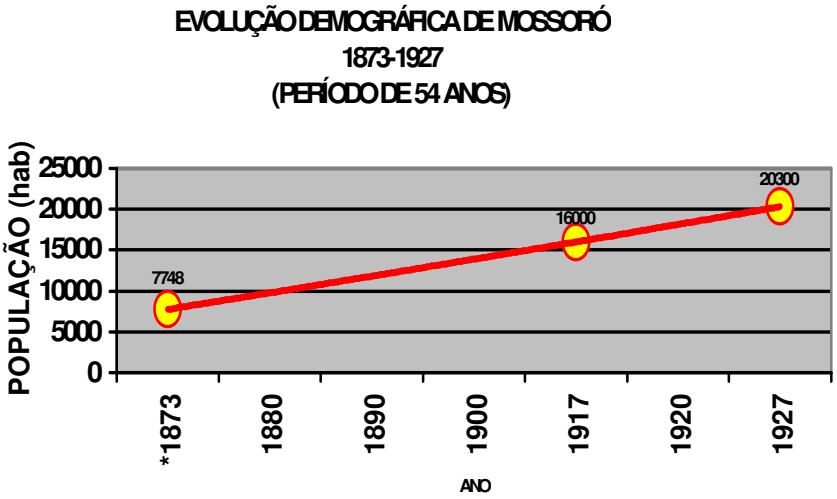


GRÁFICO 2.2: Evolução demográfica de Mossoró – 1873-1927

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Levantamento Demográfico (1873); CASCUDO em 'Notas de documentos para a história de Mossoró (2001:111); Raul Fernandes, em "A Marcha de Lampião - Assalto a Mossoró (1985).

Observações:

* Terceiro ano posterior ao ano em que a Vila, Termo e Município de Mossoró eleva-se à categoria de Cidade de Mossoró

Ocorreu assim, o inchamento da cidade que sofreu o incremento populacional ao lado de uma economia insuficiente para atender esse crescimento. A baixa oferta de emprego e as particularidades das agroindústrias, que durante um período do ano, enfrentavam grandes dificuldades devido à sazonalidade de seus produtos, desencadearam grande

rotatividade da mão-de-obra e baixos salários, gerando graves problemas sociais.

Quanto ao aspecto urbanístico, nessa época, ocorreram vários progressos. Entre eles, destacam-se as ruas que começaram a ser pavimentadas, a empresa fornecedora de energia elétrica que ampliava seus domínios, e os jardins públicos nas praças e a canalização para serviço d'água que estavam em construção. Os challets se destacavam em estilo e gosto da época, especialmente no centro da cidade.

FOTO 2.3: Mercado Público

Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal). Anos 20

FOTO 2.4: Companhia Estrada de Ferro Mossoró - Estação de Mossoró
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal). Anos 20

FOTO 2.5: Cadeia Pública de Mossoró (atual Museu Municipal)
Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal). Anos 20

FOTO 2.6: Vista aérea lateral (fotografada provavelmente de uma torre da catedral) da Praça Vigário Antonio Joaquim no centro da cidade. Anos 30

Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

FOTO 2.7: Colégio Diocesano Santa Luzia na Praça Vigário Antonio Joaquim. Hoje funciona a agência centro do Banco do Brasil. Anos 30

Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

FOTO 2.8: Praça Rodolfo Fernandes com vista para o Cine Pax ao fundo. Provavelmente na década de 1930.

Fonte: Manuelito (Acervo histórico - Museu Municipal)

FOTO 2.9: Vista aérea da cidade. Provavelmente na década de 1930.

Fonte: Manuelito (Acervo histórico do Museu Municipal)

CAPÍTULO 3

MOSSORÓ EM VIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO: Dos anos 30 aos anos 70

Considerando a divisão territorial do trabalho no Estado do Rio Grande do Norte, a cidade de Mossoró, durante o período colonial, teve dois momentos principais: o primeiro momento, que vai do início de seu povoamento em 1772 até 1852, quando Mossoró era fornecedora de gado para a indústria açucareira nordestina, em especial a de Pernambuco; e o segundo momento, que vai de 1852 até a década de 1920, quando Mossoró se tornou um importante Empório Comercial regional, sendo fornecedora de produtos regionais para outros estados e países, e em contrapartida, fornecendo produtos importados para os sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

A partir de então, mesmo com o fim desse segundo momento – o de Empório Comercial, Mossoró continuou na condição de centro regional atraindo correntes migratórias de todo o Estado. A partir da década de 1930, Mossoró assume o papel de indústria salicultora e agrário-exportadora para atender a crescente demanda por produtos primários, como o algodão e o sal, gerada pela industrialização do Centro-Sul do País.

É necessário então, compreender como se deu essa nova condição de Mossoró dentro de uma nova divisão territorial do trabalho a nível nacional, a

fim de compreender as transformações ocorridas no processo econômico mossoroense a partir desse momento e seus reflexos no processo de expansão urbana da cidade.

Importa destacar também, a ação governamental que teve início na década de 1930 com a ideologia do *desenvolvimentismo* do Estado Novo[17], e se prolongou até a década de 1950 com a incorporação e reforço do corpo burocrático de Estado que iria comandar a industrialização e a urbanização brasileira até a década de 1980.

Assim, em meados da década de 1950, surgem diversos planos e programas que focalizam a problemática dos desequilíbrios regionais. Essa ação, num primeiro momento, criou diretrizes de incentivos ao desenvolvimento industrial, especialmente no Nordeste; e num segundo momento, institucionalizou o planejamento urbano a nível nacional, dando ênfase a políticas habitacionais. Dando-se início então, à ideologia do *intervencionismo* estatal.

Dessa forma, com o apoio direto e indireto do Governo Federal, o Rio Grande do Norte teve a oportunidade de modernizar suas principais indústrias – a do sal, do algodão e da cana-de-açucar, a fim de incrementar sua ineficiente economia; como também teve a oportunidade de dirigir a expansão urbana nas suas maiores cidades, a fim de conter as tensões criadas pelo acelerado crescimento populacional. Quanto à cidade de Mossoró, foi alvo de investimentos e de diversas políticas habitacionais.

---

[17] 1937-1945. O Estado Novo se inicia quando o então presidente Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e instaurou uma ditadura em 10 de novembro de 1937. Adotou a centralização administrativa como marca para criar uma burocracia estatal ampliada e profissionalizada, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico, provocando um forte impulso à industrialização. Se encerra em 29 de outubro de 1945, quando Getúlio foi deposto. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado Novo> Acessado em: 11/Nov/2006

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O Brasil, até a década de 1930, vivia um período de transição onde predominavam no país os interesses agrários, agro-exportadores, e comerciais importadores, dentro de um contexto neo-colonial. A partir da Revolução de 30, com o encerramento da República Velha e a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, que teve sua Constituição outorgada em 1937, as elites passam a defender com vigor o envolvimento do Estado na organização da sociedade e nos rumos do desenvolvimento econômico. Surge daí a ideologia do *desenvolvimentismo*[18] brasileiro que perdura até o fim do governo populista de Getúlio Vargas, em 1954, quando começou a ideologia do *intervencionismo* através de uma forte ação de planejamento capaz de dirigir o desenvolvimento econômico e urbano da nação brasileira.

A ideologia vigente substituiu a política de importações por uma política de industrialização, visando assegurar o processo interno de acumulação e produção capitalista. O Estado foi promotor da economia e regulador. Como promotor teve um papel decisivo no financiamento dos grandes blocos de investimento e na produção direta de insumos, principalmente através da criação de infra-estrutura. Como regulador atuou no sentido de centralizar e normatizar as principais áreas da atividade produtiva nacional, regulamentando os serviços de utilidade pública, criando instâncias

[18] Dá-se o nome de Desenvolvimentismo a qualquer tipo de política econômica baseada no crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo. O desenvolvimentismo é uma política de resultados, e foi aplicado essencialmente em sistemas econômicos capitalistas, como no Brasil, durante o período de 1930-1960. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimentismo> Acessado em: 11/Nov/2006

político-administrativas de coordenação e planejamento setorial, e elaborando planos de auto-suficiência energética e de transportes.

Assim sendo, mais precisamente a partir de 1937, com a promulgação da Nova Constituição do Estado Novo, iniciou-se o processo de redirecionar as atividades produtivas para a industrialização, que resultou da constituição de uma forte burocracia que atuava nas instâncias político-administrativas com o objetivo de promover a coordenação e o planejamento setorial, abrindo caminho para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Segundo FERNANDES e NEGREIROS[19], para compreender a trajetória da ação estatal no Brasil, é preciso conhecer que o Estado brasileiro sempre teve uma orientação intervencionista e/ou desenvolvimentista, exercendo um papel ativo na formulação das diretrizes econômicas, na busca de viabilizar o capitalismo industrial e financeiro. Para tanto, providenciou a infra-estrutura necessária para a iniciativa privada e forneceu os insumos necessários aos empreendimentos que sustentaram o processo de desenvolvimento. Nessa trajetória é possível reconhecer dois momentos distintos:

a) o Estado desenvolvimentista, que vai da década de 1930 até o final da década de 1960;

b) o Estado marcado por uma atuação predominantemente intervencionista, que vai da década de 1970 até o final da década de 1980, quando teve início um período de definições econômicas, sociais e políticas, que resultaram em

[19] Ana Cristina Fernandes é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco e Rovena Negreiros é bacharel em Direito, pesquisadora e doutoranda em Economia do Setor Público – Políticas Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Juntas, escreveram o artigo "Desenvolvimento Econômico, Divisão de Trabalho e Mudanças na Rede Urbana", publicado no livro "Brasil Urbano", organizado por Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença (2004).

profundas mudanças e apontaram em direção a um Estado com características neo-liberais, a partir da década de 1990.

A ideologia do *desenvolvimentismo* durante os anos 30 e 40, prolongou-se pelos anos 50 com a incorporação e reforço do corpo burocrático do Estado que iria comandar a industrialização brasileira até a década de 1980. A atuação estatal caracterizava-se pelo esforço conjugado do planejamento com o investimento, que buscava o desenvolvimento baseado na industrialização acelerada, tendo o Estado como promotor desse processo.

A partir de 1955, durante a gestão do Presidente Kubitschek, começaram a ser fundadas as bases do modelo econômico que foi seguido durante as duas décadas seguintes. Como já foi dito, o Plano de Metas (56/61) do Presidente Kubitschek foi ponto de partida para que fossem desenvolvidos diversos estudos e planos de desenvolvimento, continuados depois pelo I Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, elaborado em 1961 pela SUDENE.

Foram criadas empresas estatais em setores básicos como aço, petróleo, energia elétrica, e transportes, além de instituições bancárias como o BNDE, o Banco do Estado de São Paulo, e agências de fomento ao desenvolvimento como o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), principal agente financeiro da SUDENE. Datam dessa época também, a criação da PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S/A) e da ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras S/A).

Até o golpe militar de março de 1964, a política econômica foi orientada para exportações de bens manufaturados, proteção à indústria local e o investimento estatal direto. Após o golpe, instalou-se uma crise econômica profunda, com reflexos na redução da capacidade produtiva e no crescimento

das reivindicações sociais. Para amenizar essa tendência, o Governo Federal passou a concentrar-se nas chamadas “reformas de base”.

O Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG (64-66) propugnava o crescimento econômico e o emprego, a redução das taxas de inflação, a correção dos déficits da balança de pagamentos, o aumento das obras públicas e a instituição de um programa habitacional. Para tanto foram criadas instituições como o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, o Banco Nacional da Habitação – BNH, as Sociedades de Crédito Imobiliário e o SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Na área rural iniciou-se um processo de modernização centrado na grande propriedade consumidora de insumos agrícolas e na mecanização – que terminaram por levar o desemprego ao campo.

Quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, na década de 1930, sua economia estava em plena fase salicultora e agrário-exportadora, de algodão principalmente, onde continuou até a década de 1970, em atenção à demanda da indústria do Centro-Sul do País. Destacavam-se o desenvolvimento e ampliação das áreas algodoeiras no sertão, e os cristalizadores saliníferos no litoral norte; ambos geravam uma maior arrecadação de recursos para o Estado. A produção de açúcar, concentrada no litoral sul, se reerguia com a utilização de equipamentos modernos e, mesmo assim, continuava em menor escala e importância econômica.

Segundo SANTOS (2002), a cultura algodoeira difundiu-se pelas antigas áreas de criação do Rio Grande do Norte, contando com estímulos do Governo – a instalação do Serviço Estadual do Algodão em 1924 e a construção de estradas para o interior, imprescindíveis para a comercialização do produto. O Estado investiu na mecanização do beneficiamento do algodão

nas regiões do Seridó e Oeste, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1940.

Nesse momento, dava-se início a mudanças no processo do beneficiamento do algodão, visando à utilização desse produto para fins industriais mais amplos. O processo de beneficiamento se concentrou nos pequenos núcleos urbanos próximo às áreas de produção de algodão, fazendo que muitos núcleos passassem à condição de cidade. (Ver **Tabela 3.1**)

TABELA 3.1
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE ALGODÃO EXISTENTES NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1942

MUNICÍPIOS	NATUREZA DOS ESTABELECIMENTOS					
	FIAÇÃO E PRENSAGEM	BENEFIC.	ÓLEOS VEGETAIS	FAB. BENEFIC.	ESTOPA	TOTAL
Natal	01					01
Acari		06				06
Alexandria		04				04
Angicos		08	01			09
Apodi		01				01
Augusto Severo		09				09
Baixa-verde		03	01			04
Caicó		03				03
Caraúbas		06				06
Currais Novos		11	01	01		13
J. do Seridó		05				05
Jucurutu		04				04
Lages		05				05
Luis Gomes		03				03
Macaíba		04				04
Martins		07				07
Mossoró	01	03	04		01	09
Nova Cruz		06				06
Parelhas		13				13
Patu		08				08
Pau dos Ferros		05				05
Pedro Velho		01				01
Santana do Mato		08				08
Santa Cruz		12				12
Santo Antonio		01				01
São Gonçalo		02				02
São Miguel		07				07
São Tomé		11				11
Serra Negra		01				01
TOTAL	**02**	**157**	**07**	**01**	**01**	**168**

Fonte: Departamento Estadual de Estatística. Relatório de 1942, p.52-56. Cf. Clementino, Maria do Livramento Miranda. Op. Cit. p. 137.

A **Tabela 3.1** acima, mostra bem a difusão do processo de beneficiamento de algodão dentro do Estado, no início dos anos 40, onde os municípios mais envolvidos eram Currais Novos, Parelhas, Santa Cruz e Mossoró. Vale salientar que Mossoró não tinha o maior número de estabelecimentos do Estado, mas o aparato industrial que possuía era o mais importante do Estado naquele momento.

No entanto, durante a década de 1940, algumas empresas algodoeiras foram crescendo e ganhando maior estrutura funcional, reduzindo o número de equipamentos de menor porte, como os "descaroçadores" de algodão. Ocorre assim, a extinção dos pequenos estabelecimentos, cedendo lugar às usinas, com capacidade instalada para maior produção e lucro.

Na década de 1950, a política de industrialização desencadeada no Centro-Sul do país desde o início do século, se firma e repercute sobre as decisões político-econômicas de todo o território nacional. O marco dessa política foi o Plano de Metas do Governo de Juscelino (1956-1960), que segundo LIMA (2001:86), "(...) *contemplava a produção de energia e de alimentos, a implantação de indústrias básicas e a formação de pessoal ténico*. (...)". Vale salientar que o Plano de Metas foi criado dentro de uma conjuntura internacional que favorecia o desenvolvimento econômico e o planejamento; e ocorreu que,

> "(...) *A expansão do capitalismo, a disponibilidade de financiamento internacional (BIRD), a disponibilidade da Cepal para formar quadros técnicos, e a aprovação em 1949, nos Estados Unidos da América, do International Development Act, contemplando a cooperação com o desenvolvimento econômico brasileiro, contribuíram para a implantação do planejamento governamental no Brasil.* (...)" LIMA (2001:86)

Sua ação, conhecida pelo seu caráter nacional-desenvolvimentista, contou com um sistema de instituições voltadas para o planejamento, o

financiamento e a produção[20], onde o governo foi facilitador e intermediador da ação do capital privado. Entre os instrumentos de captação de recursos destacou-se o sistema FINOR-34/18 [21].

Foi criado também o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) em 1958, que dois anos depois, apresentou um diagnóstico da região Nordeste e, ao mesmo tempo, apresentou soluções alternativas para a área em questão. Seu modelo de industrialização, que nunca se concretizou, visava um planejamento integrado, para tanto preconizava a reorganização das indústrias tradicionais, como têxtil algodoeira, e a instalação de indústrias de base.

Porém, em 1959, do GTDN surge a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), cuja ação priorizava, através de recursos e incentivos, a indústria de base nordestina para que viesse a ser fornecedora de insumos industriais para outras regiões, em especial, o Sudeste. Na prática, a ação da SUDENE distorceu dos fins para os quais fora criada. Com a crise do processo de acumulação no Centro-Sul[22], a partir de 1961, é votada a lei que concedia incentivos fiscais, baseada no imposto de renda, para as indústrias que se fixassem no Nordeste. Tal medida provocou, acima de tudo, a expansão do capital industrial da região Centro-Sul no Nordeste, onde os grandes beneficiados pelo sistema de incentivos foram as grandes empresas já instaladas no Centro-Sul que, associadas ao grande capital nacional e

---

[20] As instituições eram o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, 1952), PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro SA, 1954), e Banco do Nordeste (1953).

[21] O FINOR (Fundo de Investimentos para o Nordeste), aliado aos incentivos fiscais do Artigo 34/18, foi o principal instrumento de captação de capitais para o Nordeste e o responsável pelo ajustamento da indústria nordestina ao conjunto industrial brasileiro.

[22] A economia brasileira enfrentava dificuldades. Segundo SANTOS (2001:227), "(...) *no período de 1957/61, o produto interno bruto era da ordem de 6,9% ao ano. Mas no período de 1962-64, caiu para 3,4% (...) Esse comportamento da economia brasileira gerou problemas de toda ordem, sobretudo, de natureza social que resultou num golpe militar, conhecido como a Revolução de Março de 1964.*"

multinacional, se sentiram atraídas pelas matérias-primas locais ou pelo mercado nordestino.

Dessa forma, a industrialização desencadeada no Centro-Sul do país, concentrada em São Paulo, provoca profundas transformações nas outras regiões, principalmente no Nordeste, no momento em que faz adoção maciça de capital e de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Em geral, o parque industrial nordestino operava com técnicas e instrumentos rudimentares que mantinham o nível de empregos na região. A inserção de capital e a implantação de modernas tecnologias provocaram o monopólio de ramos inteiros de produção nas mãos de poucos grupos, como também, desemprego em massa.

Nesse contexto, a partir da década de 1960, o Estado do Rio Grande do Norte também se industrializava através dos incentivos da SUDENE, e se inseriu na divisão territorial do trabalho, a nível nacional, como fornecedor de matéria-prima local – algodão e sal, que eram seus produtos mais abundantes desde o Período Colonial.

A indústria mais atingida, que repercutiu profundamente na estrutura urbana e social de sua região, foi a indústria do sal. Pois quando a indústria química nacional, que utilizava o sal como matéria-prima, aumentou consideravelmente a demanda pelo produto, a indústria salicultora norte-rio-grandense, que ainda produzia nos moldes artesanais, se foi alvo de grandes investimentos e se modernizou rapidamente para poder atender essa crescente demanda. Como resultados, na década de 1960, ocorreram profundas transformações no parque salineiro do Estado, tais como:

- A substituição dos processos artesanais por técnicas e equipamentos modernos, elevando consideravelmente a produção e aumentando o lucro, através da contratação de poucos operários qualificados e da

introdução de um maquinário que substituía dezenas, e em alguns casos, centenas de homens trabalhadores;

- A introdução maciça de capital estrangeiro, em virtude da incapacidade dos capitais locais em promover tamanha modernização;
- O controle do parque salineiro por um pequeno número de empresas ligadas ao capital estrangeiro, situação esta que perdura até os dias atuais.

Assim, o processo de modernização das salinas não só reestruturou o parque industrial salicultor, como produziu grandes transformações espaciais nas maiores cidades, no momento em que gerou desemprego e reduziu o poder aquisitivo da maior parte da população da região salineira, em especial de Macau e Areia Branca, provocando grandes fluxos migratórios para as maiores cidades do Estado – Natal e Mossoró.

Importa destacar agora que, em paralelo ao planejamento voltado ao desenvolvimento industrial, a década de 1960 trouxe também o planejamento voltado à questão urbana, em especial habitacional. Logo após o Golpe Militar de 1964, foi criado o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo, 1964-66) que, quanto à questão urbana, "(...) *mencionava a necessidade de uma política habitacional em face do rápido crescimento da população urbana (...) e devido ao déficit habitacional estimado em 7 milhões de unidades.* (...)" (LIMA,2002:92).

Então, ainda em 1964, foi criado o SFH (Sistema Financeiro Habitacional) que pressupunha a necessidade de planejamento e organização do crescimento das cidades, a partir do momento em que o sistema pretendia resolver o problema de habitação no Brasil através do estímulo à construção de habitações de interesse social, e do financiamento da casa própria especialmente para a população de menor renda. Seguindo esses propósitos,

essa mesma lei também criou o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Enquanto o primeiro seria responsável pelo financiamento da construção habitacional de baixa renda no país, através da gestão do FGTS[23], o segundo seria responsável pela orientação técnica aos municípios para a elaboração de seus planos diretores e políticas habitacionais, sem os quais esses não estariam qualificados a receber as verbas federais. Vale salientar que a ação do BNH não se limitou apenas à habitação, pois incentivou a educação e a cultura, e financiou obras de infra-estrutura urbana, como rede de energia elétrica, de transportes e de comunicação. Enfim, atuou como um dos mais expressivos agentes financeiros do processo de desenvolvimento urbano.

Por todas essas ações governamentais em busca do desenvolvimento integrado entre economia e urbanização, pode-se chamar a década de 1960 de "década do planejamento". No Estado do Rio Grande do Norte, somente a partir do final da década de 1960, podemos perceber uma atuação mais efetiva sobre sua indústria e seu espaço urbano, logo após a criação de todo o aparato institucional voltado para essas diretrizes de desenvolvimento. Em 1967, a cidade de Natal, já concebia o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal. E em 1975, a cidade de Mossoró instituiu seu primeiro Plano Diretor.

Vale salientar que as demais cidades potiguares não apresentaram planos e praticamente não sofreram alterações em seus contornos urbanos. No período 1930-1970, em geral, somente a capital estadual e, em menor

[23] O FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é um fundo público de poupança compulsória, criado em 1966 e formado pela contribuição de 8% sobre a folha salarial das empresas. Sua função é ao mesmo tempo ser um fundo de indenização para o trabalhador demitido e ser o principal instrumento financeiro da política federal de desenvolvimento urbano, nas políticas setoriais de saneamento básico e habitação popular. Até 1986, os recursos do FGTS foram geridos pelo BNH. Com a extinção do banco, passaram a ser administrados pela Caixa Econômica Federal e Ministério do Planejamento. Disponível em <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/saneam/planasa/fgts/index.htm>. Acessado em 01/Nov/2006.

proporção, Mossoró concentrou populações e desenvolveu atividades terciárias geradoras do desenvolvimento urbano.

Quanto aos meios de transporte no Estado, eles se desenvolveram mais aceleradamente no período 1930-1970, em atenção às necessidades das atividades econômicas de exportação e sempre atrelados às políticas públicas e aos recursos federais de combate às secas. No entanto, a circulação de mercadorias entre o Estado e outras unidades da Federação predomina até a década de 1960 pelo transporte marítimo. As estradas rodoviárias eram precárias. E o desenvolvimento do sistema de transporte terrestre, inicialmente o ferroviário e depois o rodoviário, foram somente medidas complementares à navegação marítima.

Os traços básicos do sistema urbano potiguar, desenhados desde o período colonial ao longo das principais vias de exportação, não sofreram modificações significativas. O processo de urbanização, entendido como reestruturação das relações campo-cidade, não avançou como nos estados vizinhos. E se não avançou, é porque não houve registro de transformação do mundo agrário. A difusão ou atomização das cidades marcou as manifestações do desenvolvimento do capitalismo no Estado e dimensionou de modo precário o processo de urbanização nesse período. E se alguma mudança emergiu, foi o Estado oligarca o responsável por ela.

3.2 A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA SALINEIRA E AGRÁRIO-EXPORTADORA DE MOSSORÓ E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE

A lenta construção de uma rede viária moderna partindo de Mossoró para o interior provoca a derrocada de sua importante praça comercial, de alcance regional, durante o período de 1924/26. Pois, conforme analisado na

seção anterior, sua precária rede viária[24] não lhe permite concorrer com Fortaleza (CE) e Campina Grande (PB), que rapidamente se projetam para o interior dominando a antiga área de influência comercial de Mossoró.

Devido a política desenvolvimentista brasileira implantada pelo Estado Novo, a partir de 1930, que investia em toda infra-estrutura necessária para o país se industrializasse nos moldes capitalistas da época, a cidade de Mossoró, após perder sua função de Empório Comercial regional, consegue rapidamente se inserir no processo de industrialização brasileiro, como fornecedora de matéria-prima (principalmente sal, cera de carnaúba e algodão) para a indústria do Centro-Sul do país, em especial de São Paulo. E para que execesse o papel de fornecedora com seus produtos dentro do padrão técnico exigido pelas indústrias, Mossoró teve que se industrializar, surgindo assim a indústria de beneficiamento dos produtos que iria exportar.

Como já foi dito, eram fábricas algodoeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão e de óleo de oiticica, usinas de beneficiamento da cera de carnaúba, do algodão e do agave, que manteriam Mossoró na sua função de centro regional. Vale lembrar que esse processo de formação de uma indústria de beneficiamento ocorreu em paralelo ao aumento da extração de sal, que também era produto de exportação.

Dessa forma, foi dado o impulso para Mossoró se industrializar. E vale salientar que, nesse período de 1930 a 1970, a industrialização de Mossoró apresentou duas fases marcantes. Como ressalta FELIPE (1982:67),

> "(...) *uma que abrange o período de 1920 a 1954, quando a cidade ganha cerca de 30 unidades industriais* [de médio e grande porte]. *E outra fase que abrange o período de 1955 a 1968, quando são instaladas 132 unidades produtivas nos mais diversos ramos industriais* (...)."

[24] Vale salientar que, até a década de 1930, a rede ferroviária da Companhia Estrada de Ferro de Mossoró só tinha atingido Porto Franco em Areia Branca (1915), São Sebastião (1926) e Caraúbas (1929).

Na primeira fase, marcada pela ideologia desenvolvimentista brasileira, que tornou a indústria norte-rio-grandense fornecedora da indústria nacional, ocorre a predominância das indústrias ligadas ao aproveitamento da matéria-prima regional: sal, algodão, agave, cera de carnaúba e oiticica. Na segunda fase, marcada pelo início da ideologia intervencionista brasileira, onde o planejamento assume papel importante no desenvolvimento econômico de todo o país, ocorre a especialização de sua indústria, visando a prestação de serviços dentro da própria cidade e região. Surgem assim: cerâmicas, fábricas de mosaicos, oficinas metalúrgicas, oficinas mecânicas, marcenarias, oficinas de recondicionamento de pneus e câmaras de ar, oficinas de roupas e calçados, gráficas, fábricas de sabão e velas, fábricas de bebidas, e fábricas de produtos alimentares (café, produtos de padarias, sorvetes, gelo, macarrão, sal, vinagre e tempero).

De acordo com SANTOS (2002), o parque industrial de Mossoró, durante a primeira fase, era o maior do Estado; nele, predominavam indústrias ligadas aos produtos locais, entre as quais se destacavam 2 usinas de beneficiamento de algodão, 3 fábricas de óleo (2 de oiticica e 1 de caroço de algodão), e 1 fiação. Um bom retrato dessa época é a **Tabela 3.2** abaixo, reproduzida a partir de base de dados do artigo "O Centro Industrial", da "Série Base Econômica das Micro-Regiões do Rio Grande do Norte – Região de Mossoró" apud BRITO (1982:115). Nessa tabela, é possível observar o grande avanço do parque industrial de Mossoró naquele período, quando passou de 18 para 66 estabelecimentos, em apenas quatro anos – de 1938 a 1942. Vale ressaltar que a extração de sal, importante atividade local, ainda não era considerada atividade industrial pelos estudiosos da época, por isso não comparece nessa tabela.

TABELA 3.2

PARQUE INDUSTRIAL DE MOSSORÓ NO PERÍODO DE 1938-1942

UNIDADES INDUSTRIAIS	1938	1942
Caieiras	3	4
Fundições	2	3
Mosaicos	-	1
Olarias	-	29
Óleo de oiticica	2	2
Aniagem e barbantes	1	1
Fiação	-	1
Redes	-	3
Beneficiamento de algodão	4	3
Bebidas	1	3
Gelo	1	1
Farinha de mandioca	-	1
Óleos vegetais	-	-
Salvarias	2	4
Torrefação de café	-	3
Serrarias	-	6
Curtume	-	1
Chocalho	1	-
Cigarros	1	-
TOTAL	**18**	**66**

Fonte: "A REPÚBLICA", 06/06/1943, pág. 7. Monografia sobre Mossoró. Publicado no artigo "O Centro Industrial", da "Série Base Econômica das Micro-Regiões do Rio Grande do Norte – Região de Mossoró". Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado, apud BRITO (1982, p.115).

Em 1941, também existem três agências bancárias na cidade – Banco do Brasil, Banco de Mossoró e Casa Bancária S. Gurgel, que constituem importantes agentes promotores de desenvolvimento. Segundo FELIPE apud BRITO (1982:85),

> "(...) *De posse desse capital local nos seus cofres, o banco começa a financiar as atividades comerciais, as indústrias de primeira transformação (como a cerâmica em Açu e Apodi) e algumas atividades agrícolas, particularmente aquelas ligadas aos produtos de exportação* (...)".

Nesse mesmo ano, a linha ferroviária da Companhia Estrada de Ferro

de Mossoró liga São Sebastião a Mumbaça, atual município de Frutuoso Gomes, distante de Mossoró 149 km. Situada no entroncamento de duas estradas de rodagem, a que vinha de Alexandria e a que vinha de Martins, a estação de Mumbaça recebia o algodão que chegava do sertão em caminhões e carros de boi e embarcava no trem para Mossoró, onde seriam beneficiados nas usinas de Tertuliano Fernandes e Alfredo Fernandes (OLIVEIRA,2005).

Assim, durante toda a década de 1940, Mossoró vai agregando atividades urbanas, como o comércio, bancos, empresas exportadoras ligadas à atividade salineira do litoral, olarias, serrarias, fábricas de redes, fábricas de cordoaria e sacaria, além de pequenos estabelecimentos de beneficiamento de algodão, carnaúba e oiticica.

No entanto, na década de 1950, com a expansão da produção salineira para atender a crescente demanda da indústria química nacional, o sal marinho passa a representar a principal atividade da cidade, absorvedora de grande contingente de mão-de-obra, por sua vez, barata e abundante. Através da criação do IBES (Instituto Brasileiro do Sal), tentou-se alcançar o equilíbrio entre a demanda e a oferta, assim como o fortalecimento da infra-estrutura necessária para o escoamento da produção. Porem, o IBES restringiu-se a gerenciar os problemas de cotas do sal, normalizando o comércio. O terminal salineiro, grande problema dessa indústria, só veio a concretizar anos depois, na fase da transnacionalização das empresas.

Nesse momento, mais especificamente em meados da década de 1950, um surto industrializante repercutia sobre todo o território nacional, e atingia o Estado do Rio Grande do Norte e especialmente a indústria do sal. O processo de mecanização das salinas, condição básica para que o Rio Grande do Norte continuasse a exportar para o Centro-Sul do país, ocorreu durante a década de 1960, através do investimento maciço do capital estrangeiro que,

ainda hoje, controla o parque industrial salineiro. Visando maximizar os lucros e sua receita, o Estado rapidamente viabilizou a transnacionalização dessas empresas ligadas ao capital estrangeiro, para que realizassem a inovação tecnológica necessária.

A inovação tecnológica ocorreu de forma violenta, marcando profundamente a estrutura industrial e urbana de Mossoró. Nestas circunstâncias, assumem grande importância as políticas públicas de planejamento acionadas para diminuir o problema do desemprego em massa e suas conseqüências. Essas políticas, assim como a modernização dos parques industriais através do capital estrangeiro, fazem parte da recente ideologia *intervencionista* do Estado em pauta desde 1956, através da elaboração do Plano de Metas do Governo de Juscelino (1956-1960).

Em 1966, a Prefeitura Municipal de Mossoró instituiu o Código de Posturas do Município, através da Lei 27/1966, estabelecendo prescrições sobre: a) higiene das vias públicas, habitações, da alimentação e dos estabelecimentos; b) moralidade e sossego público; c) divertimentos públicos; d) locais de culto; e) trânsito público; f) animais; g) insetos nocivos; h) tapumes, andaimes e mobiliário urbano; i) inflamáveis e explosivos; j) queimadas e cortes de árvores e pastagens; l) exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro; m) muros e cercas; n) publicidade em vias públicas; o) licença para estabelecimentos industriais e comerciais e p) aferições de pesos e medidas.

Esse Código avançou bastante em relação ao Código de Posturas da Vila (Resolução 305/1855), principalmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo, quando proibe a realização de certas atividades na zona urbana, como pastagens e pedreiras, e disciplina os usos industrial e residencial. Em contrapartida, foi o último realizado e, mesmo desatualizado,

ainda é vigente até os dias atuais, tendo sofrido pequenas atualizações através do Decreto nº 1329/95, que delegou à Secretaria Municipal de Serviços Públicos a ação de fiscalizar a ocupação do solo urbano; e do Decreto nº 1330/95, que estipulou que cabe à mesma Secretaria a aplicação de autos de infração a quem descumprir o Código de Posturas.

Em paralelo, nesse mesmo ano, o Escritório Saturnino de Brito é contratado pela CAERN (Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte) para realizar os levantamentos de densidade demográfica, uso do solo, e topografia da cidade de Mossoró, para servir de subsídio a um projeto de esgotamento sanitário da cidade. Quanto ao uso do solo, o levantamento abordou apenas o institucional e o industrial.

A Planta da Cidade, elaborada pelo Eng. Saturnino de Brito, constitui um importante documento da época, e foi aqui reproduzida com o objetivo de explicar a expansão urbana da cidade. Vale salientar que as informações referentes ao levantamento topográfico e demográfico não constam dessa reprodução por fugirem dos objetivos do presente trabalho (Ver **Figura 3.1: Planta da Cidade de Mossoró – 1966**).

Comparando com a Figura 2.15, que apresenta a planta topográfica de Francisco Alves Maia, elaborada em 1926, observa-se que a cidade continuou com o mesmo padrão de crescimento que manifestou na década de 1920. Ou seja, quarenta anos depois, a cidade ainda crescia ao longo de sua linha ferroviária. A diferença é que, na década de 1920, a expansão era bem mais acentuada na direção de Porto Franco, e na década de 1960, depois que a linha ferroviária já tinha alcançado Souza-PB (1951), a expansão se deu em ambas as direções – para Porto Franco e para São Sebastião.

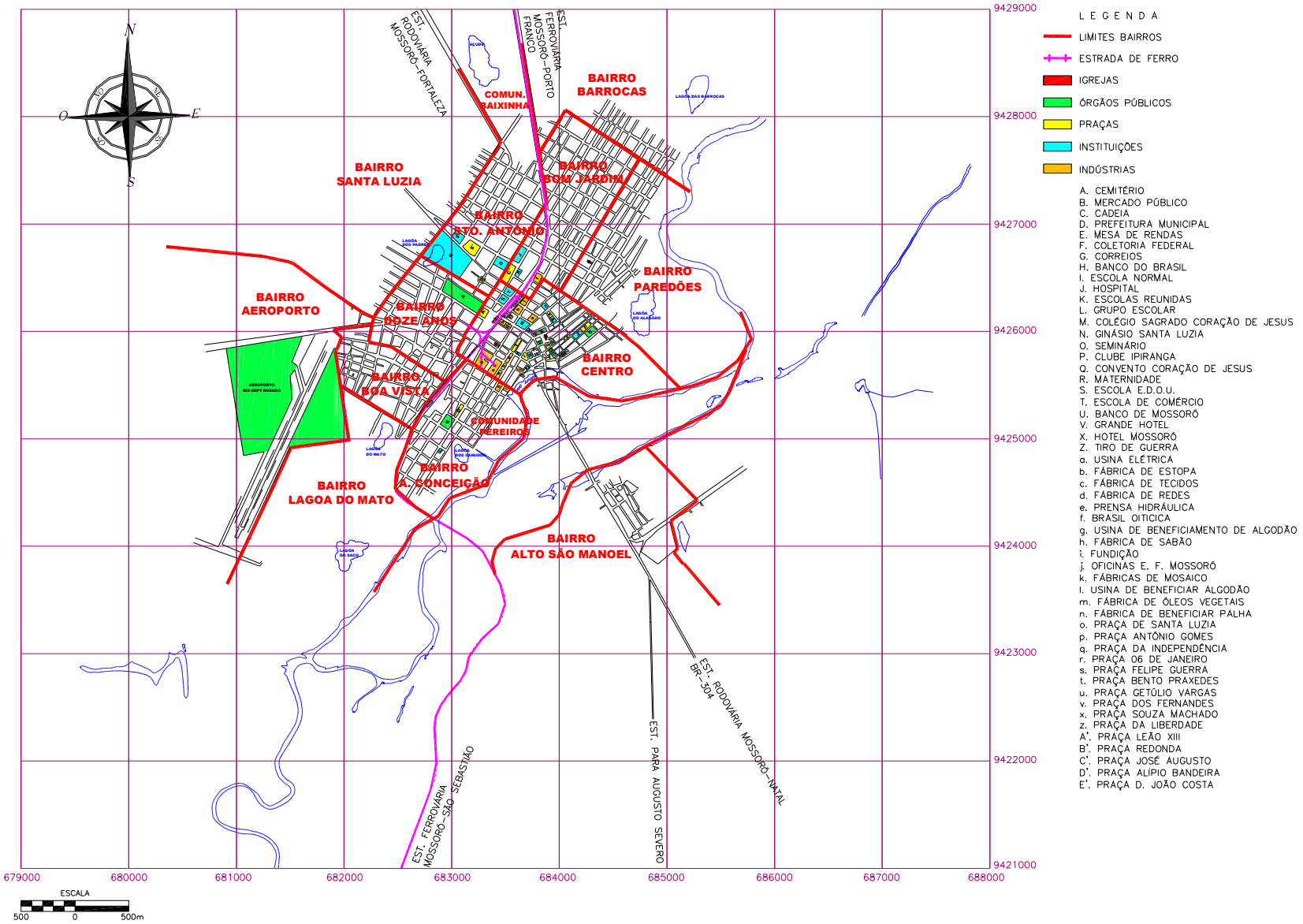


FIGURA 3.1: Planta da Cidade de Mossoró - 1966

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de base cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e "Planta da Cidade – Esgotos Sanitários e Densidade Demográfica", elaborada pelo Escritório Saturnino de Brito, em dezembro de 1966. Cedida pela CAERN.

Constata-se que a linha ferroviária, durante a primeira metade do século XX, na função de escoar os produtos do sertão para que fossem beneficiados em Mossoró e exportados em Porto Franco, foi elemento dinamizador e definidor da expansão urbana da cidade.

A expansão da malha urbana deu continuidade aos loteamentos estabelecidos pela planta do Eng. Henrique Novaes, em 1917, e buscou atender a crescente pressão das classes operárias em Mossoró que, segundo FELIPE (1982:71), se distribuíram de forma particular no espaço urbano da cidade. Segundo ele, os bairros que cresciam na direção de Porto Franco – Bom Jardim, Paredões, e comunidade Baixinha (porção do bairro Santo Antonio), eram "(...) *povoados nesta fase de ocupação pelos trabalhadores das salinas* (...)"; já os bairros que cresciam na direção de São Sebastião – Alto da Conceição, São Manoel, e comunidade Pereiros (porção do bairro Alto da Conceição), eram "(...) *ocupados e organizados pelos trabalhadores das algodoeiras, das fábricas de óleo (oiticica e caroço de algodão), fábricas de sabão, beneficiamento da cera de carnaúba, cordoaria, fiação e tecelagem* (...)"; já o Bairro Doze Anos foi "(...) *povoado pelos trabalhadores das moageiras e ensacadoras de sal, mas também pelos trabalhadores ferroviários que também povoaram o Alto da Conceição e a Lagoa do Mato*".

Vale observar também o surgimento do bairro Alto São Manoel, pois a ocupação da margem direita do rio Mossoró tinha se iniciado na década de 1940, com a construção da Ponte Jerônimo Rosado e da Av. Presidente Dutra, para viabilizar a expansão da cidade em direção a capital estadual Natal. Nesse momento, em plena década de 1960, sua ocupação estava sendo estimulada com a construção do primeiro conjunto habitacional de Mossoró – o conjunto da FUNDAP, posteriormente Walfredo Gurgel, com 550 casas, ampliando o bairro Alto São Manoel (FELIPE, 1982:139).

Assim, enquanto Empório Comercial, durante o período 1860-1920, a expansão urbana de Mossoró foi ligada à fixação dos comerciantes no centro da cidade. Já como centro salicultor e agro-industrial exportador, o crescimento da cidade durante o período de 1920 a 1969, foi profundamente ligado à fixação de sua classe operária no solo urbano. Fato este que ocorreu ao longo de um único eixo de expansão – a estrada ferroviária São Sebastião-Porto Franco.

Quanto aos órgãos públicos, as praças, os equipamentos de uso coletivo, e as residências das classe mais abastadas continuaram a se concentrar na área central da cidade, como ocorria desde o período colonial. São igrejas, escolas, hospitais, hotéis, bancos, e cinema que se localizam no Centro, e em pequena proporção, em porções dos Bairros Sto. Antônio e Bom Jardim.

A cidade de Mossoró já tinha problemas sociais por causa da sazonalidade de seus principais produtos – o sal e o algodão. E com seu parque salineiro mecanizado, que se concretizou com o funcionamento do Porto Ilha em Areia Branca em 1968, passa a ser palco de sérias tensões sociais com a chegada de grande parte da mão-de-obra excedente da atividade do sal. Segundo FELIPE (1982:74), o contingente de trabalhadores salineiros "(...) *em 1969 representa 18,2% da população do município de Mossoró,* [e] *passam a construir suas casinhas de taipa, originando bairros como a Baixinha, Barrocas e parte dos Paredões, bairros que, até hoje, carecem de infra-estrutura*".

O **Gráfico 3.1** abaixo mostra bem o "boom" populacional que ocorreu em Mossoró durante a década de 1960.

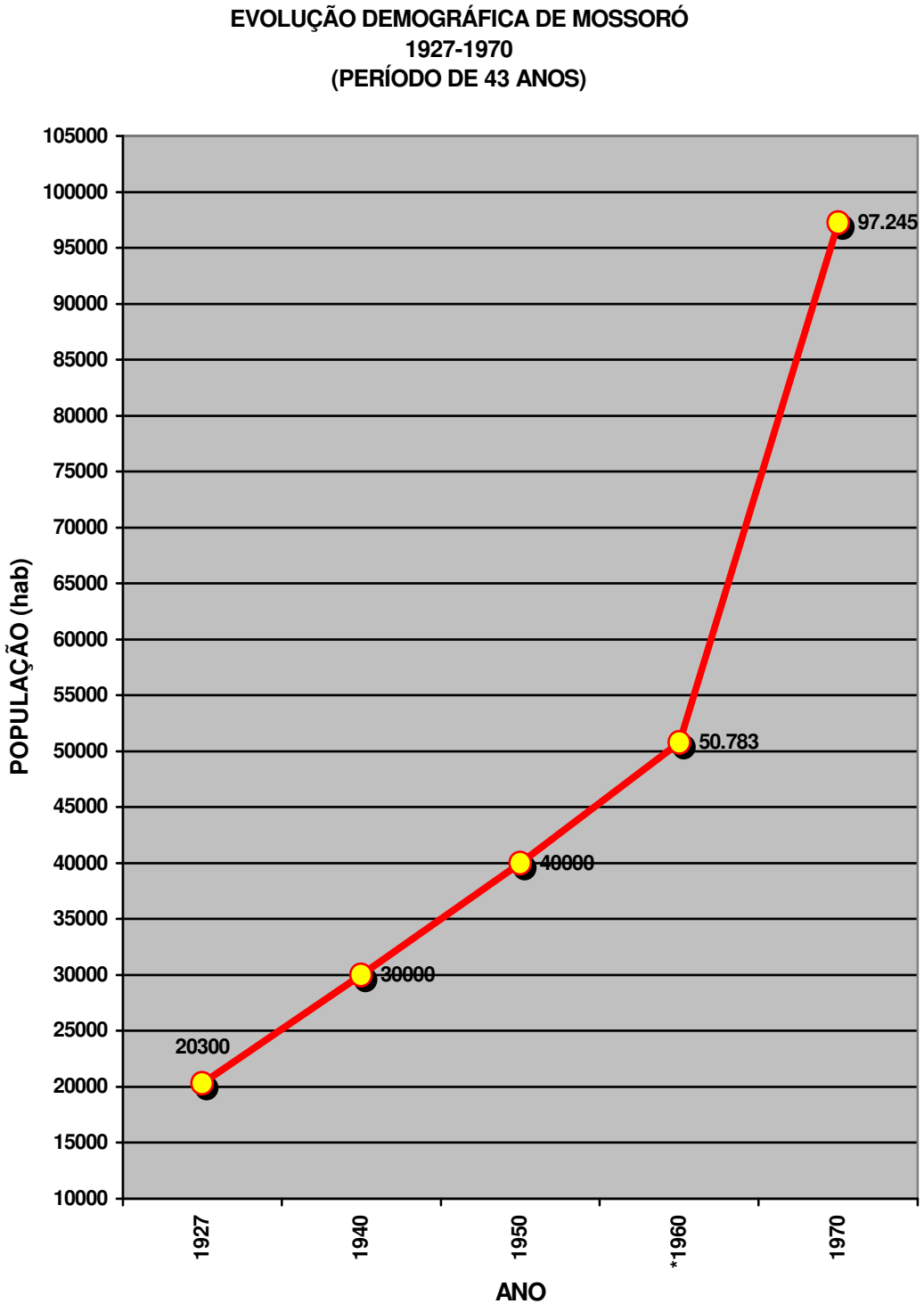


GRÁFICO 3.1: Evolução demográfica de Mossoró – 1927-1970

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de informações de Raul Fernandes, em "A Marcha de Lampião - Assalto a Mossoró (1985), e Censos Demográficos (1960, 1970).

Observações:

* Até aqui, inclui os atuais municípios de Governador Dix-Sept Rosado, Baraúnas e parte de Serra do Mel.

Enquanto no período de 1930-60, a cidade apresentava um incremento populacional de aproximadamente 10.000 pessoas por década, apontando um crescimento de 25 a 50%; no período de 1960-70, ocorre um incremento de 46.462 pessoas na população urbana em apenas uma década, ou seja, um crescimento de 91%. Esse fato demonstra que a industrialização de Mossoró exerceu grande atração sobre as populações vizinhas – trabalhadores rurais e salineiros desempregados, que migraram em busca da sobrevivência.

No final da década de 1960, Mossoró encerra a segunda fase de sua industrialização que, segundo FELIPE (1982), teve início em 1955 e se encerra em 1968. Essa fase se caracteriza pela diversificação de sua indústria e pela existência de poucas grandes empresas (apenas 3% do total) no controle de 50-60% da economia mossoroense.

Uma importante base de dados para essas informações foi o artigo "Mossoró – Um Centro Regional do Oeste Potiguar" da autoria do IBGE (BRITO,1982, p.102-104-106), que compilou informações do Cadastro Industrial de Mossoró, realizado em 1968 pela equipe do setor de Estatística do Departamento de Estudos Especiais da COFERN[25]. A **Tabela 3.2** abaixo demonstra o quadro da indústria mossoroense em 1968.

Apesar da cidade assumir um porte de centro urbano atrativo das populações vizinhas, provocado pela quantidade e diversificação das suas indústrias, esse parque industrial não era capaz de caracterizar a cidade como um centro industrial, pois a maioria dos estabelecimentos eram de pequeno porte, com o próprio proprietário à frente do negócio, ou quando possível, 01 funcionário.

---

[25] Segundo BRITO (1982:103) "*A COFERN é uma sociedade de economia mista, criada pela lei nº 3.409 de 18/11/66, com alterações posteriores introduzidas pela lei nº 3.561 de 8/11/67. Uma das principais senão a principal linha de atuação da COFERN é a de aplicação de incentivos financeiros, técnicos, materiais e fiscais a novos empreendimentos localizados no Rio Grande do Norte.* (...)". Os beneficiários tanto podem ser empreendimentos industriais como agro-pecuários.

TABELA 3.3
SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA DE MOSSORÓ EM RELAÇÃO À MÃO-DE-OBRA EMPREGADA E AO CAPITAL SOCIAL EM 1968

RAMOS E CLASSES DE INDÚS-TRIAS	MÃO-DE-OBRA		CAPITAL SOCIAL ATUAL (Cr$)							
	Nº emp	%	Até 10.000	De 10.000 a 100.000	De 100.000 a 500.000	De 500.000 a 1.000.000	De 1.000.000 a 5.000.000	De 5.000.000 a 10.000.000	Mais de 10.000.000	Não decl
Extração minerais	-	-	1							
Extração min. não-metálicos	15	0,7	1		1	1				
Fabricação cerâmica										
Fabricação gesso										
Metalurgia	38	1,9	2	2						1
Forjaria fundição										
Mecânica	28	1,4	2							2
Fabricação máq. oper.										
Transporte	15	0,7	1	1						
Fabricação carroçarias										
Madeira	121	6,0	6	4						22
Beneficiamento										
Mobiliário	132	6,6	3	4						12
Fabricação móveis										
Borracha	6	0,3		2						
Rec. pneus e camaras										
Química	420	21,1								
Fabricação e refino de óleo comestível	418		1	2	2		1	1		
Produtos farmaceut.	2									1
Sabões e velas	38	1,9								
Fabricação sabões/det			9	2						1
Fabricação velas			1							

Têxtil	135	6,8	1	1	2		1			
Fiação e tecelag. do algodão										
Roupa e calçados	35	1,7								
Confeções e roupas	5		4	1						
Calçados	30		3							
Produtos alimentares	877	44,7								
Benefic. de café	28		3	1						3
Padarias	54		19	3						49
Fabricação doces	16		1	1						1
Fabricação sorvetes	7		2							1
Fabricação gelo	1									1
Fabricação macarrão	11		1	2						
Fabricação sal cozinh.	654		12	7	1	1	3		1	1
Fabricação vinagre e tempero	6									3
Bebidas	8	0,4	1							3
Fabricação bebidas										
Editorial e gráfica	39	1,9	3	3						3
Serv. gráficos										
Mat construção	77	3,8	4	2						2
Ladrilhos esquadrias										
TOTAL	**1984**	**100**	**82**	**38**	**7**	**2**	**5**	**1**	**1**	**106**

Fonte: Elaborado pela autora. A partir do "Quadro XXI" e "Quadro XXII" do Cadastro Industrial de Mossoró, realizado em 1968 pela equipe do setor de Estatística do Departamento de Estudos Especiais da COFERN. IBGE, apud BRITO (1982, p.104-106).

Conforme a tabela acima, apenas 3% do total dos estabelecimentos tem grande porte; 5% dos estabelecimentos tem médio porte; 49% são estabelecimentos declaradamente de pequeno porte; e 43% deles sequer declarou o capital, mas segundo o IBGE, apud BRITO (1982:105), são também de pequeno porte e tem no máximo 01 funcionário. Vale destacar que, apesar da diversificação, os maiores capitais ainda giram em torno de seus antigos produtos – o algodão (1 grande estabelecimento), o óleo (2 grandes estabelecimentos), e o sal (4 grandes estabelecimentos). Juntos, esses estabelecimentos empregavam 60% da mão-de-obra industrial da cidade. Sendo o sal a maior indústria, uma vez que detinha o maior capital (mais de Cr$10.000.000,00) e empregava 33% da mão-de-obra de todo o parque industrial de Mossoró.

Assim, a década de 1960 marca o início da abertura ao capital estrangeiro, e pela primeira vez, seu principal produto passou para o controle de grandes empresas externas.

Enfim, o período entre a década de 1930 e 1970, marca uma nova fase urbana da cidade. Com a dinamização dos capitais em torno da salicultura e agroindústria exportadora, proliferam-se equipamentos urbanos em toda a cidade, tais como, residências, edifícios comerciais, agências bancárias, estabelecimentos de ensino, igrejas, clubes, entre outros. Abaixo segue algumas ilustrações para exemplificar alguns desses equipamentos que surgiram nesse período, mas que se mantêm utilizados até os dias atuais.

FOTO 3.1: Residência da Avenida Augusto Severo, Centro. Anos 40

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.2: Residência da Praça Vig. Antonio Joaquim, Centro. Anos 40

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.3: Colégio Estadual Jerônimo Rosado, Santo Antonio. 1959

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.4: Residência da Praça Bento Praxedes, Centro. 1959

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.5: Residência da Rua Dionísio Filgueira, Centro. 1961

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.6: Clube AABB, Alto São Manoel. 1961

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.7: Edifício Epílogo Campos, Centro. 1967

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.8: Igreja Nossa Senhora da Conceição, Alto da Conceição. 1967

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.9: ESAM - Edifício de Departamentos, Costa e Silva. 1967-69

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.10: ESAM - Edifício Administrativo, Costa e Silva. 1967-69

Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 3.11: ESAM - Ginásio Poliesportivo, Costa e Silva. 1967-69

Fonte: Karisa Lorena. 2005

(VERSO EM BRANCO)

CAPÍTULO 4

MOSSORÓ EM VIAS DE MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA E ACELERADA EXPANSÃO URBANA: Os anos 70

As profundas transformações advindas do surgimento da agroindústria, assim como da inovação tecnológica e transnacionalização das salinas, provocaram uma reestruturação econômica e espacial na cidade de Mossoró, a partir da década de 1970; quando deixa de ser apenas um centro repassador de matéria-prima, para também ser um centro prestador de serviços, que passa a terceirizar[26] as atividades locais.

A terceirização desenvolvida em Mossoró surge no momento em que sua agroindústria tem um novo surto de crescimento através da demanda das indústrias do Centro-Sul e dos incentivos fiscais via SUDENE que, além de beneficiar grandes empresas, gera uma massa de empregos diretos e indiretos na indústria. No entanto, os efeitos da mecanização da sua principal atividade econômica – o sal, gera desemprego em massa, levando a cidade e a sua região a atraírem diversas políticas públicas voltadas para cidades de porte médio, a fim de conter as tensões desencadeadas pelo desemprego conjuntural. Nesse momento, se instalam na cidade agentes financeiros como a COHAB (Companhia de Habitação), para construção de conjuntos

[26] Transferir a terceiros atividade que não faz parte de sua linha principal de atuação.

habitacionais de baixa renda; a Caixa Econômica Federal, para financiamento de moradia para as classes média e alta, através do SFH; e o BNH que, além do financiamento de moradias, investiu nos serviços básicos, como rede de esgotos e saneamento.

Tudo isso aliado à instalação do escritório da PETROBRAS, a partir de 1975, para gerenciar o petróleo descoberto em área adjacente, a cidade cria condições para se transformar num centro fornecedor de serviços.

A partir daí ocorre um surto de crescimento jamais visto em toda sua história que só veio desacelerar em meados da década de 1980, quando emerge um novo padrão econômico brasileiro – a globalização, que por sua vez, refletiu diretamente na expansão de toda a rede urbana brasileira, tendo também seus reflexos em Mossoró.

Importa destacar também os diferentes momentos da ação estatal no Brasil durante a década de 1970, assim como a ação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte no direcionamento dessa ação para Mossoró. Assim sendo, o Estado foi responsável pela ampliação de bens e serviços públicos, pela implantação de políticas públicas, assim como pela criação de órgãos estaduais como a COSERN, CAERN, TELERN, CIDA, CDM/RN, DER/RN, entre outros, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Mossoró.

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: OS PLANOS, OS PROGRAMAS REGIONAIS, E A AMPLA MODERNIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS ESTADUAIS DURANTE A DÉCADA DE 1970

No início da década de 1970, a instituição do Decreto-Lei 200, do Ministro Helio Beltrão, promoveu um conjunto de reformas institucionais e financeiras, além da reestruturação administrativa do setor público, ao criarem-se mais quatro ministérios: Comunicações, Transportes, Planejamento e Interior. Tais diretrizes acabaram por impor também um novo desenho espacial. Os programas de promoção da infra-estrutura, especialmente de geração e transmissão de energia hidroelétrica, privilegiavam as regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Segundo LIMA (2001), pela primeira vez, foi incluída a variável social e a questão urbana. O PDDES (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1967-76), elaborado pelo IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social), continha um capítulo específico sobre as questões urbanas, no qual foram estabelecidos os Pólos de Desenvolvimento Urbano. Instituiu o INDUL (Instituto Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local) para gerenciar o SNPLI (Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado).

O desenvolvimento integrado das diversas regiões do país tinha por objetivo consolidar um mercado nacional diversificado, articulado por uma malha viária que reforçava as ligações do Estado de São Paulo com as demais regiões. A novidade do plano consistia na descentralização do desenvolvimento nos pólos regionais (baseados em metodologia e mapeamentos realizados pelo IBGE), além da efetivação do planejamento como instrumento de ordenação do crescimento urbano.

O FIPLAN (Fundo de Financiamento do Planejamento Local Integrado) seria a fonte de recursos para financiar o desenvolvimento local. E o PAC (Programa de Ação Concentrada), criado em 1969 pelo Ministério do Interior, promoveria o desenvolvimento local integrado em municípios selecionados. Este último tinha como objetivo a implementação de instrumentos de ação comunitária a partir da elaboração de planos, e a

execução de projetos setoriais prioritários, com ênfase nos setores de habitação, saneamento e administração municipal. Vigorou até 1975, mas não teve êxito. Dos municípios selecionados, poucos elaboraram planos e menos ainda alcançaram sua viabilização e financiamento.

Com tantas políticas de planejamento e investimento maciço, entre 1967 e 1973, o país viveu um novo período de crescimento excepcional, denominado "*milagre brasileiro*", ainda que na contracorrente da economia mundial, que entrava num período de recessão. As condições econômicas à época eram bastante favoráveis, com o déficit público relativamente equilibrado e a inflação mantida em patamares aceitáveis, com a aplicação de forte controle salarial, além da expansão do investimento das multinacionais.

As políticas adotadas concentravam-se nos pesados investimentos públicos em infra-estrutura básica (energia, transportes, comunicações, e os setores químico, siderúrgico e do petróleo). Os esforços concentraram-se no financiamento da construção civil, principalmente o segmento habitacional. O instrumento fundamental foi o SFH - Sistema Financeiro da Habitação, formalmente destinado a prover moradia para as classes populares, mas de fato um meio de financiamento para as classes média e alta. As principais metas foram: a integração da Amazônia e seu desenvolvimento, ampliando a fronteira agrícola e econômica em direção ao rio Amazonas; a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá/Santarém; o Plano de Irrigação do Nordeste e os programas de colonização nos vales da região.

Em 1971, foi publicado o I PND (Plano de Desenvolvimento Nacional 1972-74), cujo destaque foi a institucionalização das nove Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Belém. Na prática, essas capitais haviam crescido tanto em termos populacionais e concentravam tantos

problemas e tensões sociais, que demandavam uma atuação especial por parte dos governos. Já em 1975, foi publicado o II PND que, segundo LIMA (2001:102),

> "(...) *Suas metas eram a consolidação da economia industrializada, de livre competição e de uma sociedade modernizada (...) através da construção de infra-estrutura para o desenvolvimento das empresas privadas; da integração nacional através de pólos de desenvolvimento; e da expansão do mercado interno, como forma de expandir a economia nacional*."

Assim, durante a segunda metade da década de 1970, ocorreram maciços investimentos em infra-estrutura e projetos industriais de grande porte nessas metrópoles que cada vez mais atraíram intensos fluxos migratórios. Alguns exemplos de projetos de grande porte são: o Programa de Expansão Siderúrgica de Volta Redonda (RJ) e da COSIPA (SP); os pólos de Camaçari (BA), Paulínia (SP) e Duque de Caxias (Baixada Fluminense); a Ferrovia do Aço (transporte de minério de Minas Gerais para o Porto de Tubarão); o Projeto da Mineração de Carajás; as usinas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipú; os Portos de Itaqui (Maranhão) e Barcarena (Belém); e a Barragem de Sobradinho no São Francisco (geração e irrigação); entre outros mega empreendimentos.

Quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, no início da década de 1970, ocorrem profundas transformações da base produtiva e da estrutura social do RN. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela SUDENE. Foi criado um pólo têxtil e de confecções no entorno de Natal, e foram modernizados os processos de extração da scheelita e do sal marinho. Os segmentos têxtil, extrativo mineral e agricultura de exportação, juntamente com iniciativas de políticas governamentais (estadual e federal), comandaram as transformações verificadas nessa década.

No setor têxtil, considerado prioritário no sentido de consolidar a cultura algodoeira, se destacaram as indústrias Guararapes S/A, a Confecções

Soriedem, Fiação Borborema, e Confecções Reis Magos. No setor extrativo mineral se destacou a Mineração Tomaz Salustino e o Porto Ilha em Areia Branca, que desde 1973, funcionava com suas salinas mecanizadas e monopolizadas por grupos estrangeiros, multiplicando a produção dos anos anteriores. No setor de agricultura de exportação se destacaram a Algodoeira São Miguel e a MAISA (Mossoró Agroindústria S/A). Outras indústrias de destaque foram: INPASA (Indústria de Papéis S/A), Algimar Profarquímica, Monte Líbano Hotéis e Turismo, e Itapetinga Agroindustrial S/A, a primeira e única fábrica de cimento do Estado, localizada no município de Mossoró.

Em todo o país, a segunda metade da década de 1970 dá continuidade ao chamado "milagre econômico brasileiro". Em 1976, foi formulada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, compreendendo um conjunto de programas estratégicos: o Programa de Regiões Metropolitanas; o Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio; o Programa de Cidades de Pequeno Porte; o Programa de Núcleos Urbanos de Apoio e o Programa de Cidades Históricas, destinados a reforçar as regiões metropolitanas, e a definição de pólos secundários de desconcentração urbana, especialmente no Sudeste. Foram instituídas também as primeiras normas de uso e ocupação do solo, de zoneamento industrial, e os arcabouços jurídicos de normatização da propriedade, das edificações e de desapropriação.

A nível estadual, foi acionada a política de colonização da Serras do Mel e do Carmo, objetivando absorver a mão-de-obra expulsa da atividade salineira. O projeto das "Vilas Rurais", iniciado em 1972, no governo Cortez Pereira, trazia em seu bojo o sonho da à aquisição da propriedade, onde cada colono receberia uma gleba de 50 hectares para explorar a cultura do caju associada a outras culturas de subsistência. A polpa e a castanha eram produtos de grande aceitação no mercado internacional, e embora o projeto estivesse voltado para a exportação, buscava acima de tudo a promoção do

social.

Sob a orientação dos técnicos da CIMPARN (Companhia de Implantação de Projetos Agropecuários do RN), o projeto das "Vilas Rurais" significou a concretização do planejamento promovendo o setor agro-exportador. Em 1978, somente na Serra do Mel, foram produzidos algo em torno de 560 toneladas de castanha de caju com uma estimativa de produção bem mais ampla nos anos posteriores. Porém a falta de infra-estrutura básica, como água e estradas, e a falta de incentivos dos governos seguintes fizeram com que o projeto não tivesse o sucesso esperado nas décadas seguintes. Atualmente, como município a Serra do Mel continua a desenvolver a fruticultura, sobretudo do caju.

Enfim, concretizou-se nesse período muito do que foi planejado nos anos 60, entre as realizações mais importantes vale destacar (SANTOS, 2002):

a) A atuação do BNB, que através de seus programas habitacionais tinha conseguido casas para centenas de famílias, na capital e no interior;

b) A atuação do INOCOOP e da COHAB, financiando modernos conjuntos habitacionais em várias cidades do Estado, permitindo uma rápida valorização das áreas urbanas nas proximidades desses núcleos habitacionais, em 1973-1974;

c) O amadurecimento de projetos como: fabricar óleo de mamona (Grupo Salha), sabonetes (DUBOM S/A), industrializar o coco-da-baia (COIRG), empreender a avicultura (LWARR S/A), beneficiar o caju e a castanha (MAISA), fabricar embalagens industriais (INCARTON), revigorar a pequena indústria salineira através do cooperativismo e outros;

d) A aprovação de projetos importantes para a consolidação do parque têxtil do Estado, como: a FAMOSA (Fiação de Algodão Mocó S/A), a TEXITA (Indústria Têxtil Tangará), a Alpagatas Confecçoes do Nordeste S/A, a SUCAR S/A, a UEB, e a Indústria Têxtil Seridó S/A;

e) A implantação de diversos programas federais, como: o RURAL-NORTE, que entre 1976-1986, implantaria diretrizes de auto-sustentabilidade em 110 municípios; o PÓLO METAL-MECÂNICO, que entre 1977-1990, visava processar alguns minerais disponíveis no estado e contribuir para a implantação da indústria metalúrgica de base; o PÓLO GEO-PETROQUÍMICO, que desde 1974, visava a exploração integrada de barrilha, sal, petróleo e gás na costa potiguar; o PROTERRA que através do Banco do Brasil, favoreceu o crédito rural; e o PROÁLCOOL, *"um programa do governo federal que visava substituir o consumo da gasolina pelo álcool hidratado e produzir o álcool anidro para ser misturado a gasolina"* (SANTOS, 2002), que acabou atraindo o projeto de construir três destilarias no Estado, das quais, em 1980, duas já funcionavam;

f) A implantação da CEASA e a atuação do CIBRAZEM, juntos ao governo Federal, na construção de uma rede de armazéns nas regiões agrícolas mais importantes;

g) A inauguração do Porto-Ilha de Areia Branca, em 1973, que barateava os custos dos fretes, facilitava o transporte, e embarcava sal para os Estados Unidos e África;

h) O início dos trabalhos da PETROBRAS no Estado, a partir de março de 1974;

i) A construção do Campus Universitário Federal e do Centro Integrado SESI/SENAI, em Natal, obras importantes para a formação do mercado profissional e de larga ação social para o Estado;

j) A construção da Via Costeira, iniciada em 1979, em Natal;

k) A construção da Barragem Engenheiro Armando Gonçalves, iniciada em 1979, na região do Baixo Açu, pelo DNOCS, que desapropriou 100 mil hectares de terra e destruiu a cidade de São Rafael, onde viviam 10 mil pessoas que tiveram que se mudar para outro local, a nova São Rafael, uma cidade planejada e construída totalmente com recursos públicos;

l) A consolidação da indústria ceramista no Estado, em virtude da dinamização dada à política habitacional;

m) A eletrificação de todas as cidades do Estado, com a energia de Paulo Afonso.

No entanto, no final da década de 1970, houve queda no mercado de capital, quando muitos investidores do Estado tiveram grandes prejuízos, sobretudo aqueles que fizeram aplicação em fundos de investimentos. O governo Federal reduziu a ajuda à atividade empresarial nordestina e a SUDENE, que era palco de irregularidades e corrupção no sistema de repasses de recursos desde o início da década de 1970, sofreu o processo de esvaziamento de capitais. O governo estadual então, sem projetos e recursos próprios, não teve condições de realizar mais nada a partir de 1979.

Enfim, a situação da economia do Rio Grande do Norte ainda foi agravada por uma grande seca em 1979, quando 110 municípios foram incluídos na "área de emergência", com as lavouras e pecuária dizimada e o homem do campo desempregado. O setor terciário das maiores cidades era o maior elemento incorporador de mão-de-obra dentro do sistema

socioeconômico estadual, participando com aproximadamente 30% da ocupação da força de trabalho. Assim sendo, levando em consideração o tipo de economia vigente, acelerou-se o fenômeno da urbanização dentro do Estado, vindo a gerar uma nova problemática.

Foram gerados intensos fluxos migratórios campo-cidade e a partir daí, houve pressões no mercado de trabalho urbano que deram lugar a amplos contingentes de trabalhadores informais. O campo por sua vez, continuava em condições precárias de subsistência e perdia frentes de trabalho gradativamente, provocando problemas graves de esvaziamento dos espaços rurais. A cidade então, não conseguia absorver todo o contingente populacional que chegava, aumentando as taxas de marginalidade da mão-de-obra urbana. As cidades potiguares que foram alvos dos maiores investimentos e, portanto, atraíram um maior contingente populacional foram Natal e Mossoró. E o Estado, mesmo vivendo um momento de modernização de vários segmentos de sua economia, não foi capaz de modificar a situação de pobreza e desemprego no campo e na cidade.

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA AÇÃO EM MOSSORÓ NOS ANOS 70: OS NOVOS RUMOS DA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE

Até o final da década de 1960, a característica marcante da industrialização nordestina é o papel de fornecedora de insumos industriais para outras regiões, especialmente o Sudeste. No entanto, na segunda metade da década de 1960, em cumprimento às diretrizes gerais de incentivos ao desenvolvimento industrial, surge no país uma nova divisão territorial do trabalho, que acompanhada de forças produtivas novas, determina que a indústria nordestina passe a se abastecer de produtos primários do Centro-Sul

e se especialize em bens intermediários que tinham mercado lá (no Centro-Sul). Assim sendo, a agroindústria de beneficiamento nordestina entra em crise.

Segundo FELIPE (1982:80), a agroindústria de Mossoró já estava em crise desde o início da década de 1960, por vários motivos:

a) A dificuldade da aquisição da matéria-prima, principalmente nos anos de seca;

b) A instabilidade de mercado de alguns produtos, como a cera de carnaúba e o algodão, também produzido por outros mercados, como o de São Paulo;

c) A política creditícia imposta depois de 1964, que criou dificuldades de acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas, que eram maioria em Mossoró, priorizando somente as grandes empresas.

Então, no início da década de 1970, com a nova divisão territorial brasileira, os principais produtos da agroindústria de Mossoró – as fibras de algodão arbóreo, a cera de carnaúba, o óleo de algodão e óleo de oiticica – sofrem a concorrência da cultura do algodão herbáceo, das fibras sintéticas, e de outras oleaginosas (como a soja), fabricados nas regiões Sudeste e Sul. Em crise e sem mercado consumidor para seus produtos, é decretada a falência do parque agroindustrial de Mossoró que, junto ao processo de mecanização das salinas, completado com a inauguração do Porto Ilha em Areia Branca em 1973, desencadeia o processo de desemprego em massa da força de trabalho rural, urbana e salineira da região de Mossoró.

Assim, na primeira metade da década de 1970, a difícil situação gerada pelo desemprego em massa e pela incapacidade dos capitais locais para absorver essa mão-de-obra, incide sobre a débil estrutura urbana de Mossoró. A cidade torna-se uma área de tensões sociais e começa o processo

de “inchamento” do seu espaço, com a formação de favelas pelo exército de desempregados das agroindústrias e das salinas, como também pela população rural assolada pelas secas. Foi nesse contexto que as autoridades governamentais acionaram políticas públicas visando controlar os conflitos.

A nível estadual, em 1972, o Governo de Cortez Pereira acionou a política de colonização da Serra do Mel e do Carmo, com o objetivo de absorver a mão-de-obra expulsa da atividade salineira. A base econômica do projeto era a cultura do cajueiro associada a culturas de subsistência, uma vez que a polpa do caju e a castanha eram produtos de grande aceitação internacional. Esse projeto tinha duplo direcionamento, pois partia de duas premissas – a social e a econômica, e acabou por beneficiar empresas de caráter público e privado.

A nível regional, ainda na primeira metade da década de 1970, a SUDENE acionou, através do FINOR 34/18, uma política de industrialização voltada à produção de bens intermediários. Nesse momento ocorreram: a mecanização das salinas; a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo da fruticultura – a MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A); a implantação de uma grande indústria de beneficiamento – a USIBRÁS (Usina Brasileira de Óleos e Castanhas); a implantação da primeira e única fábrica de cimento do Estado – a Fábrica de Cimento Nassau (Itapetinga Agroindustrial S/A); a implantação da PLASMOL (Plásticos de Mossoró Ltda); a implantação de uma importante unidade produtiva no ramo de confecções – a Confecções Guararapes; e a modernização de algumas indústrias de menor porte. Importa destacar também a implantação de algumas medidas de infra-estrutura para atender a implantação desse parque industrial, que foram: a implantação de um Distrito Industrial na BR 304, saída para Fortaleza, para abrigar as indústrias de maior porte; e a construção de um anel viário na BR-304, contornando a porção oeste da cidade, ligando Natal a Fortaleza.

No entanto, a implantação de indústrias, apesar de assentar parte da classe trabalhadora desempregada, ainda não foi suficiente para solucionar a problemática urbana e atender a demanda da população por serviços básicos. Somente a descoberta de petróleo em sua área de influência[27] veio dar um novo surto de desenvolvimento à cidade de Mossoró, influindo significativamente em sua estrutura urbana.

A instalação do escritório da PETROBRAS, em 1975, para gerenciar o petróleo descoberto na sua área de influência, cria condições para a cidade se transformar num centro prestador de serviços. Com a PETROBRAS e as suas subsidiárias demandando por moradias, transportes, lazer, serviços especializados, e a diversificação do comércio local, a atividade terciária foi incorporada à economia da cidade.

Assim, a circulação de capital assegurada pela terceirização resultou numa expansão urbana desenfreada, notadamente nas áreas periféricas, com a construção de conjuntos habitacionais. Por meio de vários Decretos Municipais, como o Decreto 10, de 30 de Setembro de 1975, a Prefeitura desapropriava vários imóveis para a COHAB-RN "(...) *prosseguir nos trabalhos de construção de unidades habitacionais, em acordo com o Programa Estadual de Habitação Popular, parte integrante do Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP, na Cidade de Mossoró*".

Em 1975, a expansão dos bairros ocorria no sentido Natal – Fortaleza, apontando a interrupção do padrão de crescimento estabelecido desde a década de 1920, que era a expansão dos bairros no sentido Porto Franco – Governador Dix-Sept Rosado, acompanhando a linha ferroviária.

Segundo a **Figura 4.1**, a cidade apresentava traços de uma nova estrutura territorial, certamente impulsionada por dois fatores: a construção de

[27] A área de influência, além do município de Mossoró, compreende também os municípios de Areia Branca, Grossos, Gov. Dix-Sept Rosado, Açu,e Alto do Rodrigues.

importantes instituições de ensino em 1967-69 – UERN (Universidade Regional do Rio Grande do Norte) e ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró), na BR-110, saída para Areia Branca, que impulsionou a expansão da cidade na direção sudeste (saída para Natal); e a implantação do Distrito Industrial a partir de 1970, que impulsionou a expansão da cidade na direção noroeste (saída para Fortaleza).

Assim sendo, a existência desses dois fatores, resultantes dos investimentos de políticas públicas voltadas à industrialização e à formação de mão-de-obra capacitada, aliada a uma barreira física ao crescimento – anel viário da BR 304, forçaram a expansão da cidade no sentido sudeste-noroeste.

No sentido sudeste, ocorreu a expansão dos bairros Ilha de Santa Luzia e Alto São Manoel na direção de Natal, acompanhando o alinhamento da Av. Presidente Dutra, importante via de acesso ao centro (era a única naquele momento) que havia sido prolongada recentemente até a BR-304, viabilizando o loteamento de grandes áreas a serem ocupadas posteriormente. Vale lembrar que a ocupação desses bairros tinha se iniciado na década de 1940, com a construção da Ponte Jerônimo Rosado e da Av. Presidente Dutra, para viabilizar a expansão da cidade em direção a capital estadual Natal; e que sua ocupação tinha sido estimulada na década de 1960 pela construção do primeiro conjunto habitacional de Mossoró – o conjunto da FUNDAP, posteriormente Walfredo Gurgel, com 550 casas, ampliando o bairro Alto São Manoel (FELIPE, 1982:139).

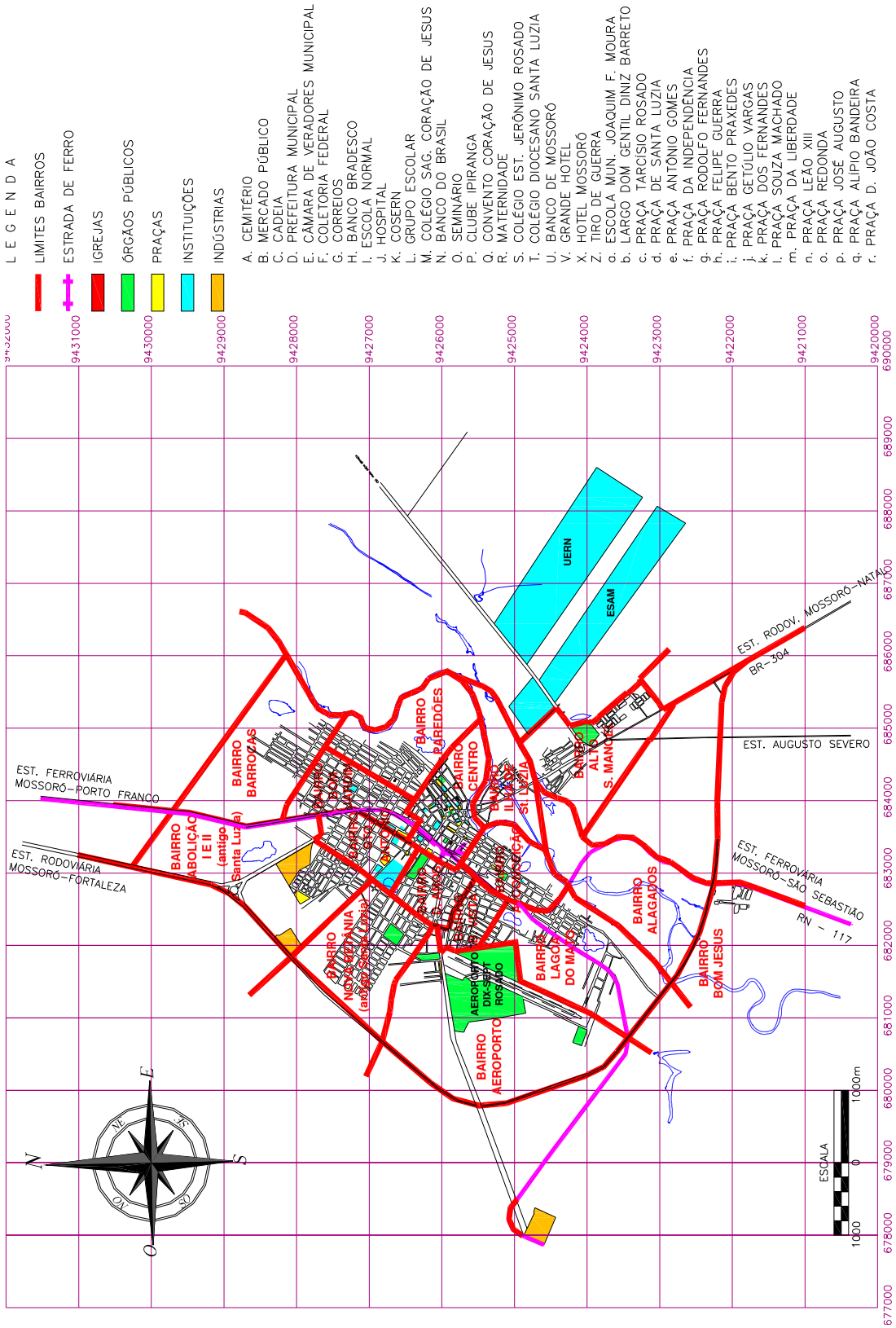


FIGURA 4.1: Planta da Cidade de Mossoró - 1975

FONTE: Elaborado pela autora. A partir da base cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e "Planta da Rede de Distribuição da Cidade de Mossoró", elaborada pela CAERN, em outubro de 1975.

Quanto ao sentido noroeste, ocorreu a expansão do antigo bairro Santa Luzia, que é loteado e dividido em dois bairros – a Nova Betânia e a Abolição (etapa I e etapa II). O primeiro, mais acessível ao centro, é dotado de lotes maiores, melhor infra-estrutura, e, portanto, tem maior valor imobiliário; se configurou como um bairro destinado à população de maior poder aquisitivo, visto que o centro da cidade não comportava mais a expansão do uso residencial. Já o segundo, a Abolição, estava em processo de acelerada desapropriação de imóveis pela Prefeitura para que a COHAB-RN construísse unidades habitacionais e serviços de infra-estrutura, como pavimentação e saneamento; e se configurou como área de expansão para a construção de conjuntos habitacionais destinados às classes populares.

É nesse contexto que a cidade concebe seu primeiro Plano Diretor, através da Lei 01, de 09 de Junho de 1975, numa tentativa de zonear o uso do uso e ordenar o crescimento da cidade considerando o afluxo de novos contingentes populacionais, o desenvolvimento do sistema de transportes, e a demarcação econômica da região. O Plano Diretor foi elaborado pela empresa Planos Técnicos do Brasil Ltda, contou com a supervisão da Prefeitura Municipal e com a colaboração técnica da SUDENE e do SERFHAU.

No zoneamento, são definidos as zonas e os usos predominantes para residências, comércios, indústrias e serviços. A Zona Urbana do Município de Mossoró, definida pela Lei 07, de 24 de Dezembro de 1973, foi dividida em dez zonas, assim determinadas: (Ver **Figura 4.2: Zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró – 1975**)

a) Zona Comercial Principal (ZCP) – corresponde à área central, onde se localizam órgãos públicos, escritórios, lojas, bancos e hotéis;

b) Zona Comercial Secundária (ZCS) – corresponde aos centros de

alguns bairros (Alto São Manoel, Doze Anos, Santo Antonio e Bom Jardim), como área de complementação da função comercial na ZCP;

c) Zona Mista (ZM) – corresponde ao contorno da ZCP, como área de transição entre esta e as zonas residenciais; e onde ocorrem simultaneamente os usos comercial e residencial;

d) Zona Residencial (ZR1) – corresponde a duas subzonas situadas em ambas as margens do rio Mossoró: a Subzona da margem direita (Lagoa do Mato, Alto da Conceição, Boa Vista, Doze Anos, Santo Antonio, Bom Jardim, Barrocas, Paredões), e a Subzona da margem esquerda (Alto São Manoel);

e) Zona Residencial (ZR2) – corresponde à área de expansão residencial urbana, dividida em duas subzonas: a Subzona da margem direita (área além do Alto de São Manoel em direção a Natal), e a Subzona da margem esquerda (Abolição, Nova Betânia, e parte do Aeroporto);

f) Zona Especial – Aeroporto (ZE1) – corresponde à área da periferia do aeroporto;

g) Zona Especial – Ribeirinha (ZE2) – corresponde à área entre o leito principal e o braço direito do rio Mossoró, prevista para paisagismo, recreação e lazer;

h) Zona de Proteção Paisagística (ZPP) – corresponde à faixa urbana da margem esquerda do rio Mossoró, de interesse paisagístico;

i) Zona de Ensino Superior (ZU) – corresponde à área ao longo da BR-110, saída para Areia Branca, onde já se encontravam a UERN (Universidade Regional do Rio Grande do Norte) e a ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró);

j) Zona Industrial (ZI) – corresponde à área do Distrito Industrial de

Mossoró, a 3 km do perímetro urbano, à margem da BR-304, saída para Fortaleza. Prevista para implantação de unidades industriais de maior porte.

Fazendo parte de uma política de planejamento vigente em todo o Brasil desde a década de 1960, a principal preocupação do Plano Diretor era a instalação de uma Zona Industrial, numa área bem maior do que as outras, tendo como objetivo dinamizar a atividade industrial, criando condições suficientes, tais como energia elétrica, acesso, sistema de água e esgotos. Segundo o Plano, a facilidade de recursos naturais ligados às atividades extrativas e minerais, propicia a diversificação industrial, e somente o crescimento orientado disciplinaria a expansão da cidade, a realização das atividades econômicas urbanas (comércio, indústria e serviços), e a implantação das políticas de infra-estrutura, saneamento e tráfego, através de programas de curto, médio e longo prazo.

Vale salientar também que, pela primeira vez, o fator ambiental é introduzido no processo de planejamento. Havia a preocupação com as freqüentes inundações ocorridas nas margens do rio Mossoró, e seus efeitos diretos no espaço físico, e indiretos no processo socioeconômico da cidade; portanto, foram criadas a Zona Especial Ribeirinha (ZE2) e a Zona de Proteção Paisagística (ZPP), onde as margens do rio foram consideradas áreas de interesse paisagístico e por isso deveriam ser preservadas.

Enfim, o Plano Diretor, promulgado pela Lei 01/75, assumiu grande importância na formação da atual estrutura espacial da cidade, pois consolida um novo padrão de crescimento da cidade de Mossoró, que se dá no sentido sudeste-noroeste.

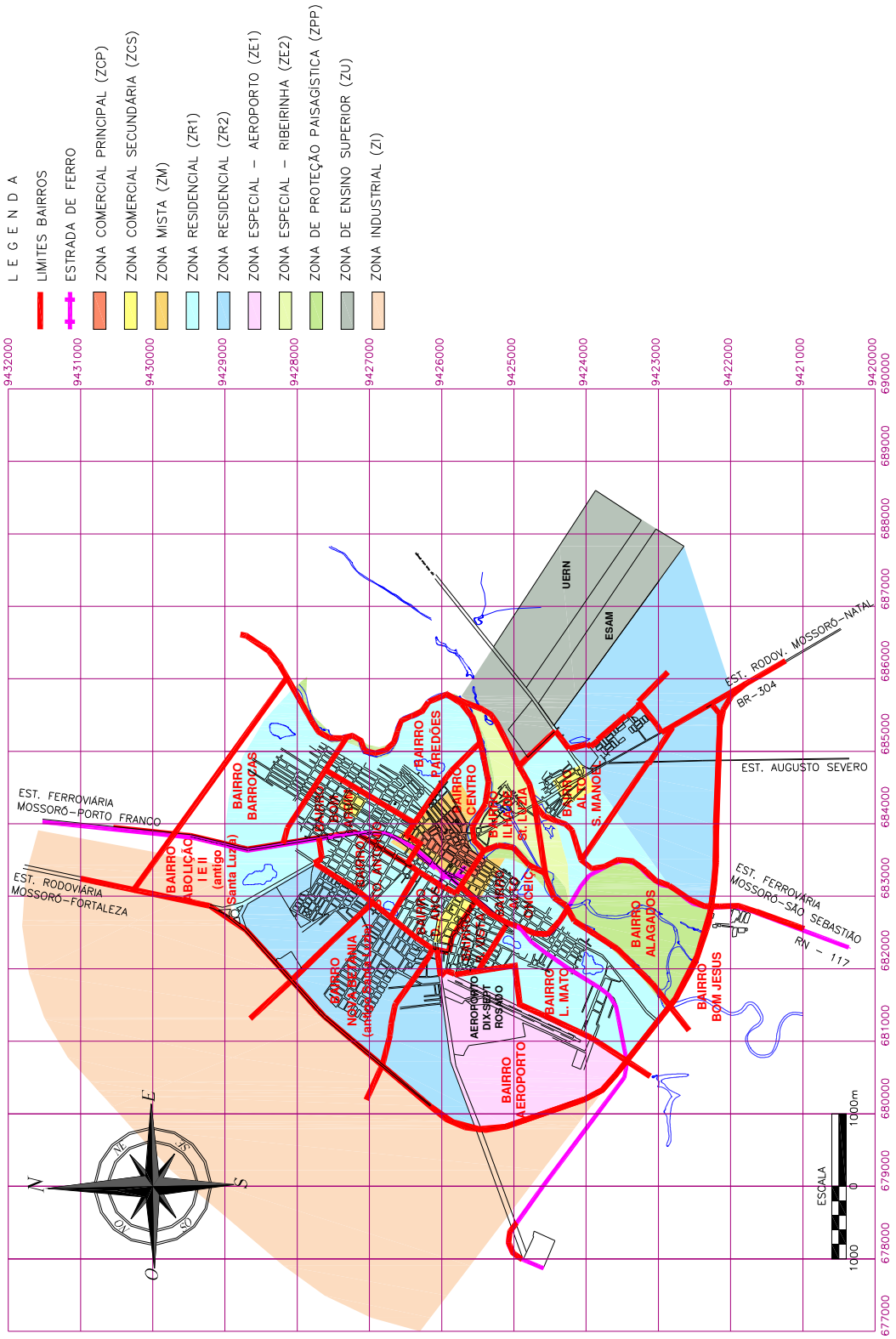


FIGURA 4.2: Zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró – 1975

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró; da "Planta da Rede de Distribuição da Cidade de Mossoró", Elaborada pela Caern, em Outubro de 1975; e de informações da Lei 01/75 - Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró.

A implantação da Zona Universitária na direção sudeste, e da Zona Industrial na direção noroeste, assim como a barreira que se formou na direção sudoeste (o anel viário da BR-304), impulsionaram ainda mais a expansão no sentido sudeste-noroeste. Tem importância também o Art. 3º do Plano, quando determinou que as todas as áreas habitacionais fossem integradas ao centro da cidade através de largas vias de circulação, visando a plena utilização dos equipamentos urbanos e facilitando o alcance dos locais de trabalho que, por sua vez, se localizavam predominantemente nas áreas centrais. Estava determinando então a origem do padrão radial-concêntrico da malha urbana da cidade, com as principais vias da cidade convergindo para o Centro (Ver **Figura 4.3: Principais eixos de expansão urbana-1975**).

Vale ressaltar que, pouco tempo depois da promulgação do Plano Diretor, foi promulgado o Decreto 09, de 30 de Setembro de 1975, que criava o Bairro Abolição, definindo um novo perímetro urbano na planta da cidade.

Dessa forma, em 1976, com a expansão urbana dirigida por um Plano Diretor recém-elaborado, a cidade de Mossoró foi incluída no Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio, integrante da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Programa direcionou políticas para implantação de infra-estrutura e implantação de atividades produtivas, ao mesmo tempo em que deslocou agentes financeiros para a cidade, como a COHAB e a Caixa Econômica Federal, para o financiamento de moradias. Sob o aval do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional de Habitação), a COHAB construiu conjuntos para a população de baixa renda, e a Caixa Econômica financiou moradias para as classes média e alta.

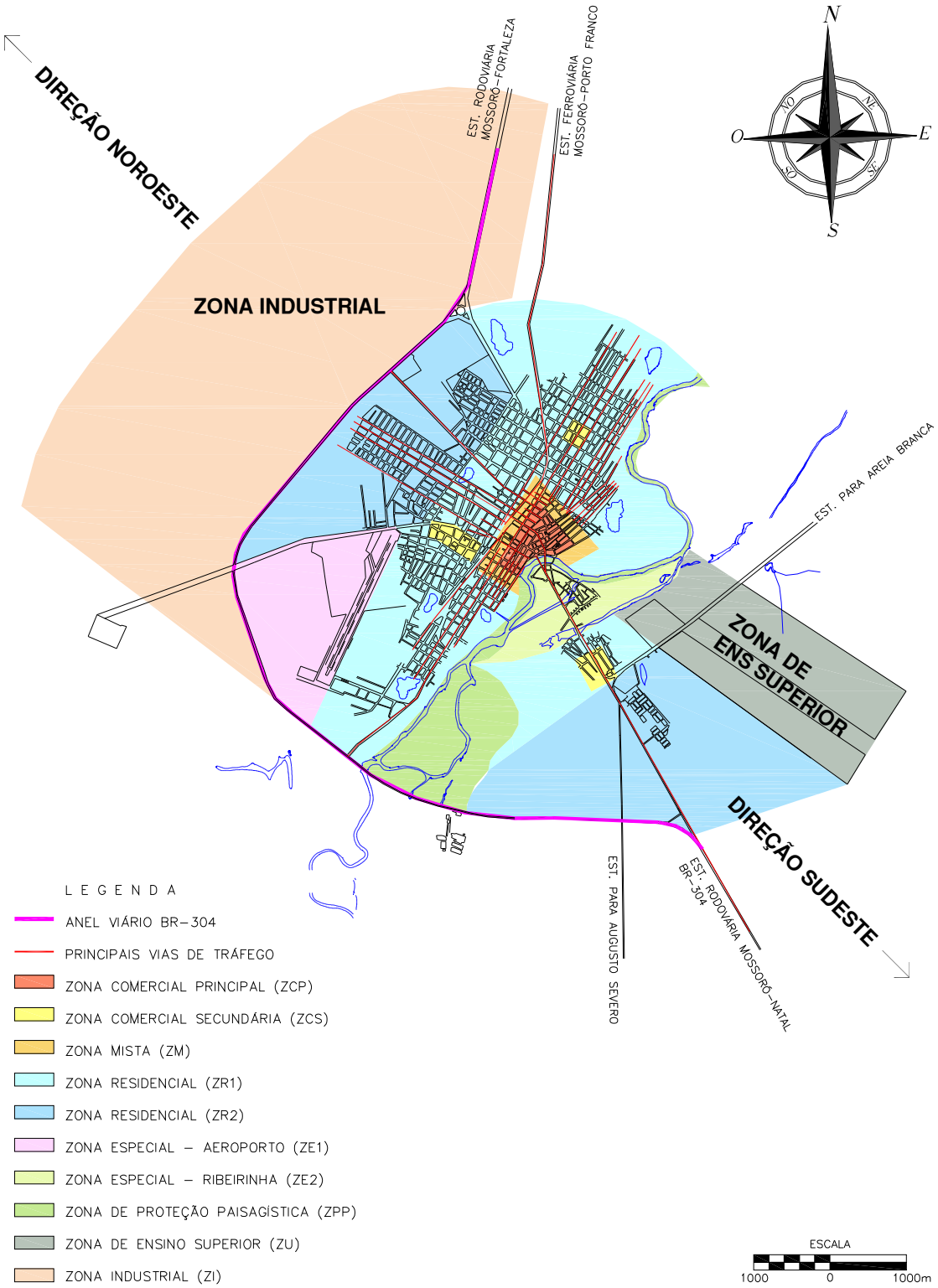


FIGURA 4.3: Principais eixos de expansão urbana – 1975

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró; da "Planta da Rede de Distribuição da Cidade de Mossoró", Elaborada pela Caern, em Outubro de 1975; e de informações da Lei 01/75 – Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró.

Quanto ao financiamento de moradias, FELIPE (1982:125) ressalta que, até o final da década de 1970, a COHAB tinha construído 3.913 casas, sendo 700 casas para o conjunto INOCOOP e o restante para o conjunto IPE. Quanto a implantação de infra-estrutura, FELIPE (ibid:123) ressalta que o Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio, através dos investimentos urbanos do CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano) e da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos), financiou a construção do Terminal Rodoviário e Matadouro Público, projetos de urbanização, galerias de drenagem pluvial, equipamentos de limpeza pública, projetos de arborização, projetos urbanísticos das áreas de expansão, pavimentação de ruas, e transportes urbanos. E através dos recursos do SFH, são financiados serviços básicos como redes de esgoto e saneamento.

Em conseqüência, o crescimento do setor habitacional, assim como da infra-estrutura pública deu impulso ao crescimento da construção civil e ao surgimento da demanda por serviços especializados. Quanto à construção civil, surgem empresas prestadoras de serviços de projetos e engenharia, e indústrias especializadas no ramo, tais como fábricas de cerâmicas, mosaicos, esquadrias e cimento. Quanto aos serviços especializados, surgem clínicas de estética, fisioterapia, psicoeducacional, serviços de vigilância, entre outros. Toda essa dinâmica provocada pela incorporação da atividade terciária à economia mossoroense reflete na ampliação da sua rede bancária a partir de 1976. Agências bancárias do Bradesco, Econômico, e Caixa Econômica Federal, são inauguradas e realizam operações de créditos, financiamento e poupanças.

O Governo Estadual também intensifica sua ação em Mossoró. Segundo ROCHA (2005:76-77), investe em bens e serviços públicos, promovendo a expansão da rede de ensino e dos serviços de saúde; assim como implanta filiais de órgãos estaduais, como a COSERN, CAERN, CIDA,

CDM, DER/RN, com a função regional, ampliando seus serviços e empregando parte da mão-de-obra excedente, não só da cidade como a de sua área de influência.

Assim, as transformações ocorridas na estrutura econômica de Mossoró durante a década de 1970, marcaram significativamente a paisagem urbana, introduzindo diferenciações nítidas em sua morfologia. Enquanto parque industrial, houve apenas a instalação de algumas unidades de maior porte no Distrito Industrial, pois a maioria das indústrias de Mossoró continuou instalada na área central da cidade, visto que são de pequeno porte. No entanto, como centro regional prestador de serviços, houve a proliferação na área central da cidade de edifícios ligados à sua nova função – bancos, escritórios, clínicas, hospitais, órgãos e instituições públicas; como também o surgimento de uma ampla classe média ligada ao setor terciário – emprego público e prestação de serviços. Assim, a principal alteração na morfologia da cidade foi a mudança de seu eixo de expansão, que passou a ser no sentido sudeste-noroeste. Nesse eixo, se deu a acelerada expansão dos bairros residenciais utilizando os diversos investimentos das políticas públicas e, em especial, das políticas habitacionais.

Em 1980, a cidade continuava em pleno processo de expansão urbana e acelerado crescimento demográfico. Apesar da população, entre 1970 e 1980, ter passado de 97.245 para 145.999 habitantes, a taxa de crescimento diminuiu em termos relativos. Enquanto no período de 1960-70, a população tinha sofrido um incremento de 46.462 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 97%; no período de 1970-80, o incremento populacional foi da ordem de 48.754 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 50%. Provavelmente, essa diminuição resultou de algumas políticas públicas adotadas no âmbito do Estado para amenizar os efeitos de terríveis secas, como as “frentes de trabalho” nas áreas rurais, e a inclusão de pequenos

municípios na “área de emergência”, beneficiando diretamente os flagelados e fixando eles mais algum tempo em seus lugares de origem. Vale lembrar que, na seca de 1979, 110 municípios foram incluídos na “área de emergência”, pois suas lavouras e pecuária foram totalmente dizimadas, o que mobilizou maciços recursos federais para a subsistência desses municípios e de sua população afetada, durante todo o período da seca.

Seguem abaixo, ilustrações de algumas unidades habitacionais construídas na década de 1970, e em seguida, vistas aéreas da expansão habitacional que se dava na direção noroeste da cidade. Observar que a ocupação dos loteamentos, assim como a construção dos conjuntos, ocorria bem antes da implantação de infra-estrutura pública.

Os conjuntos habitacionais COHAB e INOCOOP são, de fato, as obras mais relevantes da década.

FOTO 4.1: Unidade habitacional do Conjunto INOCOOP do Bairro Alto São Manoel. 1975
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.2: Unidade habitacional do Conjunto INOCOOP do Bairro Nova Betânia. 1975
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.3: Vista aérea dos Bairros Nova Betânia e Aeroporto. 1975
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.4: Vista aérea dos Bairros Nova Betânia e Abolição. 1975
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.5: Vista aérea dos Bairros Nova Betânia, Doze Anos e Centro. 1975
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

CAPÍTULO 5

MOSSORÓ EM VIAS DE GLOBALIZAÇÃO: Dos anos 80 até aos dias atuais

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A AÇÃO ESTATAL E SEUS REFLEXOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Enquanto na década de 1970, a ação estatal brasileira se destaca pela implantação de instrumentos de planejamento e gestão de serviços públicos, na década de 1980, devido a crise estrutural econômico-social que afeta os Estados Modernos, essa ação entra em crise, apontando para uma reestruturação econômica-tecnológica associada aos fenômenos da globalização e a flexibilização nas cadeias produtivas, derivadas de uma nova visão do mercado. Já na década de 1990, essa ação se caracteriza pela redução do papel do Estado como provedor de bens e serviços contraposto ao reforço de suas atribuições como regulador de novos atores sociais.

5.1.1 O esgotamento das políticas públicas e seus reflexos na configuração urbana do Estado durante a década de 1980

Em 1980, após tantos investimentos na industrialização e nas políticas públicas que abrangem principalmente as grandes cidades, o Censo surpreendeu apontando o crescimento espantoso das cidades brasileiras, indicando um ponto crítico no quadro urbano do Brasil. O modelo concentrador de capital se expressava na configuração espacial brasileira, que se caracterizava por uma rede urbana desarticulada pela formação de megapólos "desproporcionalmente" grandes, e profundamente marcada pelas desigualdades territoriais e sócio-econômicas. Como já foi dito na *Introdução*, as nove metrópoles alvos dos maiores investimentos concentravam cerca de 30% da população urbana do Brasil, são aproximadamente 55 milhões de pessoas, mais do que a população de vários países latino-americanos ou europeus, constituindo a "macrocefalia" das metrópoles brasileiras MARICATO (2001).

Para piorar o quadro, o padrão de financiamento da economia vigente desde os anos 40, se esgotou nos anos 80 e provocou a maior crise da história política e econômica recente, cujos efeitos perduram até os dias atuais.

Entre 1980 e 1989, as taxas de crescimento da economia brasileira foram extremamente baixas. O progressivo esgotamento da capacidade de financiamento do Estado, aliado ao esgotamento dos fluxos de capital do exterior e ao crescente endividamento externo junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional), contribuíram para o Estado adotar uma política extremamente recessiva. Provocando assim a diminuição dos investimentos e importações, restrições aos serviços públicos e de infra-estrutura, como também, a contração dos níveis salariais e um brutal desemprego.

No Estado do Rio Grande do Norte, os primeiros dois anos são marcados por uma seca contínua, que gera forte crise econômica e recessão do crédito. O Estado praticamente abandonou a agricultura, e foram traçadas prioridades no setor secundário da economia estadual para implantar projetos que aproveitassem o potencial de matérias-primas locais. Assim, deveria ser incentivado um pólo têxtil, para aproveitar o algodão, e um pólo metal-mecânico, para aproveitar o minério local. Porém, a falta de capital de giro obrigou o empresariado a adotar uma série de medidas, como por exemplo, não fazer investimentos, procurar movimentar recursos próprios, cadastrar clientes com mais rigor, evitar despesas supérfluas, entre outras medidas. Assim sendo, destacaram-se somente os seguintes acontecimentos (SANTOS,2002):

a) A assinatura do primeiro convênio do Estado com a EMBRATUR (Entidade Turismo do Governo Brasileiro), em 1982, para a implantação de uma rede de hotéis no interior, assim como a inauguração de vários hotéis na Via Costeira em Natal, em virtude do crescimento do turismo que, por sua vez, já produzia retorno para a economia estadual;

b) A implantação do programa de Áreas Industriais e Desconcentração Espacial, em 1982, através da CDI (Companhia de Desenvolvimento Industrial), órgão vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio, quando foram consolidados os Distritos Industriais de Natal, de São Gonçalo do Amarante, e de Mossoró.

Em 1984, ocorre o encerramento do ciclo militar brasileiro, vigente por quase 20 anos. Teve início o período de transição para o regime democrático, que se consolida em 1988, com a sanção de uma nova Constituição que, entre outros dispositivos, regulamentou o FGTS e

sancionou outras medidas econômicas e políticas. Entretanto, Estados e municípios - apesar de obterem receitas adicionais - não dispunham nem da formalização das novas obrigações nem da capacitação necessária para administrar os investimentos, o que acabou resultando na estagnação e na deterioração dos serviços públicos urbanos.

Os investimentos em infra-estrutura sofreram um tremendo impacto, principalmente o setor de construção civil, decorrente da redução dos gastos públicos e da crise do Sistema Financeiro da Habitação. Caíram os níveis de captação do FGTS e aumentaram em muito os saques e a inadimplência (devido aos altos índices de desemprego), resultando no colapso das fontes de financiamento da habitação e do saneamento, inclusive no fechamento do BNH, em 1986.

Como um esboço de resposta à grave crise instalada, durante o Governo Figueiredo, foi elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Apesar de repetir as preocupações dos planos anteriores, configurava alguns avanços como a proposição de uma política de reforço da atividade agrícola, de desconcentração industrial e uma política social, para tentar conter a intensa migração campo-cidade. Propunha ainda a adoção de incentivos fiscais e creditícios para fomentar o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia. No entanto, os gastos com educação, saúde, trabalho e previdência caíram ainda mais, alcançando níveis assustadores.

Vale salientar que, entre 1987 e 1988, a fonte dos recursos passou a ser a CEF (gestora do FGTS), então os investimentos tiveram um rápido surto de crescimento. Apesar dos níveis de prestação dos serviços permaneceram insuficientes, com poucas melhorias institucionais e de operação, houve a ampliação física das redes de abastecimento de água e de esgotamento

sanitário, sendo que estas últimas continuam até hoje insuficientes para a cobertura das áreas urbanas.

Ainda assim, com o colapso das fontes federais de financiamento da habitação e do saneamento, e a conseqüente paralisação das obras do Governo Federal, promovidas pela COHAB e INOCOOP, o Estado do Rio Grande do Norte teve mais de 70% das empresas construtoras paradas por falta de trabalho; foram demitidos 30 mil trabalhadores, correspondentes a 67% do grupo.

Reflexo de um panorama nacional, instalou-se uma grave crise na economia norte-rio-grandense, ainda mais agravada com a sucessão de diversos desastres naturais ocorridos na década de 1980. Foram (SANTOS,2002):

a) Cinco anos consecutivos de seca (1978-1983), gerando miséria absoluta no campo, forçando o agricultor a migrar para as cidades ou sobreviver do irrisório salário, pago sempre com atraso, do Programa de Emergência;

b) A enchente de 1983, que destruiu 100 açudes e parte das cidades de Santa Cruz e Campo Redondo; assim como a enchente de 1985, que danificou 10 mil casas, arrombou 450 açudes e destruiu 200 km de estradas;

c) A praga do bicudo do algodoeiro, identificado pela primeira vez em Caicó, em 1984, capaz de reduzir em até 80% a produção da lavoura, sendo a pulverização com inseticida mais cara do que o valor da produção;

Esses males impulsionaram mais uma vez a concentração de investimentos em Natal e Mossoró, que foram palco de acelerada expansão urbana, aumentando ainda mais o contraste com o restante da rede urbana do

Estado, cada vez mais pobre. Os maiores investimentos do Estado foram a instalação da PETROBRAS e os incentivos ao turismo, que somente contribuíram para melhorar o perfil do emprego urbano nessas cidades.

Quanto a Mossoró, além do crescimento das atividades da PETROBRAS, assistia aos progressos da indústria salineira e da implantação de seu Distrito Industrial, que impulsionou a instalação de várias indústrias na cidade. Na contracorrente dos demais municípios, sofreu um significativo crescimento econômico; durante toda a década, surgiam novas lojas, hotéis e fábricas, e tanto a demanda quanto a oferta por moradia aumentava. Foi notável a expansão do mercado imobiliário de Mossoró, que lançava diversos loteamentos em 1982, todos eles com um número de lotes superior a 300 unidades.

Assim sendo, a década de 1980, também conhecida como a "década perdida", chega ao fim tentando remediar os efeitos de uma grave crise nacional, caracterizada por um quadro inflacionário nunca visto antes e por desastrosos planos econômicos que se sucederam (Planos Cruzados I e II, Plano Bresser, Plano Verão). As perspectivas para a década seguinte, eram as mais sombrias.

5.1.2 A globalização e a redução do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico a partir da década de 1990

No começo da década de 1990, início do Governo Collor, ocorrem grandes transformações nos papéis desempenhados pelo Estado. A inflação estava na casa dos 81% ao mês e seu ritmo ascendente fez com que fossem aplicados novos programas econômicos, os Planos Collor I e II, baseados na

drástica redução de liquidez, reforçando a já pronunciada queda nas atividades econômicas.

Na primeira metade da década, em relação à infra-estrutura e aos setores sociais, ocorreu também a queda dos gastos, provocando a deterioração do sistema rodoviário e de telecomunicações, colapsos no fornecimento de energia elétrica e de saneamento, diminuição da qualidade da educação básica e dos serviços de saúde pública, e o conseqüente aumento das taxas de doenças endêmicas e mortalidade infantil.

Gradativamente o Governo tentou introduzir reformas estruturais que possibilitassem o crescimento econômico, como a privatização[28] de empresas estatais, a abertura comercial externa (política de importações), e a ampla reforma administrativa com demissão ou disponibilização de servidores públicos.

A reação violenta a essas medidas polêmicas, associada a uma série de escândalos, resultaram numa grande mobilização política nacional, ocasionando o "impeachment" do Presidente Collor. Em 1992, na gestão do presidente Itamar Franco, foi apresentado um programa de estabilização denominado "Plano de Ação Imediata" que, além de um corte significativo nos gastos públicos, introduzia uma nova moeda – o "Real", dando início a um novo período econômico com o controle efetivo da inflação custeado pelos cofres públicos.

Em 1994, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se consolida uma nova era no tocante ao papel do Estado em relação à promoção do desenvolvimento econômico. Nesse período foi retomado com mais vigor

[28] Neste período tem início o processo de transferência de estatais para o setor privado, com a Usiminas em 1991 seguida, em 1995, pela privatização do setor elétrico (sistema Eletrobrás - Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte, Light), a venda da Escelsa (Espírito Santo), seguida pela Rede Ferroviária Federal – RFFSA. Em 1998 foi teve início a privatização das telecomunicações e telefonia (móvel e fixa).

o programa de privatizações, iniciado no final da década de 1980, e começa um novo período na economia brasileira – o período da globalização, que perdura até os dias atuais.

A partir daí, as políticas públicas nacionais surgem da interação entre os atores locais e internacionais, resultantes da progressiva integração do mercado nacional aos mercados latino-americano e global. É cada vez maior o papel das entidades transnacionais, principalmente dos organismos multilaterais de financiamento[29], na formação das agendas governamentais, que em geral contam com os recursos do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a sua realização.

Esse processo chamado *globalização* resultou do impacto da reestruturação produtiva internacional que atingiu os países capitalistas centrais na década de 70[30], e caracteriza-se pela quebra de fronteiras entre os mais diversos países do planeta – fronteiras econômicas, sociais, culturais, políticas, de câmbio, entre outras. Seguem abaixo algumas definições sobre globalização (GONÇALVES, 1995):

a) globalização na economia refere-se à evolução do capitalismo nos EUA e ao seu papel para a atual configuração do mundo;

b) globalização social refere-se aos movimentos sociais urbanos que estão se estruturando em dimensão universal;

c) globalização cultural refere-se tanto à homogeneização crescente de costumes, estilos de vida entre lugares do mundo, quanto à diversificação do interior de cada lugar;

---

[29] São organismos multilaterais as Nações Unidas e a OMS, e no âmbito latino-americano, a OPS e o BID.

[30] 1. "*A partir de meados dos anos 70, os países centrais adotaram novos padrões de acumulação e regulação: produção baseada em alta tecnologia, flexível, e Estado mínimo*" (PIQUET, RIBEIRO, 1991: 85)

d) globalização política refere-se às diversas formas de dominação dos Estados estrangeiros.

A globalização então recoloca o confronto "*internacionalismo* versus *nacionalismo"*, ou seja, o *"global* versus *local"*, postulando o fortalecimento da esfera do poder central em detrimento da esfera local.

Assim o papel do Estado brasileiro tem se resumido, desde meados da década de 1990, a intermediar o conflito do intervencionismo internacional com os poderes locais e comunitários, privilegiando quase sempre as decisões do capital estrangeiro. Dessa forma, ocorreram a abertura de mercados, a montagem e desmontagem de amplos setores de produção, a privatização de estatais, a desvalorização da moeda nacional, e outras decisões que submeteram a economia brasileira a choques profundos que, por conseqüência, alteraram rapidamente sua dinâmica. A verdade é que qualquer ajuste de inspiração neoliberal em sociedades como as latino-americanas têm conseqüências bem mais dramáticas do que nos países centrais. Pois se dá sobre uma sociedade desigual, de acesso restrito aos direitos básicos, nas áreas de saúde, educação e assistência social (MARICATO, 2001).

Além do intervencionismo internacional, outro ponto alto da globalização é a implantação do sistema flexível de produção[31], que se caracteriza pela flexibilização do capital e do trabalho. Através da abertura de mercados, segmentação e diferenciação dos produtos, os países centrais buscam o meio para evitar mercados saturados. Quanto à força de trabalho, o sistema flexível de produção caracteriza-se pela *terceirização* da mão-de-obra, ou seja, proliferação do trabalho temporário e de tempo parcial que gera altas taxas de rotatividade e fácil desagregamento do operariado, quando uma indústria desloca-se. Seus reflexos imediatos no território são centros de

[31] Também conhecido como *sistema pós-fordista de produção*.

inovação, tecnopólos, parques industriais rejuvenescidos que, em geral, localizam-se em zonas semi-rurais, onde se reúnem empresas inovadoras, centros de pesquisa de ponta, universidades, aeroportos, espaços verdes para residência e recreação.

No Brasil, esse processo já se faz sentir especialmente no interior paulista, onde está ocorrendo gradativamente a interiorização de diversas atividades de ponta. A estrutura territorial brasileira, a partir de meados da década de 1990, também tem apresentado alterações. Enquanto as cidades de médio porte (100.000-500.000 hab) crescem a taxas cada vez maiores, as metrópoles crescem a taxas cada vez menores, ocorrendo também refluxo migratório de populações que migraram na década de 1970, transformações no uso do solo, e tendência menor da cidade à expansão do território, entre outras mudanças. As grandes cidades passaram a ser o epicentro da crise e do caos urbano, local de aglomeração daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza.

Assim, as políticas sociais foram retomadas e focalizadas na pobreza, implantando programas que objetivassem a inserção produtiva, a descentralização de poder e de recursos, e a participação dos setores popular e privado como co-responsáveis. Aos setores tradicionais de Educação, Saúde, Habitação e Previdência, somaram-se a Geração de Trabalho e Renda e o Desenvolvimento Ambiental e Sanitário.

O Estado do Rio Grande do Norte, durante a década de 1990, também absorve os impactos da inserção passiva no mercado mundial globalizado, através da reestruturação de suas principais indústrias, consolidando alguns focos de dinamismo até os dias atuais. Entre eles cabe destacar o pólo de fruticultura irrigada Açu/Mossoró, o pólo têxtil e de confecções de Natal, o pólo turístico do litoral potiguar (Projetos Rota do Sol, Costa das Dunas e

Costa Branca), a Bacia Potiguar de Petróleo e Gás Natural, e mais recentemente, o segmento da carcinocultura.

O pólo da fruticultura irrigada Açu/Mossoró cresceu devido à inserção de capital internacional e à adoção de modernas técnicas de irrigação e adubação, transformando-se num pólo agro-industrial exportador de frutas para a Europa e outros países. Comandado por grandes empresas (Maísa, Frunorte, Del Monte, Nolem, entre outras) que se especializaram na exportação de frutas, especialmente melão, banana, laranja e mamão, cabe a esse pólo o bom desempenho das exportações estaduais na década de 1990, e a revitalização do porto de Natal.

O pólo têxtil e de confecções de Natal é competitivo nacionalmente e, no caso da malharia, internacionalmente, graças a sua atualização tecnológica.

O pólo turístico, em 1991, já tinha uma receita de 54 milhões de dólares, e em 1992, já tinha mais de oitenta agências de viagem cadastradas na EMPROTURN, e cerca de 150 hotéis e pousadas de pequeno porte. Concentra-se em Natal e municípios vizinhos litorâneos, onde os recursos do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo) têm sido largamente utilizados. O PRODETUR I (Projeto Rota do Sol) liga Natal ao limite com a Paraíba, e tem como suporte a melhoria de estradas que margeiam o litoral e com acesso a diversas praias. O PRODETUR II (Projeto Costa das Dunas) liga Natal a Touros, e incentiva em sua margem empreendimentos de grande porte, como resorts, parques ecológicos aquáticos e marinhos para fins de entretenimento.

Quanto à área do petróleo potiguar, está em expansão acelerada desde a década de 1970 devido à atuação da PETROBRAS, empresa que, ao longo de vinte anos, instalou-se na porção noroeste do Estado, transformando-o no segundo produtor de petróleo do país e o primeiro em terra. O petróleo é

atualmente uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, além do volume de investimentos em diversas áreas, como assistência social, educação e cultura, paga royalties aos municípios produtores, ao Estado e aos proprietários de terra; faz circular salários altos direta ou indiretamente no mercado local de consumo; e ainda é uma grande consumidora de mercadorias e serviços no mercado local.

Hoje a Unidade de Produção da Bacia Potiguar compreende 15 municípios potiguares e 02 do Ceará, e têm 5000 poços em operação em suas 53 concessões terrestres e 18 marítimas, e 30 plataformas marítimas de produção. Além da PETROBRAS, outras empresas nacionais e multinacionais já chegaram ao RN para trabalhar na exploração de petróleo e na produção de energia.

Quanto à carcinocultura, também está em plena expansão. Produzindo cerca de 1000 ton/mês, o Rio Grande do Norte já é o maior produtor de camarão do país, concentrando 30% das fazendas do país.

Houve também realizações pontuais ocorridas na década de 1990, entre elas destacam-se:

a) A consolidação do condomínio fechado na capital, como alternativa para construir moradias sem enfrentar a morosidade do financiamento bancário;

b) A construção de shopping center's desencadeada a partir da inauguração do *Natal Shopping Center*, primeiro shopping potiguar, em 1992; assim como consolidou-se o franchising, entre 1991 a 1993, quando inauguraram mais de 90 pontos de venda de produtos e serviços franqueados;

c) O crescimento do SEBRAE que, em 1992, implantou o projeto estadual Balcão de Ferramentas, chegando a beneficiar mais de três

mil famílias da zona rural; e, em 1998, já estava presente em nove municípios do Estado: Mossoró, Açu, Pau dos Ferros, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Nova Cruz, Santa Cruz, Parnamirim e Natal; beneficiando 41.921 empresas;

d) A implantação do sistema de celulares pela TELERN, a partir de 1993, em Natal, com a instalação das torres de Ponta Negra, de Igapó e de Parnamirim;

e) Diversos projetos estaduais voltados a caprinocultura, tentando a recomposição do rebanho do Estado e beneficiando vários municípios entre 1991 e 1994, e para o peixamento de vários açudes no Estado, em 1997, especialmente no Seridó e Vale do Açu, através de parceria entre o DNOCS, UFRN e Colégio Agrícola de Jundiaí, beneficiando mais de 6 mil pescadores;

f) A construção de grandes adutoras, sendo inauguradas a primeira etapa do Projeto Baixo-Açu, em 1994, 23 km de canal que distribuiria água para os lotes, sub-estações adutoras e vilas que iriam abrigar os futuros colonos beneficiados pelo projeto; e a Adutora Sertão Central Cabugi, em 1997, que levaria água a 70 mil pessoas, utilizando o potencial hídrico da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, em Itajá;

g) A Reforma Agrária que, em 1995, através de decreto assinado pelo governo federal, desapropria nove fazendas no Estado e acomoda 2 mil famílias norte-rio-grandenses, representando 5% das 40 mil famílias que deveriam ser beneficiadas no Brasil. Apesar de alguns assentamentos não terem progredido, outros deram certo, como o assentamento Hipólito, localizado às margens da BR-304 entre Açu e

Mossoró, que produz melão para exportação, através de sua Associação dos Colonos;

h) O crescimento da pecuária leiteira que, em 1998, chegava a produzir 270 mil litros/dia em 17 usinas de beneficiamento de leite, espalhadas pelo Estado, devido o programa estadual de distribuição de leite para as famílias carentes do Estado;

i) A inauguração da Planta de Óleo Diesel da PETROBRAS, em 1999, no município de Guamaré, para a produção de querosene de aviação e gasolina de automóvel, posteriormente; assim como a assinatura do compromisso para a construção da termoelétrica do Pólo Gás-Sal, no mesmo ano, entre Governo do Estado, PETROBRAS, GASPETRO, Potigás, Coteminas, o grupo espanhol IBERDROLA, e o grupo norte-americano Florida Power Light. A termoelétrica está sendo construída no município de Alto do Rodrigues e terá capacidade de gerar 330 megawats de energia elétrica para atender às necessidades de vapor da PETROBRAS e suprir a necessidade de energia elétrica das indústrias a serem instaladas no Pólo Gás-Sal.

Vale salientar que, apesar das realizações espalhadas em vários pontos do Estado, os cinco focos de dinamismo citados inicialmente são alvos dos maiores investimentos e, desde a década de 1970, continuam a reforçar a tendência de concentração populacional em apenas duas cidades – Natal e Mossoró, que polarizam espacialmente as atividades resultantes de tantas transformações econômicas. Uma dinâmica concentracionista que nega cada vez mais as possibilidades de desenvolvimento aos núcleos urbanos do interior.

Em conseqüência, os movimentos migratórios que ocorreram no espaço norte-rio-grandense a partir da década de 1970, foram determinados

por uma situação definidora – por um lado, a seca e o empobrecimento das áreas rurais e pequenas cidades, e por outro lado, a oferta de emprego e ampla infra-estrutura urbana das maiores cidades, onde já havia alguma distribuição e circulação de capital. Isso logo configurou suas principais cidades como pólos de economia estaduais e prestadores de diversos tipos de serviços. Segundo FELIPE; GOMES (1994:8), essa é uma forma dos grupos que dominam a política estadual redefinirem os seus processos de dominação política, no momento em que as migrações do campo para as cidades esvaziam os "antigos currais eleitorais". Na cidade, esses grupos de dominação política utilizam as políticas públicas, o emprego público e o assistencialismo, e vão se recriar através do voto de curral urbano, facilitado pela miséria das populações da periferia urbana.

Assim sendo, o Censo Demográfico de 1991 já apontava que a partir dos anos 80 os migrantes têm procurado se fixar nas maiores cidades do Estado: Natal e Parnamirim (Litoral Potiguar); Mossoró (Oeste Potiguar), Currais Novos e Caicó (ambos Central Potiguar). Somente o município de Natal registrou 60,7% dos migrantes que vieram de outras áreas urbanas do próprio Rio Grande do Norte ou de outros estados.

Fica claro então que, desde a década de 1990, as políticas públicas e programas governamentais manipularam a nova divisão territorial do trabalho, através da concentração dos investimentos no município de Mossoró e na Região da Grande Natal, que compreende os municípios de Natal, e parte dos municípios de Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, e Extremoz. Tudo leva a crer que o objetivo dessas políticas é fortalecer cada vez mais o setor terciário da economia do Rio Grande do Norte, pré-requisito básico para a implantação das diretrizes neoliberais do momento atual.

Quanto ao planejamento estatal, desde a década de 1990, houve a

redução do papel do Estado como planejador e promotor do desenvolvimento; o planejamento ficou a cargo de parcerias entre órgãos estatais e associações de economias mistas ou privadas, representativas de vários segmentos da sociedade e do empresariado. Destacaram-se apenas o *Diagnóstico e Prognóstico do Plano de Desenvolvimento da Região do Seridó*, elaborado em 1999, através da parceria entre FIERN, SEBRAE, Associação dos Municípios do Seridó Ocidental (AMSO) e a Associação dos Municípios do Seridó (AMS); o *Estudo de Oportunidades Econômicas* e o *Diagnóstico de Suporte ao Plano Diretor*, elaborados em 1999, através da parceria entre FIERN, Governo do Estado, Prefeitura de Mossoró, e ACIM, como subsídio à elaboração do *Plano Diretor de Mossoró*; e o próprio *Plano Diretor de Mossoró*, que foi elaborado durante o ano de 2006, e aguarda a sanção da Lei em Janeiro de 2007.

Como se vê, a falta de planejamento e a grande quantidade de investimentos privados no Estado seguem as diretrizes da política neoliberal adotada no âmbito nacional. Dessa forma, ocorre a privatização de órgãos estatais, incentivos e sanções de impostos a empresas estrangeiras interessadas em investir dentro do Estado, e parcerias entre o capital público e privado. Enfim, ocorre uma flexibilização do capital e do trabalho, merecendo destaque o fim da estabilidade no emprego público e a contratação de mão-de-obra temporária, denominada terceirização.

No entanto, a redução do intervencionismo estatal aliada ao aumento do investimento privado, trouxe em seu bojo alguns acontecimentos negativos, que retrocederam a economia potiguar. Entre eles destacam-se:

a) O sucateamento dos serviços estatais de educação e saúde, que se transformaram em negócios lucrativos e atraentes, resultando na

proliferação de clínicas, hospitais, escolas e univerisdades particulares, especialmente na capital;

b) A privatização de órgãos estatais como a TELERN e a COSERN, em 1997, que foi comprada pelo grupo espanhol IBERDROLA, por 676,4 milhões de reais;

c) O declínio da atividade industrial dos segmentos químico, têxtil, e salineiro, provocado pela indústria internacional que tinha custos com frete três vezes menor que o custo potiguar.

Toda essa política neoliberal, implantada na década de 1990, também refletiu na rede urbana norte-rio-grandense. Apesar de não ter alterado sua estrutura, aprofundou suas desigualdades. Nas cidades maiores, como Mossoró, ocorre favelização de significativa parte de sua população; nas cidades menores e no meio rural aumenta a miséria e a emigração, especialmente para Natal que, além da favelização, vivencia uma expansão urbana que atravessa as fronteiras dos municípios vizinhos – São Gonçalo do Amarante e Parnamirim – transformando essas cidades em dormitórios de pessoas que trabalham, estudam, e compram em Natal, iniciando um processo de metropolização da capital estadual. A desvantagem desse processo é a pressão enorme que exerce sobre a oferta de emprego, sobre o sistema viário e transporte público, sobre os serviços básicos de infra-estrutura, entre outros aspectos importantes que a economia da cidade teria de gerar rapidamente para acompanhar sua acelerada urbanização.

Na prática, não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o território nacional, o retrato das políticas públicas, desde a década de 1990, manteve a busca do desenvolvimento econômico ao lado da convivência amistosa com situações de miséria e pobreza. Quanto à gestão das políticas sociais, esta se caracteriza pela utilização de recursos financeiros provenientes do nível

Federal, pelo princípio da privatização, pelo autofinanciamento do investimento social e pelo uso clientelístico da máquina social.

Em síntese, a reestruturação dessas políticas públicas desde a década de 1990, levou à redução da ação estatal, ou uma "privatização" de seus serviços no sentido mais amplo, traduzida pelo reforço do não-público, do não-estatal, como também do setor privado não-lucrativo (filantrópico ou não-governamental), adotando mecanismos combinados de financiamentos públicos e privados.

O atual desenho dessas políticas traduz um conjunto de mudanças que se processam em três níveis:

a) Político-institucional - através da descentralização político-administrativa, com o reforço da ação no nível local ou municipal, mais comprometidas com a dinâmica da comunidade;

b) Social - com elevado grau de participação popular nos processos de decisão, elaboração, implementação das políticas e bens;

c) Relacionamento das esferas pública e privada - abrangendo o setor privado lucrativo e o não-lucrativo na produção e oferta dos bens e serviços sociais.

5.2 O USO DO SOLO E A SEGREGAÇÃO URBANA EM MOSSORÓ: À GUISA DA CRISE NOS ANOS 80

O Censo de 1980 deflagra a grande alteração na estrutura setorial do emprego, verificada na cidade de Mossoró, desde a década de 1960. Segundo a **Tabela 5.1**, o setor terciário se tornava cada vez mais expressivo. Sua participação no total da ocupação, durante o período de 1960-70, aumentou de 7.277 para 11.287 pessoas; e duplicou no período de 1970-80, passando de

11.287 para 22.685 pessoas.

TABELA 5.1
POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) POR SETORES DE ATIVIDADE EM MOSSORÓ – 1960-1980

MUNICÍPIOS	ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ECONOMOCAMENTE ATIVA (PEA)			
			PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
Mossoró	1960	50.783	6.358	1.313	7.277	14.948
Mossoró	1970	97.245	5.690	5.203	11.287	22.180
Mossoró	1980	145.999	8.600	11.682	22.685	46.064

Fonte: Elaborada pela autora. A partir de: Tabelas da Microrregião Salineira de Mossoró, População Total e População Economicamente Ativa por Setores da Atividade segundo os Municípios. FIBGE – Censo Demográfico do Rio Grande do Norte 1960, 1970 e 1980 (Mão-de-obra).

Esse aumento expressivo da PEA no setor terciário, durante as décadas anteriores, foi resultado de três fatores principais: 1º) o emprego formal em órgãos governamentais e instituições privadas e públicas (funcionários dos estabelecimentos de ensino, de saúde, e de órgãos municipais, estaduais e federais); 2º) o emprego formal indireto, gerados em conseqüência do crescimento industrial (pequenos fornecedores de itens e serviços para as indústrias); 3º) o emprego informal, resultante da insuficiente absorção da mão-de-obra pela indústria e pelos ramos do setor terciário.

É para o emprego informal do setor terciário, que se dirige grande parcela da mão-de-obra proveniente das áreas rurais, em virtude das oportunidades criadas pela própria população, principalmente nos ramos do comércio de mercadorias e prestação de serviços. Observa-se ainda, nesse sub-setor, também denominado "setor informal", o exercício de atividades de caráter instável e temporário, cuja renda mensal, para a grande maioria, não ultrapassa dois salários mínimos. É aí que se encontram, ao nível ou abaixo da subsistência, um grande contingente de biscateiros, ambulantes, flanelinhas, e inúmeras outras ocupações mal definidas, criadas como forma de escapar do

desemprego absoluto.

Isto evidencia que, apesar do setor terciário ser o mais expressivo em relação à participação da mão-de-obra no quadro de empregos da cidade, algumas de suas atividades concentram grande contingente de subempregados e desempregados "disfarçados" no emprego informal. E o "setor informal", considerado sub-setor marginal do emprego urbano, constitui, de fato, uma problemática urbana geradora de várias tensões sociais.

Assim sendo, constata-se que a estrutura setorial do emprego, verificada na cidade de Mossoró, é reflexo de um panorama político-econômico nacional instalado nos últimos anos da década de 1970, quando houve crise no mercado de capitais.

Em 1980, o Governo Federal já tinha reduzido a ajuda à atividade empresarial nordestina, e a SUDENE, após sucessivas denúncias de corrupção, sofria o processo de esvaziamento de capitais. Em conseqüência, o Governo Estadual, sem projetos e recursos próprios, paralisou os investimentos no desenvolvimento produtivo, assim como as políticas públicas de infra-estrutura e habitação.

Em Mossoró, depois da paralisação dos recursos financeiros, a política de colonização da Serra do Mel e a política de industrialização, que vinham sendo desenvolvidas na década de 1970, não trouxeram mais os efeitos desejados desde o início da década de 1980.

Segundo FELIPE (1982,119-120), as agrovilas da Serra do Mel não passaram de uma forma imediatista de acalmar as tensões sociais geradas pelo desemprego nas salinas, caracterizando uma falsa reforma agrária que utilizou terras devolutas, sem mexer na rígida estrutura fundiária local, e que foi abandonada depois que os investimentos diminuíram. No início da década de 1980, apenas 20% dos moradores eram salineiros, e as agrovilas começavam

a receber "(...) *os trabalhadores rurais expulsos de São Rafael e de áreas do Baixo-Açu, por conta do Projeto de Perenização do Rio Piranhas*". Apesar de toda a área ter sido plantada, apenas 380 colonos tiveram acesso ao projeto e 700 casas se encontravam abandonadas; as edificações dos postos de saúde e escolas também estavam fechadas e começavam a se deteriorar[32].

Quanto à política de industrialização, o artificialismo da reprodução do capital que aí se deu também não foi capaz de gerar uma indústria auto-sustentada; pois no momento em que foram retirados os benefícios governamentais, a indústria local passa a se ressentir da falta destes e entra em processo de falência. Foi assim que, mesmo as grandes indústrias, como Confecções Guararapes, fecham suas unidades fabris, seguida por tantas outras que não tiveram como enfrentar a grande recessão que marcou a década de 1980 em todo o território nacional.

No entanto, durante a primeira metade da década de 1980, a cidade assiste ao surgimento de algumas indústrias de pequeno e médio porte ligadas ao desenvolvimento do setor terciário, tais como as indústrias de alimentação, construção civil, e metalurgia. A **Tabela 5.2** abaixo mostra o crescimento, assim como o perfil, do parque industrial de Mossoró durante o período de 1972-82. Vale observar a significativa diminuição das indústrias ligadas aos produtos tradicionais da cidade – o sal, o algodão, e as oleaginosas.

Esse parque industrial, formado predominantemente por indústrias e estabelecimentos de pequeno porte, continuou a se localizar nas áreas centrais da cidade. Para se ter uma idéia, em 1982, das 142 empresas industriais cadastradas pela FIERN em Mossoró, havia somente 7 empresas localizadas fora do perímetro urbano da cidade, em área estabelecida pela Zona Industrial do Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró – Lei 01/75;

[32] CONTAG/FETARN apud FELIPE (1982:119).

eram 5 empresas extrativas de sal, 1 fabrica de cimento, e 1 usina de beneficiamento de leite. As demais se encontravam inseridas no tecido urbano, principalmente nos bairros centrais, como o Centro, Alto da Conceição e Bom Jardim.

TABELA 5.2
EMPRESAS CADASTRADAS PELA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS – FIERN

INDÚSTRIA	ANO 1972	ANO 1982
Sal (extração)	9	3
Sal (beneficiamento)	24	19
Óleo	4	2
Alimentos	17	33
Sabão	4	8
Artefatos de madeira	14	26
Artefatos de cimento	4	8
Fábrica de cimento	1	1
Ind. Construção Civil	3	11
Ind. Gráficas	4	9
Tecelagem	6	1
Mecânica e fundição	3	11
Calçados	4	7
Retífica de pneus	1	-
Mineração	1	1
Confecções	-	2
TOTAL	**102**	**142**

Fonte: Cadastro Industrial, anos 1972/1982. FIERN-RN

Todo isso demonstra que o Distrito Industrial, a ser localizado na Zona Industrial estabelecida pelo Plano Diretor, não foi implantado com sucesso. Os altos investimentos para sua implantação, demandaram estudos técnicos lentos e freqüentes mudanças de decisões do poder municipal em relação à delimitação de sua área. Esse fato foi decisivo para que as empresas locais não procurassem a relocação para a Zona Industrial, e as novas empresas procurassem se implantar no centro, que passa a perder sua função original, se constituindo, durante toda a década de 1980, núcleo da atividade industrial de Mossoró.

Em geral, o Plano Diretor teve dificuldades para sua total implantação, devido a descontinuidade da ação administrativa entre os prefeitos (poder municipal) e os governos do Estado. A cisão, a falta de um pacto político entre estes poderes tem sobremaneira prejudicado todo o plano de reorganização espacial de Mossoró. A cidade começou a crescer desordenadamente, obedecendo ao fenômeno urbano que atinge todas as cidades do mundo capitalista. Vale lembrar que as cidades capitalistas nada mais são do que o local de reprodução do capital, que se realiza através dos interesses e ideologias das classes dominantes, segregando cada vez mais a população que fica à margem desse processo.

Então, visando acompanhar esse acelerado e desordenado crescimento, em 1980, foi delimitado um novo perímetro urbano para a cidade de Mossoró, pois a última delimitação[33], feita em 1975, já estava totalmente ultrapassada. O novo perímetro, promulgado através da Lei 44/80, incorporava quatro comunidades rurais – Bom Jesus, Alto do Sumaré, Planalto 13 de Maio e Pintos, transformando-os em bairros; e criava mais quatro bairros – Dix-Sept Rosado, Itapetinga, Dom Jaime Câmara e Costa e Silva. Consolidava ao todo, a existência de 23 bairros, e estabelecia uma faixa de 1 km ao seu redor, chamada de "área urbanizável", como um estoque de terras para futura ocupação. Segundo ROCHA (2005:108), esse momento aponta o surgimento de uma nova estrutura social caracterizada por uma nova forma de ocupação e de uso do espaço. A inclusão de áreas com características rurais no perímetro urbano da cidade, provocou nessas áreas,

> "(...) *profundas modificações estruturais em termos ocupacionais e sociais, pela indicação do aspecto de mudanças na estrutura socioeconômica. Modificações que expressam não apenas a diminuição da participação da população economicamente ativa no Setor Primário, mas um aumento de pressão por emprego no Setor Secundário e, sobretudo, no Terciário*".

[33] Decreto 09/75, de 30 de Setembro de 1975, que criava o Bairro Abolição.

No entanto, o processo de urbanização dessas áreas rurais foi diferenciado em cada uma delas. Enquanto a expansão dos bairros Planalto 13 de Maio e Alto do Sumaré, se deu rapidamente em continuidade à expansão do Alto São Manoel, em meio a políticas de loteamento e infra-estrutura; os bairros de Bom Jesus e Pintos, durante toda a década de 1980, permaneceram estagnados e segregados, tanto social quanto economicamente, das áreas centrais da cidade. Eles só vieram a ser alvos de investimentos a partir de 1990, quando a PETROBRAS se instalou definitivamente no Bairro Alto do Sumaré, atraindo novas construções e a implantação de infra-estrutura pública para suas imediações.

Vale salientar que, em setembro de 1982, foi elaborado o "Novo Cadastro Imobiliário de Mossoró", através do convênio entre o SEPLAN-RN (Secretaria de Planejamento Urbano do Rio Grande do Norte), a DATANORTE (Companhia de Processamento de Dados do RN), e a Prefeitura Municipal de Mossoró. Para tal, foi realizada uma planta da cidade que trazia a atualização da delimitação do perímetro urbano, das vias de tráfego, e das praças, como também o levantamento de todos os órgãos públicos e instituições públicas/privadas presentes na cidade. (Ver **Figura 5.1: Planta da Cidade de Mossoró – 1982**).

A **Figura 5.1** mostra que, no período entre 1975 e 1982, Mossoró passou por alterações radicais. Tinham se proliferado escolas, hospitais, bancos e órgão públicos nos bairros centrais. Além de que, a cidade apresentava 32 loteamentos implantados, ou em fase de implantação que se expandiam dando continuidade ao padrão de crescimento estabelecido na década de 1970, com o principal eixo de expansão no sentido sudeste-noroeste, ou seja, no sentido Natal-Fortaleza. No entanto, apesar do principal eixo de expansão ser no sentido sudeste-noroeste, a expansão urbana se deu para todos os lados, da seguinte forma:

a) Na direção norte, surgiram um loteamento e um conjunto habitacional destinados às classes de baixa renda na comunidade de Cajazeiras, localizada fora do perímetro urbano na chamada "área urbanizável"; à margem da estrada rodoviária para Fortaleza, essa ocupação mais tarde daria origem ao *Bairro Redenção*;

b) Na direção noroeste, os bairros residenciais que já se expandiam nesta direção desde a década de 1970 – *Nova Betânia* e *Abolição*, atravessaram o anel viário da BR-304, também denominada Avenida do Contorno, e ocupavam parte da antiga Zona Industrial do Plano Diretor de 1975, evidenciando o insucesso do Plano já nesse período. A *Nova Betânia* se expandia através da implantação de um conjunto INOCOOP e de três novos loteamentos, destinados às classes média e alta; e a *Abolição* se expandia através da implantação de vários conjuntos construídos pela COHAB e de sete novos loteamentos, destinados às classes operárias, e especialmente, a classe média baixa;

c) Na direção oeste, atravessando o anel viário da BR-304, surgiu o bairro *Dix-Sept Rosado* com quatro loteamentos destinados ao assentamento de populações de baixa renda, cuja ocupação acompanhou as estradas rodoviárias para os municípios de Apodi e Baraúnas;

d) Na direção sudoeste, surgiram os bairros *Itapetinga* e *Bom Jesus*, visando também o assentamento de populações de baixa renda além do anel viário. Porém, esses bairros permaneceram algum tempo sem políticas de loteamento e de assentamento populacional, principalmente *Bom Jesus*, visto que se tratava de uma comunidade rural que já tinha uma população moradora aparentemente sem tensões sociais, o que acomodou bastante o poder público;

FIGURA 5.1: PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ - 1982

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e "Projeto Novo Cadastro Imobiliário de Mossoró", elaborado pelo convênio SEPLAN-RN/DATANORTE/Prefeitura Municipal de Mossoró, em setembro de 1982.

e) Na direção sul, incorporando duas comunidades rurais, surgiram os bairros *Planalto 13 de Maio* e *Alto do Sumaré*, sendo que este último atravessa o anel viário da BR-304. Ao contrário de *Bom Jesus*, esses bairros receberam de imediato maciços investimentos para sua urbanização e logo se descaracterizaram como áreas rurais. Além de infra-estrutura pública, são implantados três loteamentos no *Alto do Sumaré* e um loteamento no *Planalto 13 de Maio*, destinados à expansão comercial e de prestação de serviços que ocorria à margem da Avenida Presidente Dutra (saída para Natal), como também à expansão residencial das classes trabalhadoras, de baixo e médio poder aquisitivo, que eram ligadas as atividades do setor terciário. A malha urbana de ambos se configurou como um prolongamento do *Alto São Manoel*, bairro que concentrava as atividades da PETROBRAS, de suas subsidiárias e de empresas contratadas, onde se desenvolveu rapidamente a terceirização;

f) Na direção sudeste, surgiram os bairros *Dom Jaime Câmara* e *Presidente Costa e Silva*. O primeiro implantou dois loteamentos para a expansão da classe trabalhadora, de baixo poder aquisitivo, ligada ao setor terciário. O segundo implantou dois conjuntos habitacionais e seis loteamentos destinados a expansão residencial das classes média e alta ligadas também ao setor terciário, especialmente à importante rede de ensino aí instaladas – a ESAM e UERN;

g) Na direção leste, mais uma comunidade rural foi agregada ao perímetro urbano, transformando-se no bairro *Pintos*, sua expansão foi tímida e sem grandes investimentos. Surgiu também um loteamento à margem da estrada rodoviária para Areia Branca, localizado fora do perímetro urbano, na chamada "área urbanizável", que mais tarde daria origem ao *Bairro Rincão*;

h) Por fim, na direção nordeste, não houve o surgimento de bairros; houve apenas a expansão de um bairro existente – *Barrocas*, através da implantação de quatro conjuntos habitacionais e dois loteamentos destinados a expansão residencial de populações de baixa renda.

É perceptível como a expansão urbana de Mossoró foi acentuada nas direções noroeste (Nova Betânia / Abolição), sul (Planalto 13 de Maio / Alto do Sumaré) e sudeste (Dom Jaime Câmara / Pres. Costa e Silva); e irrisória nas demais direções, especialmente na direção sudoeste (Itapetinga / Bom Jesus).

Nas direções onde a expansão foi acentuada – noroeste, sul e sudeste, o processo de urbanização foi integrador com as áreas centrais da cidade, como também garantiu acessibilidade aos bens de consumo e aos serviços de infra-estrutura urbana às classes sociais que aí se instalaram; que eram as classes alta, média e, em menor proporção, as classes baixas ligadas ao processo produtivo.

Já nas demais direções, onde a expansão foi lenta, o processo de urbanização foi totalmente segregador das populações que aí se instalaram, de baixíssimo poder aquisitivo, que já se encontravam à margem do processo produtivo da cidade e que, a partir desse momento, também ficaram à margem do processo de crescimento espacial da cidade.

Então, a partir da primeira metade da década de 1980, a escala da cidade de Mossoró reproduz a segregação social e espacial decorrente da nova estrutura econômica. As profundas transformações advindas de sua reestruturação produtiva durante a década de 1970, quando a cidade deixa de ser um centro repassador de matérias-primas para ser um centro prestador de serviços, provocaram uma verdadeira reestruturação espacial em seu solo urbano. Neste contexto, a questão do espaço urbano torna-se polêmica e

contraditória, pelo fato de atingir as diversas classes sociais de diferentes maneiras. Assim, as desigualdades sociais se tornam mais evidentes, uma vez que a intervenção Estatal beneficia maciçamente aquelas classes sociais inseridas no processo produtivo, especialmente as de maior renda; ao mesmo tempo em que expulsa o morador de baixa renda para os conjuntos habitacionais populares ou para os loteamentos longínquos que, no caso de Mossoró, eram aqueles loteamentos situados em bairros além do anel viário da BR-304. Dessa forma, as classes sociais se apropriam de maneira diferente dos bens de consumo urbano, tais como transporte, água, luz, saneamento, ensino, saúde, habitação, lazer, entre outros; e a partir daí, se verifica diferentes níveis de qualidade de vida na cidade de Mossoró.

Em meados da década de 1980, Mossoró apresentava os traços definitivos da reestruturação espacial ocorrida nos últimos quinze anos. Além da mudança dos eixos de expansão da cidade que deixam de ser no sentido sudoeste-nordeste, para ser no sentido sudeste-noroeste, ocorre mudanças na distribuição das classes sociais e dos espaços para a realização de suas atividades.

No bairro Centro, as tradicionais ruas do comércio atacadista e varejista de secos, molhados e ferragens, passam a se revestir com prédios novos, rede bancária bastante significativa e serviços especializados. O antigo casario residencial, adjacente às ruas do comércio, abriga consultórios médicos, escritórios de empresas e representações comerciais. Seus antigos moradores transferem-se, em geral, para a Nova Betânia, que se supervalorizou quando o poder público a interligou ao Centro e implantou diversos serviços básicos, transformando-a em local disputado pelas classes privilegiadas.

Além do Centro, outros bairros centrais – Doze Anos e Alto da

Conceição, também assistem a uma verdadeira reforma das edificações que estavam a serviços da salicultura e da agroindústria em outras décadas. Com a conclusão da RN 117, que segue em paralelo a estrada ferroviária Mossoró-Souza rumo a Alexandria, no início da década de 1980, instalou-se a crise do sistema ferroviário em Mossoró. Segundo OLIVEIRA (2005), as estações começaram a fechar gradativamente, até que ocorreu a suspensão do transporte de passageiros em 1988, e a suspensão do transporte cargueiro em 1995, o que significou o total desativamento da Companhia Estrada de Ferro de Mossoró, depois de funcionar durante 80 anos. O transporte de mercadorias passou a ser feito por caminhões e por navios cargueiros no Porto-Ilha.

Assim, já na segunda metade da década de 1980, diversos depósitos e armazéns com suas portas voltadas para os trilhos ferroviários, sofreram gradativamente o esvaziamento de suas funções originais e foram abrigando outras atividades, se tornando cada vez mais inviável para seus proprietários mantê-los funcionando, à medida que o solo urbano nas áreas centrais se supervalorizava. Em seu lugar, surgiram oficinas mecânicas, sucatas, centros comerciais, escritórios e lojas de diversos ramos, principalmente no ramo de pneus e peças automotivas, localizadas na "Paraíba", trecho limítrofe entre o Centro e o Alto da Conceição.

Os depósitos e armazéns de sal, por sua vez, buscaram um novo espaço, que atendesse melhor à nova dinâmica da economia salicultora e às exigências do seu mercado. Segundo ROCHA (2005:81),

> "*Houve, por outro lado, da parte do Governo Municipal, incentivos para que as Empresas da Salinicultura – Moageiras e Refinarias – fossem localizadas na BR-304, que corta o Estado no sentido Leste-Oeste, desde Natal até a divisa RN/CE, que também se liga à BR-110 – funcionando como integração rodoviário-marítima na movimentação de sal* (...)".

Assim sendo, as empresas ligadas à salicultura se instalaram

predominantemente às margens da BR-304, na direção de Fortaleza, onde se concentram muitos serviços de apoio ao caminhoneiro, e às margens da BR-110, na direção de Areia Branca.

Vale destacar também a expansão comercial que ocorria no Alto São Manoel e nos bairros que surgiram em sua continuidade – Planalto 13 de Maio e Alto do Sumaré. Nesse processo foi de suma importância as atividades da PETROBRAS, de suas subsidiárias e de suas empresas contratadas. Logo após a descoberta de petróleo em Mossoró, fato que se deu em 1979 com a perfuração de um poço terrestre no Hotel Thermas[34], se iniciou o campo petrolífero de Mossoró e a produção terrestre do Rio Grande do Norte. A partir daí, as pesquisas geológicas foram intensificadas e novos poços foram descobertos sucessivamente em campos terrestres, tais como Icapuí-CE, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Gov. Dix-Sept Rosado, Macau, Grossos e outros municípios; e em campos marítimos como Guamaré e Areia Branca.

Assim, durante a primeira metade da década de 1980, a PETROBRAS alugou diversos imóveis, assim como ergueu galpões, oficinas, escritórios e espaços para armazenagem e manobras de maquinário em pleno bairro Alto São Manoel; visando que a realização de suas atividades ocorressem em amplas áreas livres localizadas próximas às rodovias que davam acesso às áreas de produção – a RN-117, saída para Areia Branca, e a BR-304, saídas

[34] Segundo MAIA (2002), embora as pesquisas petrolíferas na região tenham começado em 1947, só em fins de 1979 é que se evidenciou a existência de petróleo. Naquele ano, a CPRM perfurava poços em busca de águas térmicas para o Hotel Termas, em temperatura que chegavam a atingir até 500ºC. Concluída a perfuração de um dos poços, começou o bombeamento de água para as piscinas. Como o reservatório de águas térmicas tinha aproximadamente 700m de profundidade, durante a perfuração, porém, a sonda passou por uma camada de óleo que fica a 380m, que fez com que a água emergisse misturada com óleo.
Com essa descoberta ocasional, a PETROBRAS foi chamada e perfurou um poço gêmeo ao lado do que havia sido perfurado pela CPRM, comprovando a existência de petróleo. Esse poço perfurado pela PETROBRAS fica atrás do Hotel Termas, e ainda hoje produz petróleo.

para Natal e Fortaleza.

Com a descoberta do Campo de Canto do Amaro na zona rural Mossoró, em 1986, ocorreu a consolidação da atividade petrolífera na cidade, que se tornou o maior campo terrestre de petróleo do país e o segundo em volume de produção[35]. Nesse momento, a região tornou-se alvo de maciços investimentos e a empresa adquiriu uma área de 40 hectares no bairro Alto do Sumaré, onde iniciou a construção da sede da empresa de Mossoró, que foi concluída em 1990.

No entanto, a expansão urbana da cidade de Mossoró, durante a segunda metade da década de 1980, diminui seu ritmo significativamente. Com o fim do regime militar, em 1984, e a extinção do BNH, em 1986, a possibilidade de intervenção do poder municipal era mínima, sem os recursos que antes eram repassados pelo Governo Federal. Assim, a expansão das redes de infra-estrutura públicas e a ocupação da periferia através dos loteamentos e conjuntos habitacionais gestados pela COHAB e INOCOOP, através de recursos do BNH, são interrompidas drasticamente. Somente com a aprovação da Constituição de 1988, que dá ao município maior capacidade de estabelecer políticas próprias, inclusive aquelas que disciplinam a expansão da cidade, as políticas públicas são retomadas, tendo a Caixa Econômica Federal como órgão gestor.

Segundo ROCHA (2005:195),

> "(...) *O quadro constitucional vigente, estabelecido a partir de 1988 com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil, das Constituições Estaduais em 1989 e das Leis Orgânicas Municipais, em 1990, ocasionou mudanças substanciais na capacidade de atuação do Município. Uma dessas mudanças diz respeito a uma maior participação na dotação dos recursos tributários, diferentemente da realidade anterior normatizada pela Constituição Federativa de 1967, a qual centralizava o volume tributário em favor da União* (...)".

[35] Situação esta que perdura até os dias atuais.

Em conseqüência dessa maior "*dotação dos recursos tributários*", visando a maior autonomia política e administrativa do Município (Art. 1º), assim como a maior responsabilidade na elaboração e gestão de suas políticas urbanas (Art. 23º), as competências municipais nos setores de Habitação, Saúde, Educação, e Assistência Social também aumentaram desproporcionalmente em relação à receita municipal. Receita esta que passa a ser obtida através de tributos, contribuições parafiscais (previdência), e rendas patrimoniais e industriais do Município.

Assim como a maioria dos municípios brasileiros, o poder municipal de Mossoró não se encontrava preparado para fazer face a tantas demandas sociais e urbanas, responsabilidade essa que foi ampliada pela Constituição de 1988, e que crescia cada vez mais em conseqüência das desigualdades sociais inerentes ao débil processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Em paralelo à desaceleração do processo de expansão urbana da cidade de Mossoró, que ocorreu durante a segunda metade da década de 1980, o Censo de 1991 deflagrou a brusca redução de seu crescimento demográfico. Apesar da população, entre 1980 e 1990, ter passado de 145.999 para 192.267 habitantes, a taxa de crescimento diminuiu bastante em termos relativos. Enquanto no período de 1970-80, a população tinha sofrido um incremento de 48.754 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 50%; no período de 1980-90, o incremento populacional foi da ordem de 46.268 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 31%.

Estava deflagrada então uma nova fase do crescimento urbano de Mossoró, marcada pela especulação imobiliária e pela segregação espacial das populações excluídas do processo produtivo da cidade, que culminou com a proliferação de favelas e assentamentos subnormais espalhados em toda a periferia da cidade. O enfraquecimento das atividades do setor secundário

deixou de ser compensado pelas políticas públicas; a economia mossoroense se valia predominantemente do setor terciário que continuou a gerar uma estrutura de serviços a tal ponto que o comércio de Mossoró passou a complementar esta atividade entre Natal e Fortaleza.

Importa destacar também, o processo de fortalecimento do setor primário durante toda a década de 1980, quando se deu o desenvolvimento da agricultura irrigada na região dos vales dos rios Mossoró e Açu, transformando-a posteriormente, em pólo fruticultor de repercussão estadual, nacional, e até internacional. A agricultura irrigada, iniciada na década de 1960 com a atuação da MAISA, se desenvolveu através da inserção tecnológica custeada pela iniciativa privada, contando com o decisivo apoio do Estado, que financiou a infra-estrutura de irrigação e a construção de grandes barragens, como foi o caso da barragem "Armando Ribeiro Gonçalves" construída no leito do rio Piranhas-Açu.

O pólo fruticultor da região de Açu/Mossoró se dividiu em duas subzonas distintas: a subzona de Mossoró, que também inclui Apodi, Baraúnas, Felipe Guerra, Gov. Dix-Sept Rosado, Serra do Mel, Areia Branca, Upanema e Caraúbas; e a subzona do Açu, que também inclui os municípios de Ipanguaçu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Pendências e Itajá.

Segundo SILVA (1993), na subzona de Mossoró, a atividade irrigada de grande porte começa com a MAISA, na década de 1960, logo seguida pela Fazenda São João. Seu projeto inicial era a produção em grande escala de castanha de caju associada ao milho e algumas frutíferas; somente no inicio da década de 1980, é que a MAISA entra na atividade de produção de frutas irrigadas, propriamente dita. Já a Fazenda São João inicia sua atividade produzindo capim para subsidiar o desenvolvimento do seu projeto de

produção pecuária em grande escala, e também no início da década de 1980 passa a desenvolver seu projeto de produção de frutas, produzindo melão em Mossoró e manga, laranja e mamão em Ipanguaçu.

O sucesso dessas duas grandes empresas, aliado aos progressos da implantação do "Projeto Baixo-Açu" [36], iniciado no final da década de 1970, atraiu um grande número de pequenos e médios grupos empresariais ligados a atividades agropecuárias locais e regionais, que começaram a se fixar na região de Mossoró e Açu.

Mas, a conclusão das obras da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em maio de 1983, mesmo sem se efetivarem as outras etapas do projeto, desencadeou também a disputa da região por grandes grupos empresariais nacionais e internacionais, atraídos pela potencialização das possibilidades de irrigação no Vale do Açu. Então, a partir da segunda metade da década de 1980, ocorre a difusão progressiva da agricultura moderna na região de Açu/Mossoró, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Açu, Ipanguaçu e Carnaubais.

Nesse sentido, SILVA (1993:340) afirma que,

> "*A consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo-Açu deu-se no pós-85, caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público.* (...) *Com a regularização da vazão do rio Açu, são potencializadas as possibilidades de irrigação num trecho considerável, o que favoreceu a penetração desses grandes capitais, por verem assegurada e em condições bastante favoráveis a infra-estrutura necessária à instalação de seus empreendimentos*".

Vale lembrar que, o desenvolvimento do pólo da fruticultura irrigada nos vales do Açu/Mossoró, durante a década de 1980, embora praticada na

[36] O Projeto "Baixo-Açu" surgiu como um desdobramento da construção da barragem "Armando Ribeiro Gonçalves". Planejado e construído pelo DNOCS, passou em seguida a ser administrado pelo Estado do Rio Grande do Norte. Previa o assentamento, à montante da barragem, da população remanescente da ação desapropriatória e, à jusante, a instalação de um ambicioso projeto de irrigação.

zona rural de vários municípios, cria e dá dinamicidade a um ramo especializado do setor terciário da cidade de Mossoró, provocando a proliferação de pousadas, escritórios e representações comerciais no Centro, Alto São Manoel e, principalmente, na BR-304. Mas, ao que tudo indica, não exerceu influencia significativa na expansão urbana da cidade e nem no seu crescimento populacional. Por ser praticado no campo, é responsável pela fixação de parte da população circunvizinha de Mossoró em seus lugares de origem, diminuindo bruscamente as taxas do movimento migratório para Mossoró, durante a década de 1980.

Assim, é provável que o desenvolvimento do setor primário na região circunvizinha de Mossoró, aliado à incapacidade do seu setor terciário em absorver toda sua população, tenham reduzido a atração que a cidade exercia sobre as populações migrantes vizinhas. Essa atração ainda foi reduzida pelo fato de que, a partir da Constituição de 1988, os pequenos municípios passaram a ter mais autonomia administrativa, além de fundos financeiros advindos da esfera federal que garantiram a subsistência de suas populações. Enfim, por tantos fatores, estava deflagrado o processo de redução das migrações para a cidade de Mossoró que, por sua vez, perdura até os dias atuais.

Seguem abaixo algumas ilustrações que marcam a paisagem de Mossoró nessa década. Destacam-se residências de luxo e estabelecimentos comerciais prestadores de serviço.

FOTO 4.7: Fórum Dr. Silveira Martins, Centro. 1981
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.8: Residência da Rua Amaro Duarte, Nova Betânia. 1981
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.9: Concessionária Potyran, Alto de São Manoel. 1986
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.10: Vista aérea da base da PETROBRAS. Concluída em 1990
Fonte: PETROBRAS

5.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A REUTILIZAÇAO DO USO DO SOLO EM MOSSORÓ: À GUISA DA GLOBALIZAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 90

Em 1990, com o funcionamento da PETROBRAS em sede própria, situada no bairro Alto do Sumaré às margens da Avenida do Contorno (Avenida Wilson Rosado), inicia-se uma ocupação mais intensa dos bairros Planalto 13 de Maio, Alto do Sumaré e Bom Jesus. Nas proximidades da Base-34, assim chamada a sede da PETROBRAS, ocorrem a instalação de dezenas de empresas prestadoras de serviços no ramo petrolífero. São pequenas, médias e grandes empresas que funcionam mediante o processo de *terceirização*, estratégia de administração empresarial que rege a prestação de serviços através de contratos temporários. A *terceirização* é, como já foi dito, um ponto alto da flexibilização do trabalho e do capital, imposta pelo sistema capitalista globalizado a partir da década de 1990, e se caracteriza pela contratação de serviços de terceiros para apoiar a atividade-foco de uma empresa.

Mossoró então, passa a acolher um contingente populacional diversificado, de variados graus de instrução. Pois a exploração petrolífera terrestre tanto absorve contingente de trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução, como absorve contingente com elevado grau de qualificação e especialização profissional. Segundo SILVEIRA REGO[37] apud ROCHA (2005:110), em 1991, havia um total de 73 empresas que prestavam serviço na área terrestre coordenada pela Base-34 em Mossoró, proporcionando emprego a 3.015 trabalhadores.

A partir daí, além da implantação de diversas empresas prestadoras de serviço em toda a cidade de Mossoró, especialmente nas proximidades da

[37] SILVEIRA REGO, Valdecina A. da. Terceirização e metamorfoses no mundo do trabalho: desafios à sustentabilidade social. Mossoró: PRODEMA/UERN, 2002, p.19 (Dissertação).

PETROBRAS, ocorre também a rápida proliferação de moradias e de pequenos estabelecimentos comerciais, tais como mercadinhos, farmácias, lojas de variedades e material de construção em suas imediações. Vale destacar que, em relação a moradias, verificam-se o rápido crescimento da rede de hotéis da cidade e a enorme quantidade de apartamentos tipo kitnet para alugar, ambos visando atender a demanda cada vez maior de um público-alvo muito especial – a força de trabalho petroleira. Este público, embora rotativo, tem bom poder aquisitivo, capaz de manter uma ocupação efetiva independentemente das altas e baixas estações do setor. Assim sendo, a maioria dos hotéis se instalaram na BR-304 ou, em seu prolongamento, na Avenida Presidente Dutra, garantindo acima de tudo, boa acessibilidade para as instalações das empresas, que em geral, se concentravam nas proximidades da PETROBRAS.

Nesse momento, em 1990, a Prefeitura Municipal de Mossoró objetiva aumentar a arrecadação do IPTU (Imposto Territorial Urbano), e promulga a Lei 502, de 05 de Junho de 1990. Esta Lei aprova a criação de mais cinco bairros, que são Belo Horizonte, Rincão, Santa Delmira, Redenção e Santa Júlia; e altera a delimitação de cinco bairros existentes, que eram Belo Horizonte, Bom Jardim, Barrocas, Santo Antonio e Abolição, oficializando suas novas ruas limítrofes. A cidade de Mossoró, que tinha 23 bairros em 1980, passou a ter 28 bairros em 1990.

No entanto, o ritmo acelerado da expansão urbana de Mossoró, verificado nos últimos trinta anos (anos 60/70/80), foi reduzido bruscamente na década de 1990. Apesar do aumento expressivo da quantidade de bairros, ocorreram apenas pequenas alterações em espaços existentes; e estas, por sua vez, reforçaram as principais direções de crescimento estabelecidas nas décadas de 1970 e 1980, que eram no sentido sudeste-noroeste (Natal-Fortaleza).

Assim sendo, foi dado continuidade ao padrão de expansão urbana estabelecido nas últimas décadas, só que num ritmo mais lento. Pois a expansão urbana da cidade, durante a década de 1990, passa a ser profundamente associada à política neoliberal adotada no âmbito nacional, que aliada a grave crise econômica estabelecida desde a década de 1980, reduz o papel intervencionista do Estado como promotor do desenvolvimento. Este, por sua vez, delega para o setor privado boa parte da responsabilidade de implementar as políticas públicas, inclusive as habitacionais.

Em Mossoró, as poucas mudanças verificadas na expansão da sua malha urbana durante a primeira metade da década de 1990, foram os loteamentos implantados através da parceira entre o capital público e privado, tendo a Caixa Econômica Federal como gestora. Porém, vale destacar que, em 1982, havia 32 projetos em fase de implantação (8 conjuntos e 30 loteamentos), enquanto que, em 1994, havia somente 6 projetos, sendo 3 conjuntos habitacionais e 3 loteamentos, em fase de implantação em algumas áreas periféricas da cidade. Entre esses projetos habitacionais, o projeto de maior porte foi o Conjunto 30 de Setembro que provocou a rápida ocupação do recém criado bairro Rincão.

A **Figura 5.2** a seguir, mostra a configuração espacial da cidade de Mossoró em 1994, como também aponta a pequena abrangência dos projetos habitacionais implantados nesse período, que se constituíram, de fato, como ações pontuais para amenizar algumas tensões sociais mais críticas na periferia da cidade.

Na primeira metade da década de 1990, depois da Lei 502/90, que aprova a criação de cinco bairros e delimita novamente mais cinco, a cidade se expandiu da seguinte forma:

a) Na direção norte, inclinando a noroeste, à margem da estrada

rodoviária para Fortaleza, surgiram os bairros *Santa Delmira, Redenção e Santa* Júlia. O primeiro surgiu a partir de uma área desmembrada do bairro Abolição, o segundo surgiu a partir da transformação de uma comunidade rural (Cajazeiras) em bairro, e o terceiro tratava-se de uma área de expansão do perímetro urbano. Nessa direção, foram implementados um loteamento em *Santo Antonio* e três conjuntos habitacionais destinados às classes de baixa renda, sendo dois em *Santa Delmira* e um em *Santo Antonio*;

b) Na direção sudeste, à margem da estrada rodoviária para Areia Branca, surgiu o bairro *Rincão*, onde foi implementado um importante loteamento capaz de garantir a acelerada ocupação do bairro até os dias atuais. Inicialmente, visava atender a classe operária de baixa renda, só que no decorrer da década tornou-se palco de disputa de um segmento da classe média mossoroense, especialmente prestadores de serviço e professores da ESAM, UERN, e CEFET, que se localizam nas proximidades do bairro;

c) Na direção sul, à margem da estrada rodoviária para Augusto Severo, surge um loteamento no bairro *Alto do Sumaré*, mais especificamente nas proximidades da Base-34 da PETROBRAS, visando a expansão residencial de classes operárias de baixo poder aquisitivo. No entanto, até hoje esse loteamento encontra-se, na sua maior parte, desprovido de infra-estrutura pública, e sua ocupação não foi plenamente efetivada;

d) Na direção sudoeste, à margem da Avenida do Contorno, surge o bairro *Belo Horizonte* a partir do desmembramento de uma área do bairro *Lagoa do Mato*. Não houve alterações na morfologia dessa área desmembrada, a criação do bairro se concentrou apenas na

delimitação de seu perímetro.

Vale ressaltar que os principais incrementos da malha urbana ocorreram no sentido sudeste-noroeste, como acontecia nas últimas três décadas. Nas demais direções, não houve expansão da malha urbana; em geral, houve apenas novas delimitações de áreas existentes que já possuíam alguma ocupação, e algumas intervenções pontuais, tais como os serviços de urbanização realizados pela Prefeitura nos bairros. Assim sendo, o crescimento urbano acelerado que tinha o Estado como gestor é substituído por um crescimento lento, que se baseia mais na reutilização dos espaços do que na criação deles; tendo, acima de tudo, o capital privado como seu principal promotor.

Em paralelo à ausência de políticas públicas, inclusive das habitacionais, notabilizada pelas poucas ações tomadas nesse período, nota-se a proliferação de armazéns de sal, moageiras, e estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços ligados as atividade petroleira e fruticultora ao longo da BR-304. Em direção à Fortaleza, predominam aquelas ligadas a salicultura e a fruticultura irrigada; e em direção a Natal, predominam aquelas ligadas a atividade petroleira. O fato é que esse arranjo, que se iniciou na década de 1980, se consolidou na década de 1990, em apoio às três mais importantes atividades econômicas de Mossoró – a salicultura, a fruticultura irrigada, e a exploração de petróleo. Estas atividades, apesar de não serem realizadas no solo urbano de Mossoró, dinamizam significativamente seu setor terciário até os dias atuais, fazendo de Mossoró um importante centro regional prestador de serviços que complementa, inclusive, a atividade comercial entre Natal e Fortaleza.

Importa destacar também, que a dinâmica destas atividades promotoras do desenvolvimento socioeconômico e urbano de Mossoró, estão

desvinculadas das áreas centrais da cidade; preferindo ficar "à margem" dos fluxos de recebimento e escoamento de suas preciosas mercadorias, ou seja, à margem da BR-304. Nesse contexto, ROCHA (2005) observa bem quando afirma que os postos de combustíveis de Mossoró têm uma função especial, além de fornecer combustível. Pois se tratam de equipamento complementar ao exercício dessas atividades em Mossoró. Atividades estas profundamente relacionadas à necessidade de escoamento de mercadorias, onde o caminhoneiro e o agenciador de frete são importantes figuras nesse processo.

Enquanto a zona urbana de Mossoró assiste à brusca desaceleração do seu ritmo de expansão, sua zona rural é palco de profundas transformações advindas da inserção maciça de capital e mudança tecnológica no setor da fruticultura irrigada. Na segunda metade da década de 1990, o Projeto "Baixo-Açu" entrou em completo funcionamento. As empresas agropecuárias já instaladas no pólo adotaram um elevado padrão tecnológico, traduzido principalmente pela adoção de métodos de irrigação sob pressão, compostos de diferentes sistemas de aspersão ou gotejamento, e a exclusiva presença de trabalhadores assalariados. Entre elas, destacam-se a MAISA em Mossoró (3.000 ha irrigados), a FRUNORTE em Carnaubais (1.628 ha), e a Fazenda São João em Mossoró (604 ha); além de seis empresas com mais de 100 ha irrigados localizadas em Ipanguaçu e Baraúnas. Vale salientar que o melão era a cultura predominante, ocupando mais de 80% da área irrigada em todas essas propriedades.

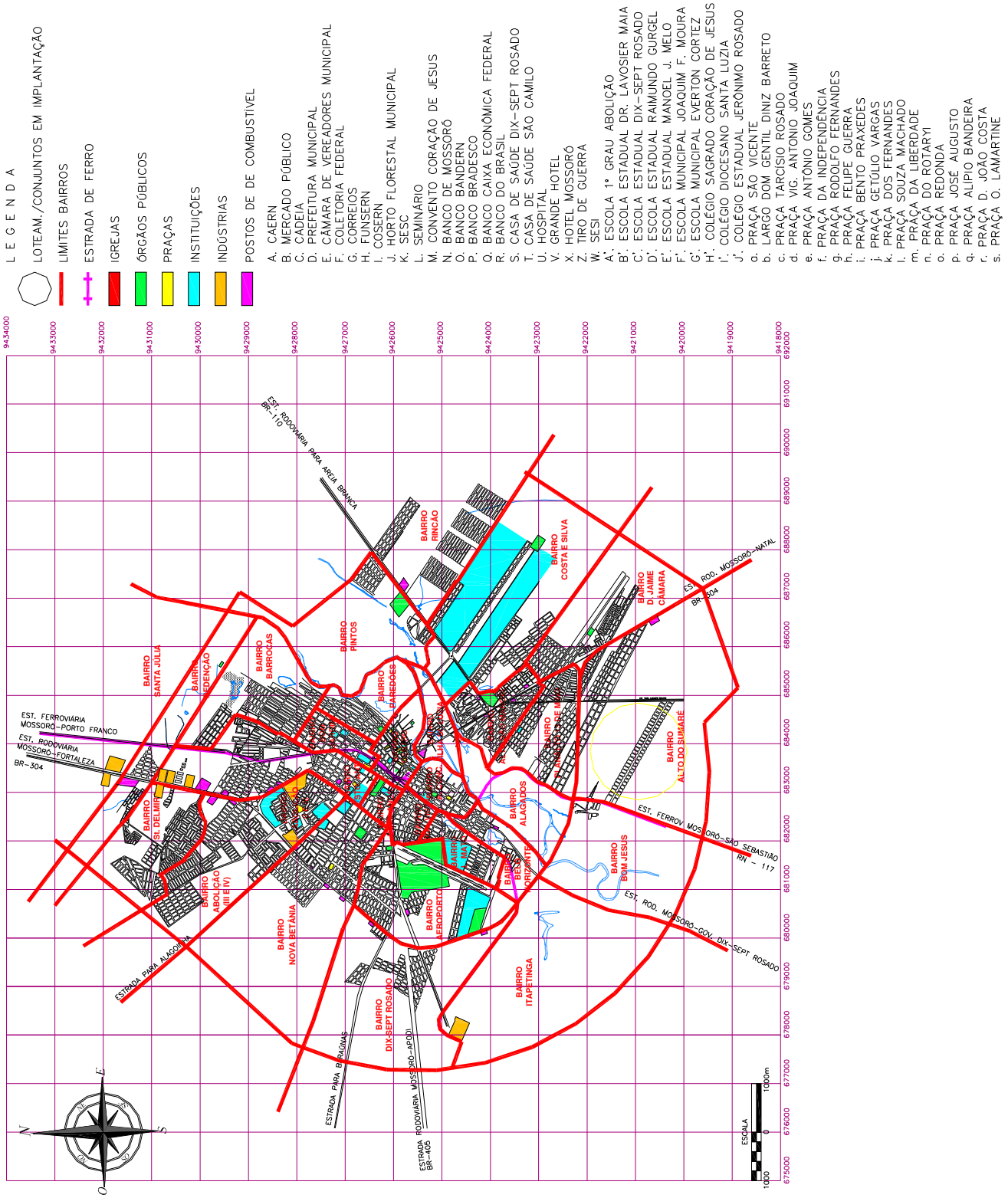


FIGURA 5.2: PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ - 1994

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e "Planta do Sistema de Abastecimento d'água de Mossoró", elaborada pela CAERN, em agosto de 1994.

Nesse período, ocorre também a parceria entre o capital público e privado, visando acima de tudo a expansão de uma agricultura intensiva através da inserção de capital e tecnologia avançada. Segundo ROCHA (2005:145), foi dado início ao um programa implantado no âmbito nacional, denominado "Novo Modelo de Irrigação", onde participaram "(...) *os Ministérios da Integração Nacional, da Agricultura e Abastecimento, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior; o DNOCS; os Governos Estaduais e Municipais; o Banco do Brasil, o BNDES e o BNB*".

Em 1996, este programa passou a integrar o programa "Brasil em Ação" (1996-1999), e depois o programa "Avança Brasil" (1999-2003), ambos implementados pelos sucessivos Governos de Fernando Henrique Cardoso. No setor agroindustrial, dentre as políticas que integram o programa "Avança Brasil", surge em 1997, o "Projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado", que cria treze pólos nordestinos[38] voltados à irrigação, produção de grão, produção de citros, pecuária leiteira e turismo rural. Os pólos são constituídos de municípios que apresentam dinamismo e potencialidades socioeconômicas; e os beneficiados do projeto são as grandes empresas aí estabelecidas, capazes de reproduzir rapidamente o capital investido se tornando importantes atores na promoção do desenvolvimento socioeconômico da região.

Vale salientar que, concomitante ao desenvolvimento da fruticultura irrigada no Pólo Açu/Mossoró, o governo federal usando de inspiração neoliberal, também promove nesse período, uma política social direcionada a amenizar a condição de extrema pobreza de um significativo contingente populacional recém assentado pela reforma agrária – os sem terra. Assim, em

[38] Pólo Sul do Maranhão, Pólo Uruçuí-Gurguéia, Pólo Baixo Jaguaribe, Pólo Cariri Cearense, Pólo Açu-Mossoró, Pólo Alto Piranhas, Pólo Petrolina, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas, Pólo Sul de Sergipe, Pólo Juazeiro, Pólo Oeste Baiano, Pólo Norte de Minas e Pólo Noroeste do Espírito Santo.

paralelo aos investimentos no setor privado de grande porte, o governo promove a inserção das áreas reformadas e administradas pelo INCRA-RN, no processo produtivo da fruticultura irrigada.

Alguns projetos de assentamento rural, aos poucos, vão se integrando ao mercado exportador através de grandes empresas, que funcionam como âncoras desse mercado, como é o caso da MAISA, na subzona de Mossoró e da FRUNORTE, na subzona de Açu. Funcionam baseados na produção irrigada de pequenas áreas com base na agricultura familiar, geralmente exploradas de forma coletiva, e contam com uma política de financiamentos especiais para áreas reformadas, através dos programas PROCERA, CONTACAP, PAPP. A **Tabela 5.3** abaixo mostra o avanço deste tipo de produção nos assentamentos implantados no pólo Açu/Mossoró.

Essa estratégia, denominada "produção integrada", não se deu exclusivamente entre grandes produtores e pequenos produtores dos assentamentos. Até o ano 2000, essa iniciativa dos produtores de colocarem para fora da empresa parte significativa da produção de frutas se generalizou abrangendo pequenos e médios produtores privados da região, comandados, principalmente, pelas duas maiores empresas fruticultoras do Estado – a MAISA e a FRUNORTE. Enquanto a empresa integradora (a grande empresa) oferece acompanhamento às integradas no ato do plantio e colheita, além de fornecer insumos ao preço de custo, assistência técnica e até serviços de tratores; as integradas (pequenos e médios produtores) se responsabilizam pela realização das etapas de colheita, classificação e acondicionamento, e recebem da empresa integradora uma percentagem do valor da colheita. Constituindo, na realidade, uma espécie de "reforma agrária privada", onde a empresa integradora detinha a maior parte do lucro, também chamado de "mais valia" na era da globalização.

TABELA 5.3
DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS IRRIGÁVEIS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PROGRAMAÇÃO PARA 1997

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	CULTURAS EXPLORADAS	ÁREA IRRIGADA (ha)
Hipólito	Mossoró	Melão, acerola	30
Palheiros	Açu	Melão, acerola e capim	10
Palheiros III	Upanema	Melão, acerola e capim	10
Favela	Mossoró	Melão, acerola, graviola, manga e caju	28
Mulunguzinho	Mossoró	Melão e graviola	28
Lorena	Mossoró	Melão, acerola, manga, caju, goiaba e melancia	48
Lagoa do Xavier/ São Vicente	Mossoró	Melão, acerola, graviola e goiaba	26
Soledade	Apodi	Melão, acerola, manga, caju, goiaba e melancia	51
Serra Vermelha	Areia Branca	Manga, caju, goiaba e melancia	26
Catingueira	Baraúna	Acerola, melancia e tomate	30
Rancho do Pereiro	Baraúna	Acerola, melancia e tomate	25
Pico Estreito/ Tiradentes	Baraúna	Acerola, melancia e tomate	33
Poço de Baraúna	Baraúna	Melão, manga, melancia e mamão	10
Lagoa do Sal	Touros	Mamão, banana e inhame	7
Olho D'Água da Escada	Baraúna	Melão e melancia	4
TOTAL			**366**

Fonte: INCRA-RN – Seção de Assentamentos, 1996.

Dessa forma, com a redução do papel intervencionista do setor público brasileiro, delegando ao setor privado a responsabilidade de garantir o desenvolvimento econômico de sua região, o Pólo Açu-Mossoró é palco de um dos processos de modernização mais intensos do Estado e do País. Suas empresas privadas captaram investimentos maciços através da ação do BNB em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e fizeram de Mossoró um pólo de destaque, nacionalmente e internacionalmente, na produção de frutas tropicais, sendo o maior produtor

de melão do país, comercializando-o diretamente para os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia.

Já no século XXI, a fruticultura irrigada no Pólo Açu/Mossoró, apesar de se manter na posição de destaque alcançada na década de 1990, toma novos rumos. As grandes empresas locais passam por dificuldades e fecham suas portas, como a MAISA (2001) e a Fazenda São João (2003), e o espaço se abre ainda mais para grandes empresas multinacionais, como a NOLEM que absorveu 90% dos trabalhadores desempregados da MAISA[39]. Assim a fruticultura irrigada se volta cada vez mais às exigências do mercado globalizado, configurando uma atividade que, apesar de realizada localmente, é totalmente orientada para o mercado externo.

Segundo ROCHA (2005:162-163), mais políticas públicas são tomadas a partir de 2003, pelo Governo Federal, visando "(...) *assegurar um diferencial de qualidade e abrir mercado para as frutas produzidas no País* (...)", são elas: a Certificação da Produção Integrada de Frutas (PIF), que define parâmetros de produção, de comercialização e de proteção à Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); e o Departamento de Capacitação para a Produção Integrada de Frutas, criado pelo COEX (Comitê de Fitossanidade do Rio Grande do Norte), visando prestar "(...) *assistência técnica especializada aos produtores da Região, preocupados em adequar-se às exigências, não só da Produção Integrada, mas também de outros Sistemas de Produção, como o EUREPGAP e USAGAP*[40] (...)".

Dessa forma, as ações das empresas privadas assim como as decisões políticas do Estado, reorganizam o setor primário de Mossoró e seu espaço

---

[39] Segundo o Presidente do Sindicato da Lavoura de Mossoró, Francisco Elpídio da Silva, em entrevista concedida e publicada no jornal Tribuna do Norte, em 30/05/2004. (apud ROCHA, 2005:158)

[40] *EUREPGAP e USAGAP* são sistemas de certificação europeu e norte-americano, respectivamente.

rural, refletindo diretamente no seu espaço urbano quando atraem os escritórios das empresas fruticultoras; escritórios de projetos, logística e consultorias especializadas na agroindústria; empresas de transporte; e estabelecimentos de implementos e insumos agrícolas, tais como máquinas, ferramentas, embalagens, agroquímicos, mudas e sementes. Inicialmente essa estrutura de apoio à atividade irrigada se localizou nos bairros Centro e Alto de São Manoel, porém, no final da década de 1990, começou a se transferir para a BR-304, especialmente para os postos de combustíveis. Segundo ROCHA (2005:167), os postos de combustíveis "(...) *garantem, além do abastecimento, a hospedagem, a alimentação, serviços de oficina e borracharia* (...)" para os representantes comerciais e caminhoneiros que transportam insumos, mercadorias e também a safra de frutas, não só de Mossoró, mas de todo o Pólo Regional.

Segundo a **Figura 5.3**, em 2002, a expansão urbana de Mossoró não dá mais continuidade ao padrão de crescimento estabelecido nas últimas quatro décadas, pois esse crescimento apresenta uma nova vertente. Como o foco das políticas públicas, agora chamadas "políticas sociais", era amenizar a condição de pobreza da maior parte da população urbana, entram em cena diversos programas de erradicação de favelas, que passam a comandar a expansão urbana da cidade nas direções nordeste, sul e sudoeste. Lembrando que, de fato, não ocorreu a expansão espacial do território, e sim a melhoria e reutilização do uso em alguns espaços existentes, considerados mais críticos do ponto de vista social.

Foi observada pequena expansão da malha urbana nas seguintes direções:

a) Na direção nordeste, ocorre a expansão de um loteamento existente no bairro *Barrocas*;

b) Na direção sul, à margem da estrada rodoviária para Augusto Severo, ocorre a expansão de dois loteamentos existentes no bairro *Alto do Sumaré*, visando a expansão residencial de classes operárias de baixo poder aquisitivo;

c) Na direção sudoeste, ocorre a expansão de um loteamento existente no bairro *Aeroporto*.

Emerge daí, na primeira metade da década de 2000, um novo padrão de expansão urbana na cidade Mossoró. Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, através de uma Medida Provisória do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o planejamento urbano, assim como as diretrizes de expansão urbana não só de Mossoró, como de qualquer cidade brasileira, toma novos rumos. As políticas urbanas da cidade de Mossoró passam a ser baseadas nas diretrizes do Estatuto da Cidade e do Orçamento Cidadão, onde diversos segmentos da sociedade passam a participar da elaboração dessas políticas. O marco inicial desse processo foi a Conferência Nacional das Cidades, ocorrida durante o ano de 2003, quando os municípios brasileiros foram palcos de reuniões entre os representantes dos órgãos públicos e representantes de diversos setores da cidade, tais como o setor empresarial, comercial, industrial, de prestação de serviços, de instituições de ensino, de saúde, entre outros.

Intitulada "Cidade para Todos", a 1ª Conferência Municipal da Cidade de Mossoró foi realizada em agosto de 2003. Teve como pauta as questões urbanas importantes para o desenvolvimento da cidade, sendo debatidos os programas urbanos que vinham sendo realizados pela Prefeitura, assim como alguns aspectos da política vigente de habitação, saneamento ambiental, e transporte público.

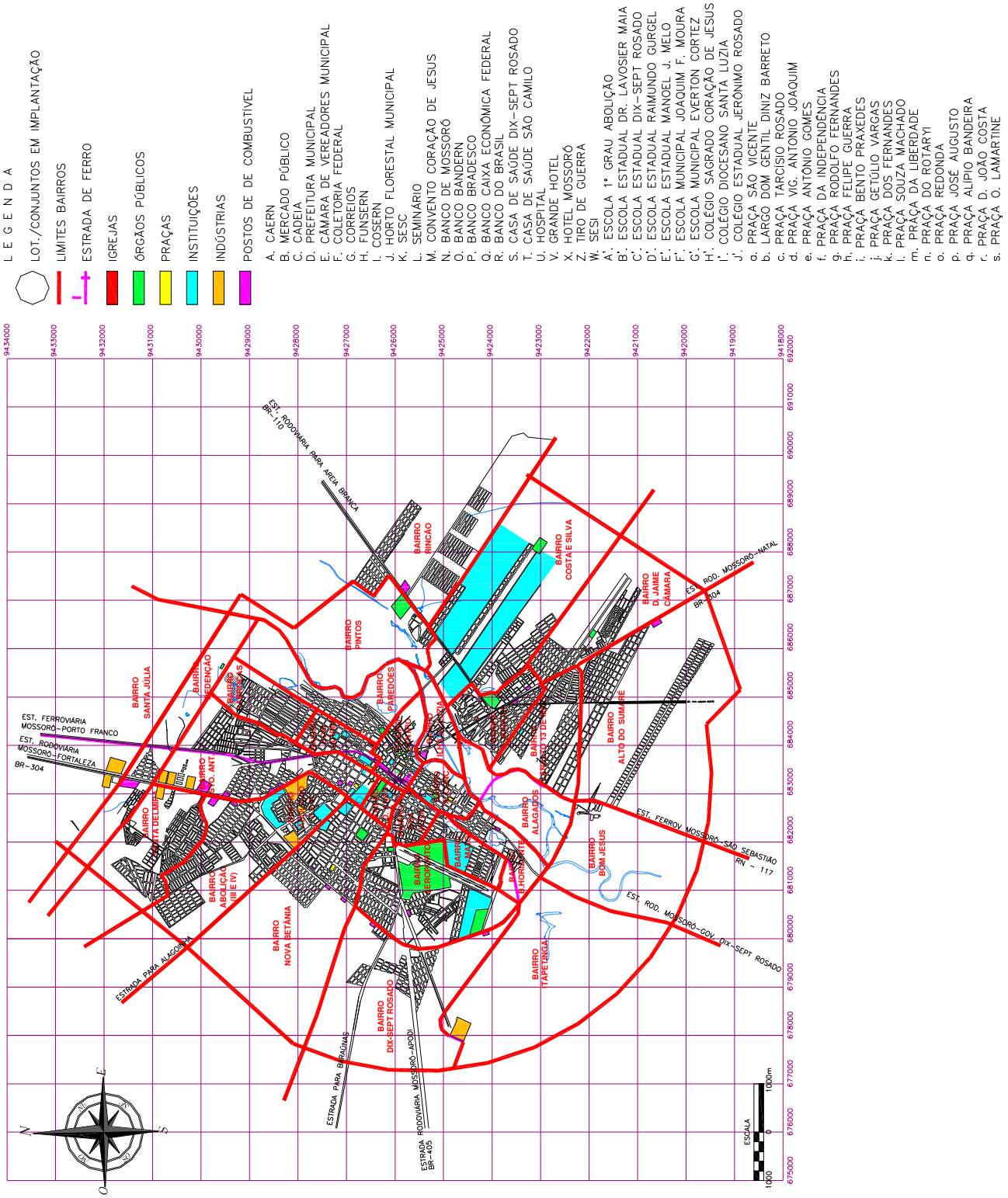


FIGURA 5.3: Planta da Cidade de Mossoró - 2002
Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró elaborada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, em 2002.

Nesse contexto, o padrão de expansão urbana de Mossoró não mais se caracteriza pelo crescimento espacial proveniente das políticas habitacionais. Caracteriza-se por diversas ações pontuais visando eliminar gradativamente as deficiências habitacionais e de infra-estrutura pública, ao mesmo tempo em que investe na imagem da cidade como um centro regional desenvolvido que oferece boa qualidade de vida a cada um de seus munícipes.

Então, a partir de 2003, em relação aos programas urbanos destacam-se: a) obras de infra-estrutura, como iluminação, saneamento, e reforma viária nas entradas da cidade; b) obras de embelezamento urbano, como praças, canteiros, urbanização das margens do rio, paisagismo e arborização; c) investimentos em equipamentos urbanos de grande porte, como a construção do Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, do Ginásio Poliesportivo Pedro Ciarlini, da Biblioteca Municipal e do Centro Administrativo Municipal; d) obras de restauração de edifícios municipais que têm valor histórico, como o Palácio da Resistência, o Museu Municipal, e o edifício que abriga a Secretaria de Tributação.

Quanto aos programas habitacionais, destacam-se o PSH (Programa de Subsídio e Interesse Social), que atualmente está paralisado aguardando procedimentos do Governo, e o PAR (Programa de Arrendamento Residencial), ambos financiados por recursos federais através de convênio com a Caixa Econômica Federal. Sendo o PSH um programa destinado à construção de unidades habitacionais para as classes baixas, que tem renda média abaixo de 1 salário mínimo; e o PAR um programa destinado para a classe baixa e média baixa, que tem renda média entre 1 e 6 salários mínimos.

No entanto, o programa que mais atuou na produção do espaço urbano da cidade foi o PSH, que geriu intensamente a política de erradicação de favelas, uma vez que, foi estabelecida como uma prioridade do Governo

municipal. Segundo registros da Secretaria do Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, em 2004 existiam 11 favelas na cidade, também chamadas assentamentos subnormais, abrigando uma população de 8.237 habitantes; enquanto que, em 1997, existiam 32 favelas, abrigando 22.645 habitantes[41] (Ver **Figura 5.4: Assentamentos Subnormais da Cidade de Mossoró – 2004**).

Quanto ao crescimento demográfico, ocorre, desde a década de 1990 até os dias atuais, a continuidade da redução da taxa de crescimento demográfico verificada na década de 1980.

Segundo o Censo de 2000, a população, entre 1991 e 2000, passou de 192.267 para 213.845 habitantes. Enquanto no período de 1980-90, a população tinha sofrido um incremento de 46.268 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 31%; no período de 1990-2000, o incremento populacional foi da ordem de 21.578 pessoas, configurando uma taxa de crescimento de 11%.

E segundo ROCHA (2005:245), uma pesquisa divulgada pelo IBGE, em dezembro de 2004, intitulada Tendências Demográficas, apontou um incremento populacional de 11.065 pessoas entre os anos de 2000 e 2004. O que significa dizer que, Mossoró dispondo de uma população total de 224.910 pessoas[42], teve uma taxa de crescimento de apenas 5%, apontando uma redução ainda maior em relação à década de 1990. Importa destacar que, esse quadro manifesta-se como um reflexo direto de um novo panorama estrutural (socioeconômico e político) que se processa não só a nível local, mas também a nível global.

---

[41] Vale destacar que esse número é ponto de debate entre vários pesquisadores. A assistente social e professora universitária da UERN Carla Yara, por exemplo, afirmou em suas pesquisas que Mossoró contava em 2004, com 53 núcleos populacionais condizentes com a denominação de favela.

[42] Resultado obtido para 01/07/2004.

Seguem abaixo, algumas ilustrações que caracterizam bastante o período que vai de 1990 até os dias atuas em Mossoró. Um período de realização de pequenas "melhorias" de infra-estrutura nas áreas carentes, em clara contraposição, às grandes obras públicas e privadas nos bairros centrais.

FOTO 4.11: Casa Porcino, Centro. 1997
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.12: Concessionária Canal Ford, Abolição. 1999
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.13: Rua João Damázio, Belo Horizonte. Trecho da antiga Favela do Carnaubal, erradicada em 2000.
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.14: Rua Bastião Benício da Silva, Bom Jesus. Trecho da antiga Favela do Bom Jesus, erradicada em 2002.
Fonte: Karisa Lorena. 2005

FOTO 4.20: Palácio da Resistência, Centro. Recuperado em 2002
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.18: Praça Vig. Antonio Joaquim, Centro. Recuperada em 2003
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.17: Teatro Municipal Dix-Huit Rosado Maia. 2004
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.19: Biblioteca Municipal Ney Pontes, Centro. Recuperada em 2006
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

FOTO 4.15: Condomínio Residencial Gov. Dix-Sept Rosado, Centro. 2005
Fonte: Karisa Lorena. 2006

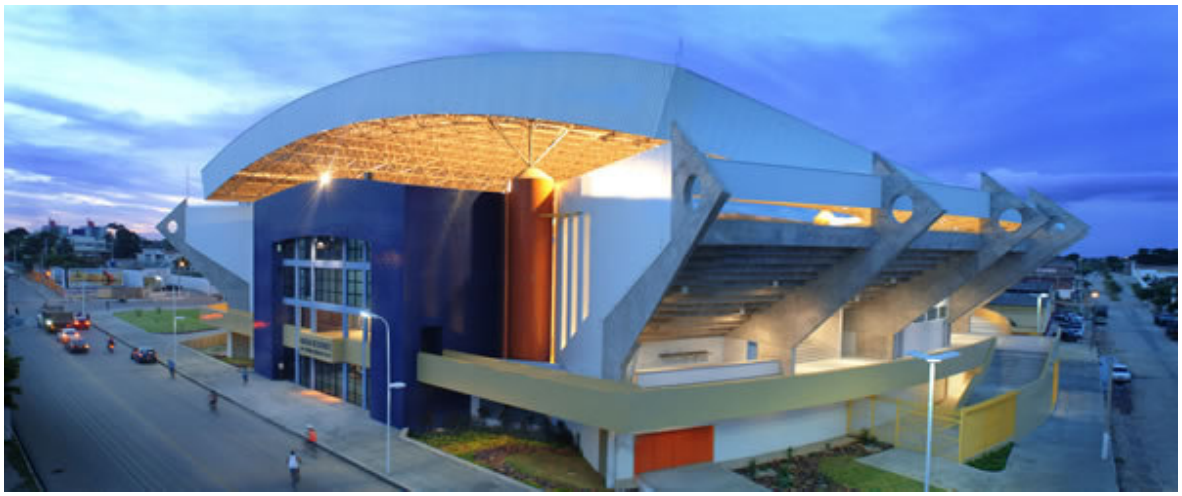


FOTO 4.16: Ginásio Poliesportivo Dr. Pedro Ciarlini Neto. 2005
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

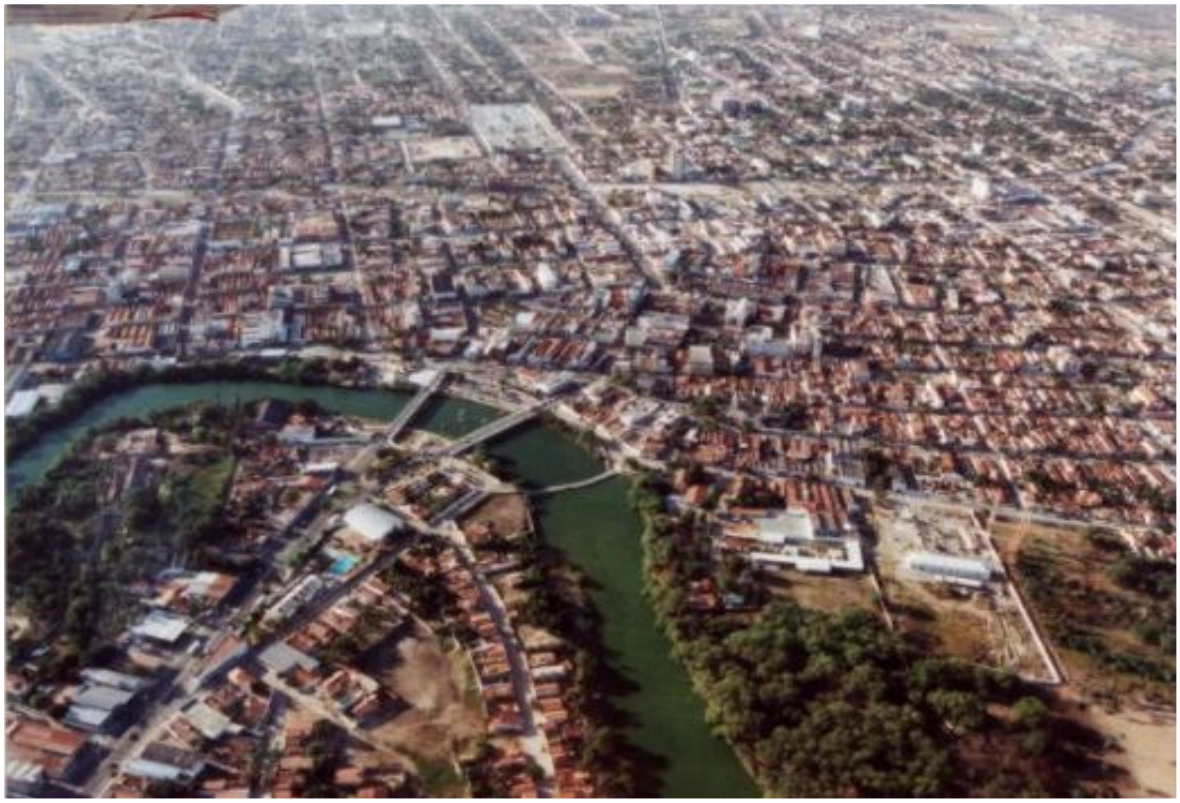


FOTO 4.21: Vista aérea do Centro. Provavelmente no inicio dos anos 90
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

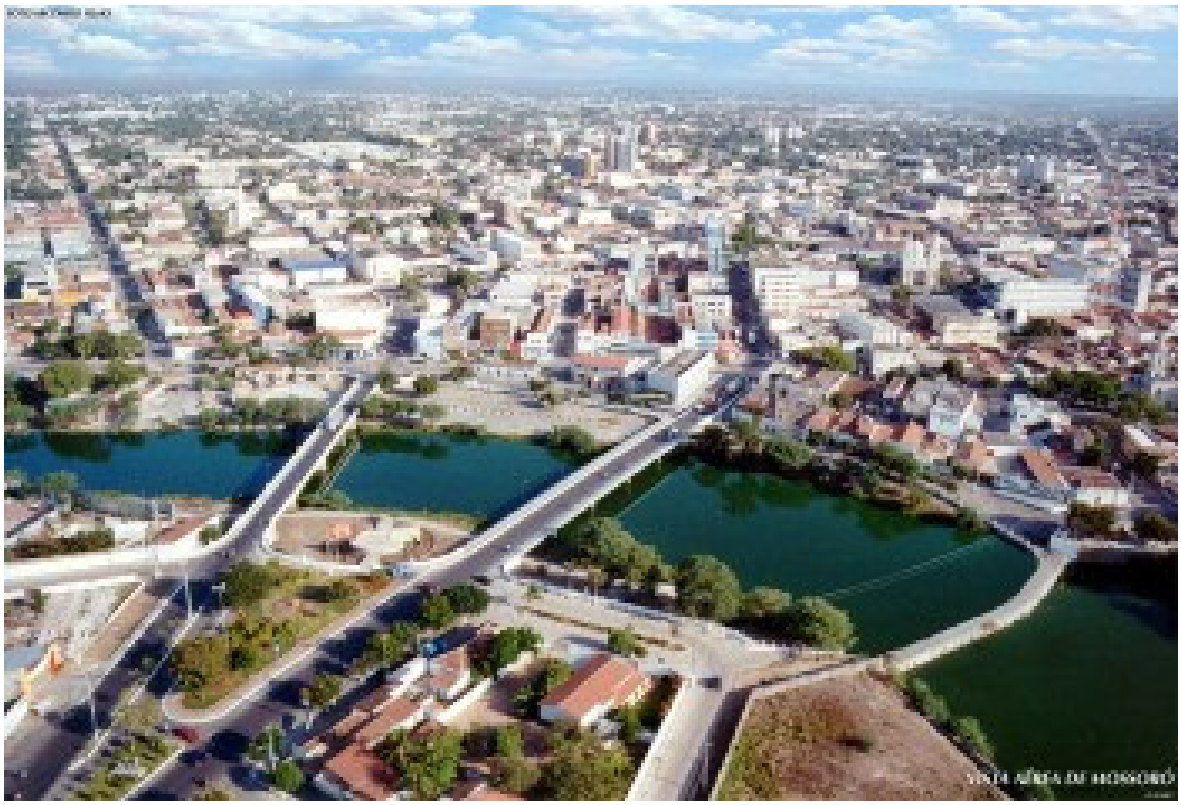


FOTO 4.22: Vista aérea do Centro. 2005
Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró

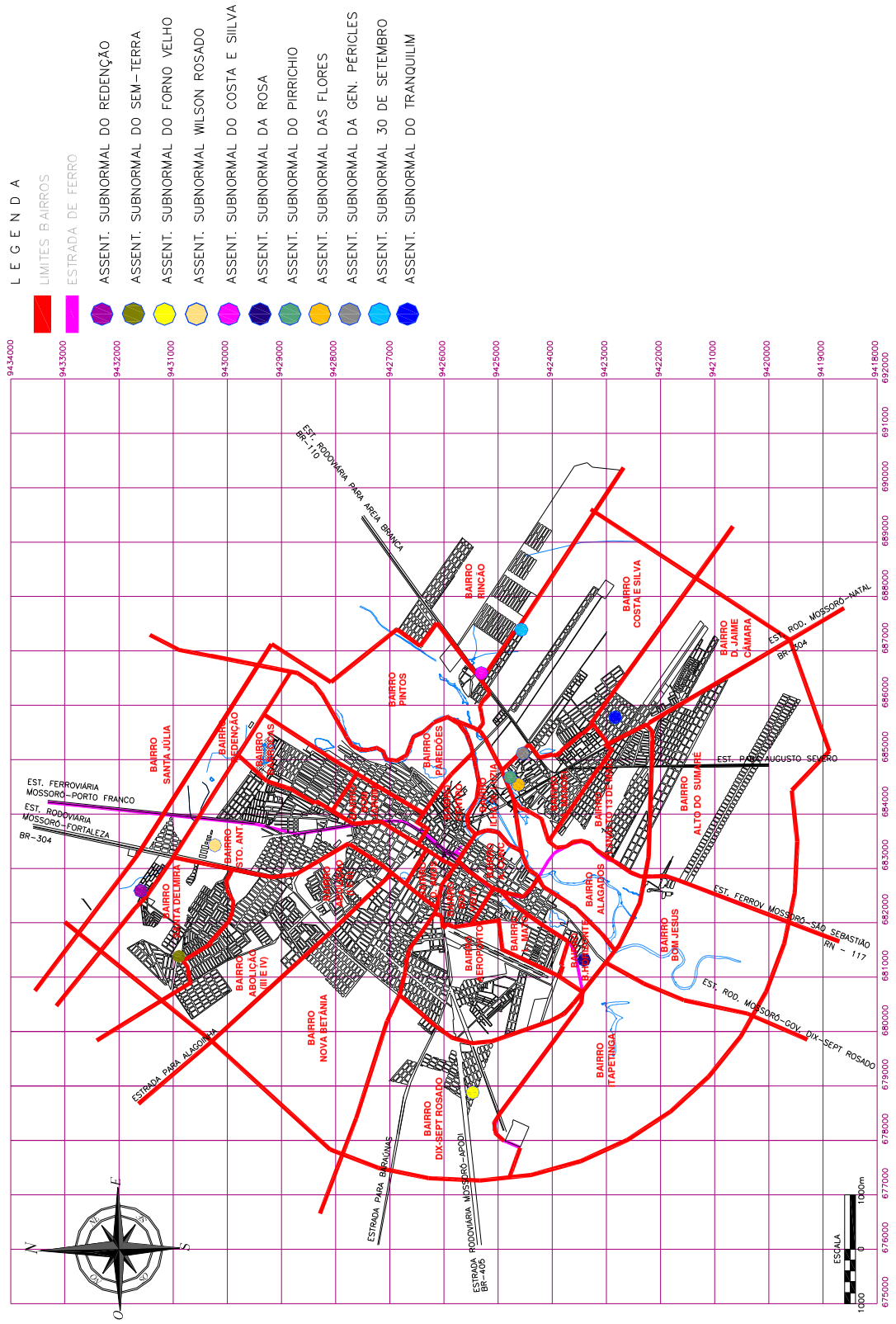


FIGURA 5.4: Assentamentos Subnormais da Cidade de Mossoró - 2004

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e informações da Secretaria do Desenv. Territorial e Meio Ambiente, em 2002.

(VERSO EM BRANCO)

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO: Os padrões das transformações socioeconômicas e seus reflexos na expansão urbana

A expansão urbana verificada em Mossoró, desde a sua formação como povoamento em 1772 até os dias atuais, não se constitui num fenômeno, portanto, se identifica com o processo de urbanização brasileiro cujo crescimento é determinado pelo desenvolvimento capitalista.

A pesquisa demonstrou a existência de cinco momentos da expansão urbana durante todo o período de formação da cidade de Mossoró, onde cada momento foi determinado por uma especialização econômica que, por sua vez, se manifestou de acordo com o processo inter-regional de divisão do trabalho.

A saber, a expansão urbana da cidade de Mossoró compreende os momentos a seguir:

a) A *especialização pecuarista*, que compreende o período que vai de 1772, quando surge o povoamento, até 1857, quando a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira começou a fazer escala normal no Porto de Mossoró (atual Porto de Areia Branca), estabelecendo uma nova relação entre Mossoró e algumas cidades nordestinas;

b) A *especialização empório comercial*, que compreende o período que vai de 1857, ano da chegada da Cia. de Navegação, até 1930, quando o transporte de mercadorias pelas águas (marítimo e fluvial), perde sua importância para o transporte por terra (ferroviário e rodoviário), estabelecendo uma nova relação entre as cidades nordestinas;

c) A *especialização salicultora e agro-industrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista*, que compreende o período que vai de 1930, quando Mossoró perde sua área de influência comercial e se especializa no fornecimento de matéria-prima para a indústria do Centro-Sul do país; até 1970, quando ocorre a reestruturação do sistema produtivo brasileiro, ao modo de um planejamento integrado realizado em todo o território nacional;

d) A *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal intervencionista*, que compreende o período da década de 1970, quando Mossoró é palco das políticas públicas resultantes da reestruturação de seu processo produtivo,;

e) E por fim, a *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal neoliberal*, que compreende o período que se inicia em 1980, quando ocorre a falência do planejamento estatal em decorrência da crise no mercado de capital que se estabeleceu a nível global; e perdura até os dias atuais, quando o desenvolvimento de Mossoró é marcado pela parceria entre o capital público e privado.

Na *especialização pecuarista*, Mossoró era fornecedora de gado para a indústria açucareira nordestina, em especial a de Pernambuco. Apresentava, nesse período, três rotas de escoamento de mercadorias que ainda não conduziam a expansão urbana; eram elas: a) a estrada para Aracati, de onde vinham os tropeiros trazendo as mercadorias a serem consumidas na cidade;

b) a estrada para São Sebastião, onde as boiadas poderiam seguir até o sertão da Paraíba; c) a estrada para Porto Franco, onde as boiadas poderiam seguir até o porto onde seriam embarcadas para Recife. Eram os chamados "caminhos do gado", que serviam de escoamento dos rebanhos da ribeira para os mercados consumidores.

Assim, a expansão urbana era tímida, se resumia a uma praça comercial que recebia mercadorias do Aracati visando atender as necessidades de uma ampla área rural composta, em sua maioria, por fazendas de gado distribuídas ao longo do rio Mossoró e do rio do Carmo.

Essa especialização econômica chegou ao fim com a decadência da indústria açucareira nordestina, em virtude da difícil penetração do açúcar brasileiro no mercado mundial[43]. Como a cidade colonial brasileira nada mais era do que o centro repassador dos produtos agrícolas para o mercado internacional, surge o comércio agro-exportador destinado ao abastecimento das indústrias européias. No caso do Rio Grande do Norte, o algodão era o principal produto a ser exportado.

Mossoró começa a fazer parte de uma importante rota de exportação da produção agrícola do algodão, pois seus antigos "caminhos do gado" ligavam as áreas de produção do sertão norte-rio-grandense ao Porto Franco, em Areia Branca. Com o assoreamento do Porto Fluvial de Aracati em 1857, a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira começou a fazer escala normal no Porto Franco, delegando a Mossoró uma nova especialização econômica que perdurou por várias décadas, dando início a uma nova fase da expansão urbana da cidade.

Surge daí a *especialização empório comercial* quando Mossoró

[43] A indústria açucareira brasileira não acompanhou os progressos tecnológicos da indústria européia, o que prejudicava sua concorrência no mercado no mercado mundial, pois o açúcar brasileiro passava a ser de qualidade inferior e de maior custo.

passou a assumir o papel de grande praça comercial agro-exportadora a nível local e regional. Devido a sua privilegiada geografia - ponto de comunicação entre o sertão e o litoral, Mossoró recebia algodão, couro, queijo e manteiga dos sertões paraibanos; e farinha, feijão, milho e arroz de Pernambuco e Ceará. Em contrapartida, seguia sal, esteiras e chapéus de palha de carnaúba, velas de cera, e cereais. De Recife, Mossoró recebia produtos importados europeus, como bebidas, fumo, fazendas (tecidos), louças, e jóias. E, em contrapartida, seguia algodão, couro, queijo, cera de carnaúba, e borracha de maniçoba (SANTOS,2002).

Enfim, Mossoró abastecia todo o oeste, parte do centro-norte e ainda o agreste potiguar. Sua área de influência compreendia também, os Cariris Novos, no Ceará, e o Vale dos rios do Peixe e Piancó, na Paraíba. Se tornando um importante Empório Comercial regional, fornecedor de produtos regionais para outros estados e países, como também, fornecedor de produtos importados para os sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Nesse período, a cidade brasileira assume o controle efetivo da produção do campo, e passa a assumir atividades inerentes à sua comercialização, atraindo um grande contingente populacional para si. Esse contingente é consideravelmente aumentado nos períodos de grandes secas, como em 1872, 1877, 1987 e 1915, quando trabalhadores rurais, ex-escravos e outros excluídos da posse da terra[44], passaram a migrar para as cidades em busca da sobrevivência.

Nesse momento, a expansão urbana de Mossoró toma um importante impulso. Além da mão-de-obra abundante formada pelos flagelados beneficiarem as casas comerciais da cidade e, em especial, as salinas da

[44] Condição que se efetivou com a promulgação da Lei de Terras (Lei n° 601, de 18 de Setembro de 1850), que estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedades.

região, o poder público municipal (a Intendência) também foi beneficiado, pois o governo provincial liberava grande quantidade de verbas públicas para atender as pessoas atingidas pela seca e para realizar obras indispensáveis ao tráfego de mercadorias, tais como: estradas, açudes, portos, e a retificação do rio Mossoró; aproveitando ao máximo a mão-de-obra dos flagelados. Pela primeira vez, ocorre em Mossoró a concentração de capitais públicos e privados, acumulando riquezas em seu comércio e propiciando uma significativa remodelação urbanística em seu sítio urbano.

Assim, diversas ações são tomadas no sentido urbanístico: a) o *Código de Posturas* (Resolução de 18 de agosto de 1855) é colocado em prática, normatizando a construção das edificações e o arruamento; b) em 1916, é elaborada pelo Engenheiro Henrique de Novaes a *Planta Topográfica da Cidade* (Resolução nº38 da Intendência, de Maio de 1916), com projeção de novos bairros e sistematização dos existentes; c) e em 1928, é elaborada pelo topógrafo Francisco Alves Maia a *Planta da Cidade de Mossoró*, que fez o levantamento da situação existente e previu a expansão física da cidade acompanhando a estrada ferroviária.

Assim, o traçado urbano se torna mais regular e se expande com ruas largas e praças, algumas ruas e travessas antigas são modificadas, diversas construções velhas são demolidas, e algumas construções novas que não se adequavam ao plano foram proibidas. A cidade ganha então, um novo aspecto urbanístico.

A expansão urbana, desta vez, se deu na direção de seus principais vetores de circulação de mercadorias, que eram: a) a estrada para São Sebastião, na direção sudoeste, que os comboios seguiam para chegar aos sertões potiguares e paraibanos; b) e a estrada para Porto Franco, na direção nordeste, que a partir de 1915, passou a contar com uma estrada ferroviária

para o transporte de mercadorias. Sendo a expansão mais acelerada na direção de Porto Franco, porque havia uma maior dinâmica econômica em torno desse vetor. Houve uma verdadeira disputa entre os comerciantes para instalar seus armazéns e depósitos ao longo da linha férrea, que era "a espinha dorsal" da cidade, onde fariam o fluxo de mercadorias com o trem diretamente de suas calçadas.

Os arranjos espaciais mais importantes desse período foram: o surgimento dos bairros residenciais (Alto da Conceição, Doze Anos, Santo Antonio, Bom jardim e Paredões) e a expansão do centro da cidade, incluindo o território do antigo "Alto do Pão Doce" e parte do território do antigo "Alto dos Macacos", na tentativa de "centralizar" a linha ferroviária e as atividades econômicas que em torno dela se estabeleciam.

No entanto, o desenvolvimento do transporte por terra (ferroviário e rodoviário) impulsionado pela economia cafeeira do Centro-Sul do País, reduz a importância do transporte de mercadorias pelas águas (marítimo e fluvial), estabelecendo uma nova relação entre as cidades nordestinas. Assim, no final da década de 1920, a área de influência de Mossoró, através de sua ferrovia e suas estradas, era muito pequena se comparada a de outros Empórios Comerciais que se expandiam na época, como Campina Grande (PB) e Fortaleza (CE). Então, com sua função comercial bastante reduzida, Mossoró perde sua posição de Empório Comercial, e se concentra em atividades agrícolas e extrativistas.

Nesse momento, no Centro-Sul do País, especialmente em São Paulo, ocorre uma incipiente industrialização que demanda matéria-prima para a fabricação de manufaturados. Surge daí, em Mossoró, uma nova especialização econômica baseada na extração de sal e no beneficiamento de antigos produtos seus, tais como a cera de carnaúba, a oiticica e o algodão,

visando exportar para a indústria do Centro-Sul.

Essa nova especialização provoca o surgimento das agroindústrias em Mossoró para beneficiar os produtos para exportação, visando atendendo uma exigência técnica da indústria paulista. São fábricas algodoeiras, fábricas de óleo de caroço de algodão e de óleo de oiticica, usinas de beneficiamento da cera de carnaúba, do algodão e do agave, que mantêm Mossoró na sua função de centro regional. O beneficiamento de tais produtos para exportação, ocorreu em paralelo ao aumento da extração de sal, que também era produto de exportação, dando a Mossoró uma feição de centro industrial e, conseqüentemente, uma nova feição urbana, que passa a exercer forte atração sobre a mão-de-obra das populações vizinhas.

Dá-se início então, à *especialização salicultora e agro-industrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista*; que se caracterizou pela ação governamental que teve início na década de 1930 com a ideologia do *desenvolvimentismo* do Estado Novo[45]. O *desenvolvimentismo* se prolongou até a década de 1950 com a incorporação e reforço do corpo burocrático de Estado, quando surgiu outra ideologia que iria comandar a industrialização e a urbanização brasileira até a década de 1980 – o *intervencionismo*. Mas até a década de 1970, quando emerge uma nova especialização, estas ideologias se integram em diversas ações.

Então, a partir de 1930, dentro de uma política desenvolvimentista, o Estado Novo investiu em toda infra-estrutura necessária para que o país se industrializasse nos moldes capitalistas da época. A cidade de Mossoró, após perder sua função de Empório Comercial regional, consegue rapidamente se inserir no processo de industrialização brasileiro, como fornecedora de matéria-prima beneficiada (principalmente sal, cera de carnaúba e algodão)

[45] Também conhecida como Era Vargas, 1930-1945.

para a indústria do Centro-Sul do país, em especial de São Paulo.

No período que caracteriza esse momento da expansão urbana da cidade, que vai 1930 a 1970, a industrialização de Mossoró apresentou duas fases marcantes. Como ressalta FELIPE (1982:67), "(...) *uma que abrange o período de 1920 a 1954, quando a cidade ganha cerca de 30 unidades industriais* [de médio e grande porte]. *E outra fase que abrange o período de 1955 a 1968, quando são instaladas 132 unidades produtivas nos mais diversos ramos industriais* (...)."

A primeira fase, marcada pela ideologia desenvolvimentista brasileira, que tornou a indústria norte-rio-grandense fornecedora da indústria nacional, assiste à predominância das indústrias ligadas ao aproveitamento da matéria-prima regional: sal, algodão, agave, cera de carnaúba e oiticica.

A segunda fase, marcada pelo início da ideologia intervencionista brasileira, onde o planejamento assume papel importante no desenvolvimento econômico de todo o país, assiste à especialização de sua indústria, visando a prestação de serviços dentro da própria cidade e região. Surgem assim: cerâmicas, fábricas de mosaicos, oficinas metalúrgicas, oficinas mecânicas, marcenarias, oficinas de recondicionamento de pneus e câmaras de ar, oficinas de roupas e calçados, gráficas, fábricas de sabão e velas, fábricas de bebidas, e fábricas de produtos alimentares (café, produtos de padarias, sorvetes, gelo, macarrão, sal, vinagre e tempero).

A indústria salineira também recebe grande impulso nessa fase, visando atender a crescente demanda da indústria química nacional. Passa a representar a principal atividade da cidade, absorvedora de grande contingente de mão-de-obra, por sua vez, barata e abundante. No final da década de 1960, se moderniza através do processo de mecanização das salinas, marcando profundamente a estrutura industrial e urbana de Mossoró.

Nestas circunstâncias, assumem grande importância as políticas públicas de planejamento acionadas para diminuir o problema do desemprego em massa e suas conseqüências. Essas políticas, assim como a modernização dos parques industriais através do capital estrangeiro, já fazem parte da ideologia *intervencionista* do Estado em pauta desde 1956, através da elaboração do Plano de Metas do Governo de Juscelino (1956-1960); preconizando então uma nova especialização para a próxima década.

Importa destacar algumas medidas de planejamento urbano foram tomadas em 1966, a saber: a) o *Código de Posturas do Município*, através da Lei 27/1966, que avançou bastante em relação ao Código de Posturas da Vila (Resolução 305/1855), principalmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo, quando proíbe a realização de certas atividades na zona urbana, como pastagens e pedreiras, e disciplina os usos industrial e residencial; b) a *Planta da Cidade – Esgotos Sanitários e Densidade Demográfica*, elaborada pelo Escritório Saturnino de Brito, uma vez que foi contratado pela CAERN (Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte) para realizar os levantamentos de densidade demográfica, uso do solo, e topografia da cidade de Mossoró, para servir de subsídio a um projeto de esgotamento sanitário da cidade.

Mossoró experimenta uma nova fase urbana com a dinamização dos capitais em torno da salicultura e agroindústria exportadora. Os equipamentos urbanos que marcam essa fase são as indústrias, os bancos, os hotéis, as escolas, os hospitais, os clubes e o cinema, que se localizam predominantemente no Centro, e em pequena proporção, em porções dos Bairros Sto. Antônio e Bom Jardim.

As classes mais abastadas continuaram fixadas na área central da cidade, como ocorria desde o período colonial. Já as classes operárias foram

se fixando nos bairros que surgiam nas direções nordeste, rumo a Porto Franco, e na direção sudoeste, rumo a São Sebastião.

Enquanto que, na *especialização empório comercial*, a expansão urbana de Mossoró foi ligada à fixação dos comerciantes no centro da cidade, na *especialização salicultora e agro-industrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista*, o crescimento da cidade foi profundamente ligado à fixação de sua classe operária no solo urbano. Fato este que ocorreu ao longo de um único eixo de expansão – a estrada ferroviária São Sebastião-Porto Franco, importante elemento dinamizador e definidor da expansão urbana da cidade.

No âmbito nacional, surgem diversos planos e programas que focalizam a problemática dos desequilíbrios regionais. Essa ação, num primeiro momento, criou diretrizes de incentivos ao desenvolvimento industrial, especialmente no Nordeste; e num segundo momento, institucionalizou o planejamento urbano a nível nacional, dando ênfase a políticas habitacionais. Dando-se início então, à ideologia do *intervencionismo* estatal.

Então, no início da década de 1970, surge uma nova divisão territorial brasileira, com o aparecimento de outros centros fornecedores de matéria-prima. Os principais produtos da agroindústria de Mossoró – as fibras de algodão arbóreo, a cera de carnaúba, o óleo de algodão e óleo de oiticica – sofrem a concorrência da cultura do algodão herbáceo, das fibras sintéticas, e de outras oleaginosas (como a soja), fabricados nas regiões Sudeste e Sul.

Em crise e sem mercado consumidor para seus produtos, é decretada a falência do parque agroindustrial de Mossoró que, junto ao processo de mecanização das salinas, completado com a inauguração do Porto Ilha em Areia Branca em 1973, desencadeia o processo de desemprego em massa da

força de trabalho rural, urbana e salineira da região de Mossoró. A cidade torna-se uma área de tensões sociais e começa o processo de "inchamento" do seu espaço, com a formação de favelas pelo exército de desempregados das agroindústrias e das salinas, como também pela população rural assolada pelas secas. Foi nesse contexto que as autoridades governamentais acionaram políticas públicas visando controlar os conflitos.

Inicia-se assim, na década de 1970, a *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal intervencionista*, quando Mossoró deixa de ser apenas um centro repassador de matéria-prima, para também ser um centro prestador de serviços, que passa a terceirizar[46] as atividades locais. Ocorre então, uma verdadeira reestruturação econômica e espacial na cidade de Mossoró que, objetivando conter as tensões desencadeadas pelo desemprego conjuntural, atraiu diversas políticas públicas voltadas para cidades de médio porte.

Nesse momento, se instalam na cidade agentes financeiros como a COHAB (Companhia de Habitação), para construção de conjuntos habitacionais de baixa renda; a Caixa Econômica Federal, para financiamento de moradia para as classes média e alta, através do SFH; e o BNH que, além do financiamento de moradias, investiu nos serviços básicos, como rede de esgotos e saneamento. A SUDENE também concede incentivos fiscais para a implantação de grandes indústrias em Mossoró, além da modernização das indústrias existentes.

Ocorre então, em Mossoró, a acelerada expansão dos bairros residenciais utilizando os diversos investimentos das políticas públicas e, em especial, das políticas habitacionais. A construção dos conjuntos habitacionais desenvolve rapidamente o segmento da construção civil, provocando o

[46] Transferir a terceiros atividade que não faz parte de sua linha principal de atuação.

surgimento de escritórios prestadores de serviço, cerâmicas, fábricas de mosaicos, de esquadrias, entre outros serviços.

Essa dinamização do setor terciário aliada à instalação do escritório da PETROBRAS, a partir de 1975, para gerenciar o petróleo descoberto em área adjacente, cria condições para a cidade se transformar num centro fornecedor de serviços.

Nesse contexto, a cidade concebe seu primeiro Plano Diretor, através da Lei 01, de 09 de Junho de 1975, numa tentativa de zonear o uso do uso e ordenar seu crescimento considerando o afluxo de novos contingentes populacionais, o desenvolvimento do sistema de transportes, e a demarcação econômica da região. Fazendo parte de uma política de planejamento vigente em todo o Brasil, seus principais feitos foram a instalação de uma Zona de Ensino Superior e de uma Zona Industrial, sendo esta última numa área bem maior do que as outras, com o de objetivo dinamizar a atividade industrial, criando condições suficientes, tais como energia elétrica, acesso, sistema de água e esgotos.

O Art. 3º do Plano também assume grande importância quando determinou que as todas as áreas habitacionais fossem integradas ao centro da cidade através de largas vias de circulação, visando a plena utilização dos equipamentos urbanos e facilitando o alcance dos locais de trabalho que, por sua vez, se localizavam predominantemente nas áreas centrais. Estava determinando então a origem do padrão radial-concêntrico da malha urbana da cidade, com as principais vias da cidade convergindo para o Centro.

Enfim, o Plano Diretor assumiu grande importância na formação da atual estrutura espacial da cidade, pois consolida um novo padrão de crescimento da cidade de Mossoró, que se dá no sentido sudeste-noroeste; apontando a interrupção do padrão de crescimento estabelecido desde a

década de 1920, que era a expansão no sentido sudoeste-nordeste, que acompanhava a linha ferroviária. Para tanto, foi de fundamental importância a implantação da Zona Universitária na direção sudeste, e da Zona Industrial na direção noroeste, assim como a barreira que se formou na direção sudoeste (o anel viário da BR-304), impulsionaram ainda mais a expansão nesse sentido.

Assim, as transformações ocorridas na estrutura econômica de Mossoró durante a década de 1970, marcaram significativamente a paisagem urbana, introduzindo diferenciações nítidas em sua morfologia. Enquanto parque industrial, houve apenas a instalação de algumas unidades de maior porte no Distrito Industrial, pois a maioria das indústrias de Mossoró continuou instalada na área central da cidade, visto que são de pequeno porte. No entanto, como centro regional prestador de serviços, houve a proliferação na área central da cidade de edifícios ligados à sua nova função – bancos, escritórios, clínicas, hospitais, órgãos e instituições públicas; como também o surgimento de uma ampla classe média ligada ao setor terciário – emprego público e prestação de serviços.

Além dos maciços investimentos na indústria e nas políticas públicas, especialmente nas habitacionais, o Estado também foi responsável pela ampliação de bens e serviços públicos e pela criação de órgãos estaduais como a COSERN, CAERN, TELERN, CIDA, CDM/RN, DER/RN, entre outros, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Mossoró.

No entanto, essa ação estatal que se destaca pela implantação de instrumentos de planejamento e gestão de bens e serviços públicos, entra em crise na década de 1980. Devido a crise estrutural econômico-social que afeta os Estados Modernos, a ação estatal aponta para uma reestruturação econômica-tecnológica associada aos fenômenos da globalização e a flexibilização nas cadeias produtivas, derivadas de uma nova visão do

mercado.

Durante toda a década de 1980, ocorre a modernização produtiva do setor primário, quando se deu o desenvolvimento da agricultura irrigada na região dos vales dos rios Mossoró e Açu, transformando-a posteriormente, em pólo fruticultor de repercussão estadual, nacional, e até internacional. A agricultura irrigada se desenvolveu através da inserção tecnológica custeada pela iniciativa privada, contando com o decisivo apoio do Estado, que financiou a infra-estrutura de irrigação e a construção de grandes barragens, como foi o caso da barragem "Armando Ribeiro Gonçalves" construída no leito do rio Piranhas-Açu.

O desenvolvimento do pólo da fruticultura irrigada nos vales do Açu/Mossoró, durante a década de 1980, embora praticada na zona rural de vários municípios, cria e dá dinamicidade a um ramo especializado do setor terciário da cidade de Mossoró, provocando a proliferação de pousadas, escritórios e representações comerciais no Centro, Alto São Manoel e, principalmente, na BR-304. Mas, ao que tudo indica, não exerceu influencia significativa na expansão urbana da cidade e nem no seu crescimento populacional. Por ser praticado no campo, é responsável pela fixação de parte da população circunvizinha de Mossoró em seus lugares de origem, diminuindo bruscamente as taxas do movimento migratório para Mossoró, durante a década de 1980.

No entanto, ocorre o enfraquecimento das atividades do setor secundário, e a interrupção das políticas públicas. Consequentemente, a expansão urbana da cidade de Mossoró, durante a segunda metade da década de 1980, diminui seu ritmo significativamente. Com o fim do regime militar, em 1984, e a extinção do BNH, em 1986, a possibilidade de intervenção do poder municipal era mínima, sem os recursos que antes eram repassados pelo

Governo Federal. Assim, a expansão das redes de infra-estrutura públicas e a ocupação da periferia através dos loteamentos e conjuntos habitacionais gestados pela COHAB e INOCOOP, através de recursos do BNH, são interrompidas drasticamente. Somente com a aprovação da Constituição de 1988, que dá ao município maior capacidade de estabelecer políticas próprias, inclusive aquelas que disciplinam a expansão da cidade, as políticas públicas são retomadas, tendo a Caixa Econômica Federal como órgão gestor.

Quanto a expansão urbana, a cidade passa a crescer desordenadamente. Nas direções onde a expansão foi acentuada – noroeste, sul e sudeste, o processo de urbanização foi integrador com as áreas centrais da cidade, como também garantiu acessibilidade aos bens de consumo e aos serviços de infra-estrutura urbana às classes sociais que aí se instalaram; que eram as classes alta, média e, em menor proporção, as classes baixas ligadas ao processo produtivo.

Já nas demais direções, o processo de urbanização foi totalmente segregador das populações que aí se instalaram, de baixíssimo poder aquisitivo, que já se encontravam à margem do processo produtivo da cidade e que, a partir desse momento, também ficaram à margem do processo de crescimento espacial da cidade. O novo perímetro urbano, promulgado através da Lei 44/80, tinha um caráter excludente; pois incorporava quatro comunidades rurais – Bom Jesus, Alto do Sumaré, Planalto 13 de Maio e Pintos, transformando-os em bairros; e criava mais quatro bairros – Dix-Sept Rosado, Itapetinga, Dom Jaime Câmara e Costa e Silva. Sendo que, a maioria se localiza após o anel viário e não contavam com nenhum acesso direto aos bairros centrais, se consolidando durante muito tempo como bairros segregados da malha urbana.

Então, a partir da primeira metade da década de 1980, a escala da

cidade de Mossoró reproduz a segregação social e espacial decorrente da nova estrutura econômica. As profundas transformações advindas de sua reestruturação produtiva durante a década de 1970, quando a cidade deixa de ser um centro repassador de matérias-primas para ser um centro prestador de serviços, provocaram uma verdadeira reestruturação espacial em seu solo urbano.

Neste contexto, a questão do espaço urbano torna-se polêmica e contraditória, pelo fato de atingir as diversas classes sociais de diferentes maneiras. Assim, as desigualdades sociais se tornam mais evidentes, uma vez que a intervenção Estatal beneficia maciçamente aquelas classes sociais inseridas no processo produtivo, especialmente as de maior renda; ao mesmo tempo em que expulsa o morador de baixa renda para os conjuntos habitacionais populares ou para os loteamentos longínquos que, no caso de Mossoró, eram aqueles loteamentos situados em bairros além do anel viário da BR-304. Dessa forma, as classes sociais se apropriam de maneira diferente dos bens de consumo urbano, tais como transporte, água, luz, saneamento, ensino, saúde, habitação, lazer, entre outros; e a partir daí, se verifica diferentes níveis de qualidade de vida na cidade de Mossoró.

Importa destacar também importantes alterações no uso do solo da cidade, onde se evidencia a reutilização de alguns espaços.

No bairro Centro, o antigo casario residencial, adjacente às ruas do comércio, abriga consultórios médicos, escritórios de empresas e representações comerciais. Seus antigos moradores transferem-se, em geral, para a Nova Betânia, que se supervalorizou quando o poder público a interligou ao Centro e implantou diversos serviços básicos, transformando-a em local disputado pelas classes privilegiadas.

Nos bairros centrais, diversos depósitos e armazéns com suas portas

voltadas para os trilhos ferroviários, sofreram gradativamente o esvaziamento de suas funções originais e foram abrigando outras atividades, se tornando cada vez mais inviável para seus proprietários mantê-los funcionando, à medida que o solo urbano nas áreas centrais se supervalorizava. Em seu lugar, surgiram oficinas mecânicas, sucatas, centros comerciais, escritórios e lojas de diversos ramos, principalmente no ramo de pneus e peças automotivas, localizadas na "Paraíba", trecho limítrofe entre o Centro e o Alto da Conceição.

Os depósitos e armazéns de sal, por sua vez, também buscaram um novo espaço, que atendesse melhor à nova dinâmica da economia salicultora e às exigências do seu mercado. Assim sendo, as empresas ligadas à salicultura se instalaram predominantemente às margens da BR-304, na direção de Fortaleza, onde se concentram muitos serviços de apoio ao caminhoneiro, e às margens da BR-110, na direção de Areia Branca.

As atividades da PETROBRAS, de suas subsidiárias e de suas empresas contratadas, que foi de suma importância para a expansão comercial do Alto São Manoel e bairros que surgiram em sua continuidade – Planalto 13 de Maio e Alto do Sumaré, planejava ir para o Alto do Sumaré, para um terreno mais segregado das atividades urbanas, à margem da BR-304.

Enfim, a expansão urbana desse padrão característico dos anos 70 e dos anos 80, se caracteriza: a) pelo acelerado ritmo de crescimento; b) pela reutilização de alguns espaços visando uma melhor realização de suas atividades; c) pela segregação espacial que impõe às populações excluídas do processo produtivo da cidade, que culminou com a proliferação de favelas e assentamentos subnormais espalhados em toda a periferia da cidade.

Estava deflagrada então uma nova fase do crescimento urbano de Mossoró, marcada pela especulação imobiliária e pela segregação espacial.

Nessa fase, a economia mossoroense se valia predominantemente do setor terciário que continuou a gerar uma estrutura de serviços a tal ponto que o comércio de Mossoró passou a complementar esta atividade entre Natal e Fortaleza, mas que ainda era insuficiente para conter o desemprego e as tensões sociais existentes na cidade.

Na década de 1990, a ação estatal se caracteriza pela redução do papel do Estado como provedor de bens e serviços, em contraposição ao reforço de suas atribuições como regulador de novos atores sociais.

Enfim, a expansão urbana de Mossoró se insere em um novo momento, que perdura até os dias atuais. Trata-se da *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal neoliberal*, quando se consolida em Mossoró uma nova espacialização econômica – a fruticultura irrigada. Dessa forma, o Pólo Açu-Mossoró é palco de um dos processos de modernização mais intensos do Estado e do País. Suas empresas privadas captaram investimentos maciços através da ação do BNB em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e fizeram de Mossoró um pólo de destaque, nacionalmente e internacionalmente, na produção de frutas tropicais, sendo o maior produtor de melão do país, comercializando-o diretamente para os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia. Outra inovação dessa especialização é a "produção integrada", que se deu entre grandes produtores e pequenos produtores dos assentamentos. A empresa integradora (a grande empresa) oferece acompanhamento no ato do plantio e colheita, fornecem insumos ao preço de custo, assistência técnica e até serviços de tratores; e as integradas (pequenos e médios produtores) se responsabilizam pela realização das etapas de colheita, classificação e acondicionamento, e recebem da empresa integradora uma percentagem do valor da colheita. Constituindo, na realidade, uma espécie de "reforma agrária

privada", onde a empresa integradora detinha a maior parte do lucro, também chamado de "mais valia" na era da globalização.

Afinal de contas, a redução do papel intervencionista do setor público brasileiro, acaba por delegar ao setor privado a responsabilidade de garantir o desenvolvimento econômico de sua região.

Ocorre também a proliferação de armazéns de sal, moageiras, e estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços ligados as atividade petroleira e fruticultora ao longo da BR-304. Em direção à Fortaleza, predominam aquelas ligadas a salicultura e a fruticultura irrigada; e em direção a Natal, predominam aquelas ligadas a atividade petroleira. O fato é que esse arranjo, que se iniciou na década de 1980, se consolidou na década de 1990, em apoio às três mais importantes atividades econômicas de Mossoró – a salicultura, a fruticultura irrigada, e a exploração de petróleo. Estas atividades, apesar de não serem realizadas no solo urbano de Mossoró, dinamizam significativamente seu setor terciário até os dias atuais, fazendo de Mossoró um importante centro regional prestador de serviços que complementa, inclusive, a atividade comercial entre Natal e Fortaleza.

Importa destacar também, que a dinâmica destas atividades promotoras do desenvolvimento socioeconômico e urbano de Mossoró, estão desvinculadas das áreas centrais da cidade; preferindo ficar "à margem" dos fluxos de recebimento e escoamento de suas preciosas mercadorias, ou seja, à margem da BR-304. Nesse contexto, ROCHA (2005) observa bem quando afirma que os postos de combustíveis de Mossoró têm uma função especial, além de fornecer combustível. Pois se tratam de equipamento complementar ao exercício dessas atividades em Mossoró. Atividades estas profundamente relacionadas à necessidade de escoamento de mercadorias, onde o caminhoneiro e o agenciador de frete são importantes figuras nesse processo.

Quanto à expansão urbana de Mossoró, seu ritmo acelerado verificado nos últimos trinta anos (anos 60/70/80), foi reduzido bruscamente na década de 1990. Apesar do aumento expressivo da quantidade de bairros, ocorreram apenas pequenas alterações em espaços existentes; e estas, por sua vez, reforçaram as principais direções de crescimento estabelecidas nas décadas de 1970 e 1980, que eram no sentido sudeste-noroeste (Natal-Fortaleza).

Após o ano 2000, a expansão urbana de Mossoró não dá mais continuidade a esse padrão de crescimento. Como o foco das políticas públicas, agora chamadas "políticas sociais", era amenizar a condição de pobreza da maior parte da população urbana, entram em cena diversos programas de erradicação de favelas, que passam a comandar a expansão urbana da cidade nas direções nordeste, sul e sudoeste. Lembrando que não ocorreu a expansão espacial do território, e sim a melhoria e reutilização do uso em alguns espaços existentes, considerados mais críticos do ponto de vista social.

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, através de uma Medida Provisória do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o planejamento urbano, assim como as diretrizes de expansão urbana não só de Mossoró, como de qualquer cidade brasileira, toma novos rumos. As políticas urbanas da cidade de Mossoró passam a ser baseadas nas diretrizes do Estatuto da Cidade e do Orçamento Cidadão, onde diversos segmentos da sociedade passam a participar da elaboração dessas políticas. O marco inicial desse processo foi a Conferência Nacional das Cidades, ocorrida durante o ano de 2003, quando os municípios brasileiros foram palcos de reuniões entre os representantes dos órgãos públicos e representantes de diversos setores da cidade, tais como o setor empresarial, comercial, industrial, de prestação de serviços, de instituições de ensino, de saúde, entre outros.

Nesse contexto, o padrão de expansão urbana de Mossoró não mais se caracteriza pelo crescimento espacial proveniente das políticas habitacionais. Caracteriza-se por diversas ações pontuais visando eliminar gradativamente as deficiências habitacionais e de infra-estrutura pública, ao mesmo tempo em que investe na imagem da cidade como um centro regional desenvolvido que oferece boa qualidade de vida a cada um de seus munícipes.

Então, em relação às ações pontuais, destacam-se: a) obras de infra-estrutura, como iluminação, saneamento, e reforma viária nas entradas da cidade; b) obras de embelezamento urbano, como praças, canteiros, urbanização das margens do rio, paisagismo e arborização; c) investimentos em equipamentos urbanos de grande porte, como a construção do Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, do Ginásio Poliesportivo Pedro Ciarlini, da Biblioteca Municipal e do Centro Administrativo Municipal; d) obras de restauração de edifícios municipais que têm valor histórico, como o Palácio da Resistência, o Museu Municipal, e o edifício que abriga a Secretaria de Tributação.

Quanto aos programas habitacionais, destacam-se o PSH (Programa de Subsídio e Interesse Social), que atualmente está paralisado aguardando procedimentos do Governo, e o PAR (Programa de Arrendamento Residencial), ambos financiados por recursos federais através de convênio com a Caixa Econômica Federal. Sendo o PSH um programa destinado à construção de unidades habitacionais para as classes baixas, que tem renda média abaixo de 1 salário mínimo; e o PAR um programa destinado para a classe baixa e média baixa, que tem renda média entre 1 e 6 salários mínimos.

No entanto, o programa que mais atuou na produção do espaço urbano da cidade foi o PSH, que geriu intensamente a política de erradicação de favelas, uma vez que, foi estabelecida como uma prioridade do Governo

municipal.

Enfim, Mossoró demonstrou historicamente ter diversas especializações econômicas impostas por uma divisão territorial do trabalho que, por algumas vezes, se manifestou a nível inter-regional (terceira e quarta especialização), e por outras vezes, se manifestou a nível internacional (primeira, segunda e quinta especialização).

A divisão territorial do trabalho a nível inter-regional, resultou das ideologias desenvolvimentista e intervencionista brasileira, entre os anos 30 e 90, impondo a *especialização salicultora e agro-industrial exportadora dentro de uma política estatal desenvolvimentista*, como também, a *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal intervencionista*.

Já a divisão territorial do trabalho a nível internacional, resultou da necessidade de atender o mercado global. Esta divisão impôs:

a) a *especialização pecuarista* e a *especialização empório comercial*, visando atender o mercado produtivo estrangeiro;

b) a *especialização prestadora de serviços dentro de uma política estatal neoliberal*, visando atender o mercado consumidor estrangeiro.

Tudo isso leva a crer que a estrutura territorial está profundamente articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a social e a política, que se manifestam em escala nacional, regional e local. Somente dentro de um panorama histórico e conceitual, foi possível "espacializar" (no sentido de mostrar a distribuição espacial na planta da cidade de Mossoró) os processos políticos, econômicos, e sociais que provocaram a expansão urbana da cidade desde sua formação em 1772 até os dias atuais. (Ver **Figura 6.1: Expansão Urbana da Cidade de Mossoró – 1772-2002**)

Concluindo, esta pesquisa tratou-se de uma abordagem

multidisciplinar do processo de urbanização que se deu nessa cidade. A urbanização foi entendida como um processo de localização das atividades econômicas e populações dentro do Município, do Estado, da região e da própria nação brasileira.

FIGURA 6.1: Expansão Urbana da Cidade de Mossoró – 1772-2002

Fonte: Elaborado pela autora. A partir de: Base Cartográfica da Prefeitura Municipal de Mossoró e informações das figuras anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Manuel Correia de. A Produção do Espaço Norte-rio-grandense. Natal: Editora Universitária, 1981.

2. _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1998.

3. AQUINO, Francisco Praxedes de. Alguns Pioneiros Mossoroenses da Topografia. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 1991.

4. CASCUDO, Luís da Câmara. Notas e Documentos para a História de Mossoró. 4ªed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 2001.

5. CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: Edufrn, 1995.

6. DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

7. FELIPE, José Lacerda A. A organização do espaço urbano de Mossoró. Coleção Mossoroense, série C. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.

8. _____; GOMES, Rita de Cássia C. Rio Grande do Norte e Outras Geografias. Coleção Mossoroense. Natal: UFRN/CCHLA, 1994.

9. FERNANDES, Raul. A marcha de Lampião - assalto a Mossoró. 3ª Ed. Mossoró: ESAM, 1985.

10. GONÇALVES, Maria Flora (org.). O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

11. LIMA, Pedro de. Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN, 2001.

12. MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

13. MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução à história do Rio Grande do Norte. 2ª ed. rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

14. OLIVEIRA, Manoel Tavares de. Estrada de Ferro Mossoró-Souza: um sonho, uma realidade, uma saudade. Coleção Mossoroense. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, 2005.

15. ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território. Coleção Mossoroense. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

16. SANTOS, Paulo Pereira dos. Evolução Econômica do Rio Grande do Norte. 2ª ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002.

17. SILVA, Aldenôr Gomes da. A automação informatizada do trabalho e a agricultura irrigada. In: *ANAIS* do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER, 1993, p. 101-112.

18. SILVA, Raimundo Nonato da. Evolução Urbanística de Mossoró. 2ª ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 1983.

19. SILVEIRA REGO, Valdecina A. da. Terceirização e metamorfoses no mundo do trabalho: desafios à sustentabilidade social. Mossoró: PRODEMA/UERN, 2002, p.19 (Dissertação).

20. SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

21. SOUZA, Francisco Fausto de. História de Mossoró. 3ª ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 2001.

22. VARGAS, Milton. Metodologia da Pesquisa Tecnológica. RJ: Globo, 1985.

(VERSO EM BRANCO)

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo-Recife: Hucitec/IPESPE, 1995.

2. ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

3. BONANN0, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e pós-Fordismo. Tradução: Lauro Mattei, doutorando em Economia no IE/UNICAMP. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pernambuco/05.doc> Acesso em: 05 out. 2006

4. BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? *ÀBEP*, 2000.

5. BRITO, F.; CARVALHO, J. A.; SOUZA, J. Análise de cortes de imigrantes: um exercício metodológico na tentativa de se avaliar a seletividade da reemigração. *II Encontro Nacional de Migração*, ABEP/G, 1999.

6. CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

7. CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Maquinista de algodão e o capital comercial. Natal: Edufrn, 1987.

8. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1987. 1422 p.

9. DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade. 3ª ed. São Paulo:

Perspectiva, 1984.

10. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

11. FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Atlas, 1993.

12. FAUSTO, BORIS, História do Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002

13. FELIPE, José Lacerda A. A (re) invenção do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró". João Pessoa: Grafset, 2001.

14. FERNANDES, Edésio (org.); VALENÇA, Márcio Moraes (org.). BRASIL URBANO. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

15. FERRARI, A Trujillo. Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

16. GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico. Teoria e Prática. São Paulo: Harbra ltda,1986.

17. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

18. _____. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

19. GONÇALVES, Maria Flora (org.); BRANDÃO, Carlos Antônio (org.); GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

20. HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente. Textos NEPO 16. Campinas, Núcleo de Estudos Populacionais - NEPO / UNICAMP, 1989.

21. KAPLAN, Abrahem. A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento. SP: EDUSP, 1975. p. 150

22. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

23. _____. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.

24. _____. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

25. _____. Técnicas de Pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

26. LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró. Vol 35/37. 1ª ed. Coleção Mossoroense – Série "C", vol DXCIX – 1990.

27. MAIA, Geraldo. Fatos e Vultos de Mossoró. Coleção Mossoroense. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

28. MEDEIROS, Carlos Borges de. O Tempo Como Testemunha. Vol I. Coleção Mossoroense – vol CL. Natal: Editora RN/Econômico, 1980.

29. _____. O Tempo Como Testemunha. Vol II. Coleção Mossoroense – vol CL. Natal: Editora RN/Econômico, 1980.

30. MENEZES, Margareth Régia de L.; CARVALHO, Ediane Galdino de. Referências documentárias. 3ª ed. Natal: EDUFRN, 2003.

31. MESQUITA, Cláudia. Morte e vida quilombola. Revista Palavra, maio, 2000

32. PARRA, Domingos Fº.; SANTOS, João Almeida. Metodologia Científica. 4ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

33. PIQUET, Rosélia (org.); RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

34. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

35. RODRIGUES, João Batista Cascudo. Modernização. Sociedade, Família e Província. Coleção Mossoroense - vol CCLXVIII – 1983.

36. ROSADO, Vingt-un. Memória Potiguar de Henrique Novaes. Coleção Mossoroense – Série "C", vol 1241 – 2001.

37. RUDIO, Franz Vitor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. Petrópolis: Vozes, 1986.

38. SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. 11.ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

39. SILVA, Raimundo Nonato da. Ruas, Caminhos da Saudade. Coleção Mossoroense. Fortaleza: UFC, 1973.

40. SOUZA, Itamar de. Migrações para Natal. Natal: UFRN, 1976.

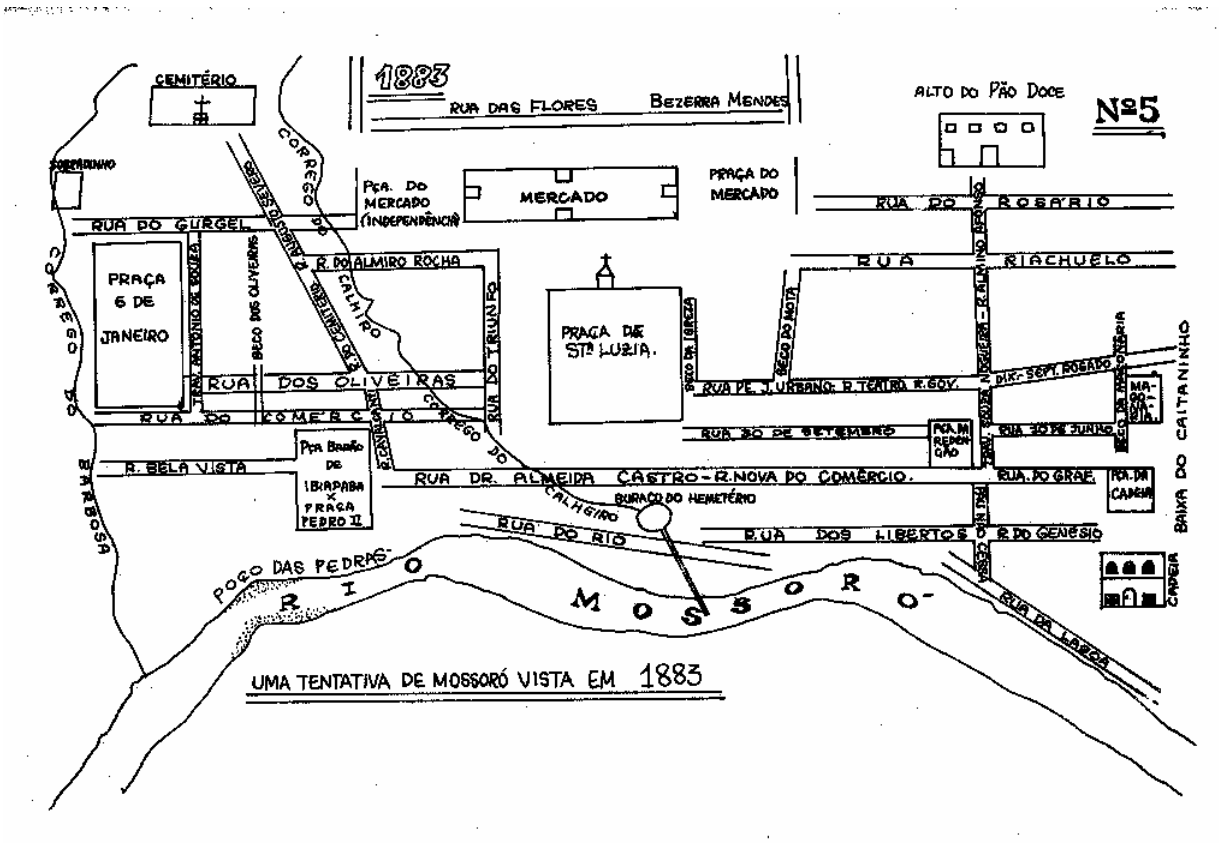
41. VIEIRA, Sônia. Como escrever uma tese. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

42. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ANEXO A

PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ – 1883

(VERSO EM BRANCO)

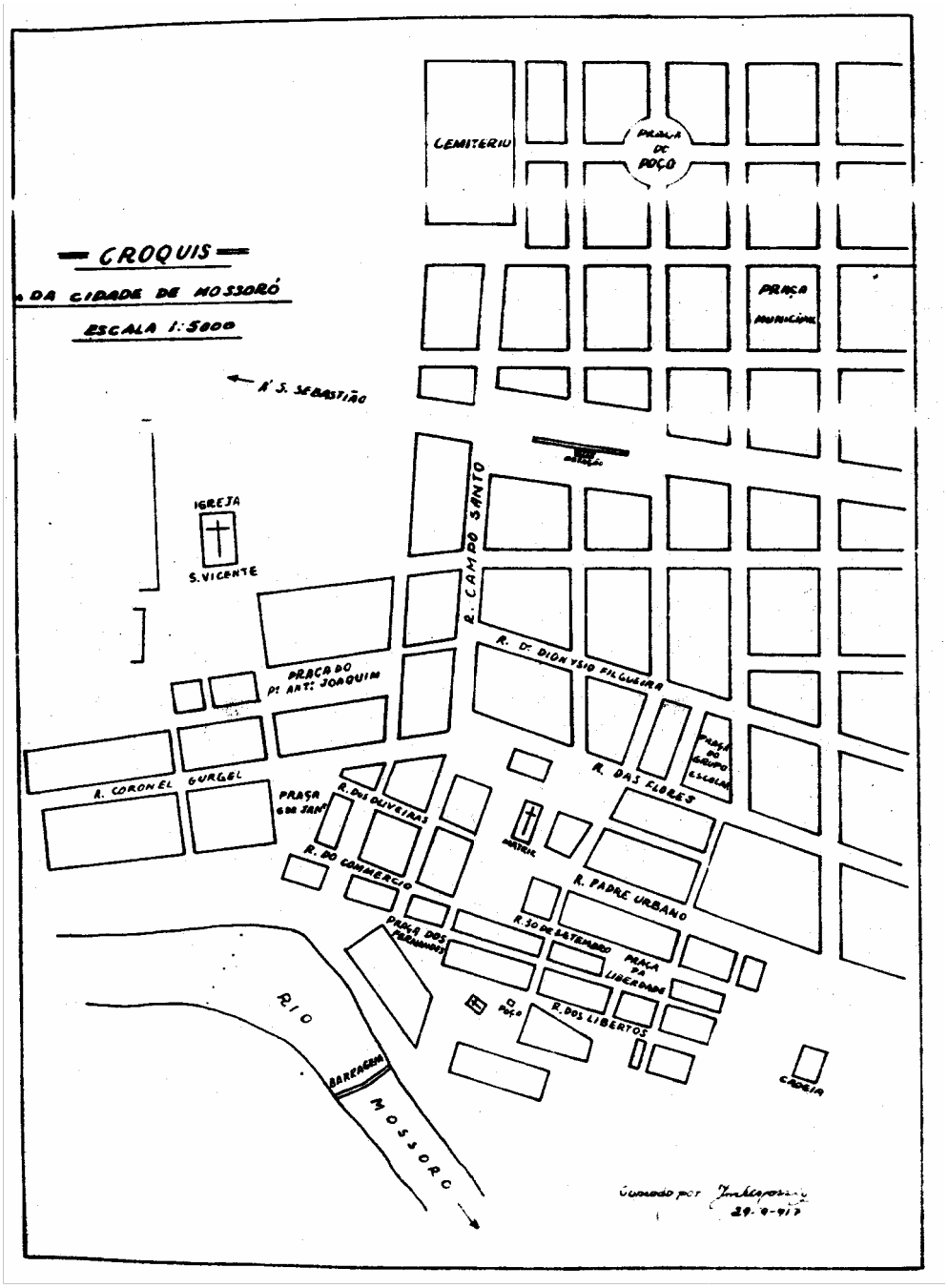

1883
CEMITÉRIO
RUA DAS FLORES
BEZERRA MENDES
ALTO DO PÃO DOCE
Nº5
PÇA. DO MERCADO (INDEPENDÊNCIA)
MERCADO
PRAÇA DO MERCADO
RUA DO ROSARIO
RUA DO GURGEL
R. DO ALMIRO ROCHA
RUA RIACHUELO
PRAÇA 6 DE JANEIRO
BECO DOS OLIVEIRAS
RUA DO TRIUNFO
PRAÇA DE STª LUZIA
RUA DOS OLIVEIRAS
RUA DO COMERCIO
RUA PE. J. URBANO
RUA 30 DE SETEMBRO
RUA 30 DE JUNHO
R. BELA VISTA
PÇA. BARÃO DE IBIAPABA X PRAÇA PEDRO II
RUA DR. ALMEIDA CASTRO - R. NOVA DO COMÉRCIO
RUA DO GRAE
BURACO DO CEMITÉRIO
RUA DO RIO
RUA DOS LIBERTOS
R. DO GENESIO
POÇO DAS PEDRAS
RIO MOSSORÓ
RUA DA LARGA
CADEIA
BAIXA DO CATANINHO
UMA TENTATIVA DE MOSSORÓ VISTA EM 1883

(VERSO EM BRANCO)

ANEXO B

PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ – 1917

(VERSO EM BRANCO)

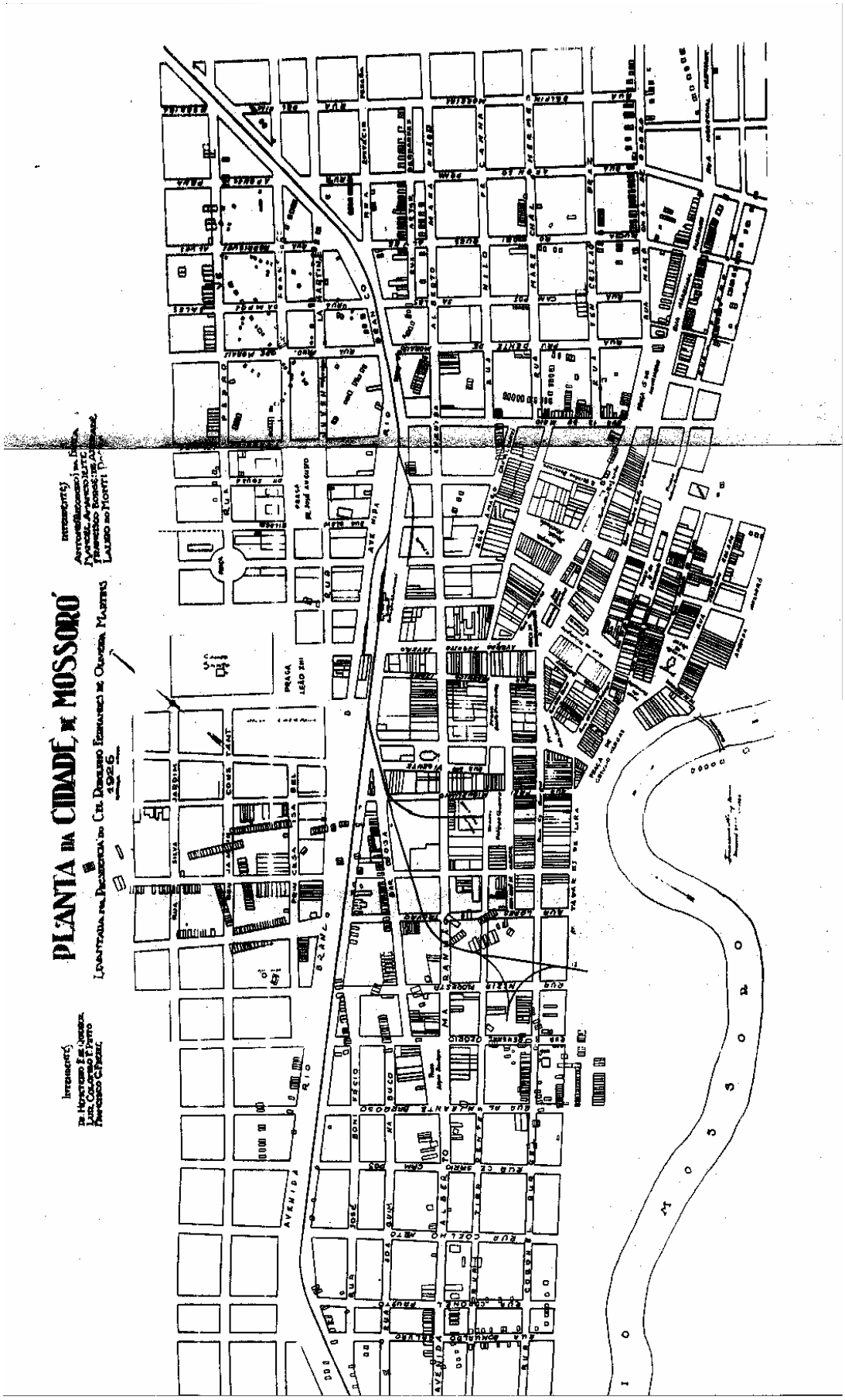

CROQUIS
DA CIDADE DE MOSSORÓ
ESCALA 1:5000
CEMITERIO
PRAÇA DO POÇO
PRAÇA MUNICIPAL
A' S. SEBASTIÃO
IGREJA
S. VICENTE
R. CAMPO SANTO
R. Dr. DIONYSIO FILGUEIRA
PRAÇA DO Pe ANT. JOAQUIM
R. CORONEL GURGEL
PRAÇA GM JAN
R. DAS OLIVEIRAS
R. DO COMMERCIO
R. DAS FLORES
PRAÇA DO GRUPO ESCOLAR
MATRIZ
R. PADRE URBANO
R. 30 DE SETEMBRO
PRAÇA DOS PERAMBUCOS
PRAÇA DA LIBERDADE
R. DOS LIBERTOS
POÇO
RIO
BARRAGEM
MOSSORÓ
CADEIA

(VERSO EM BRANCO)

ANEXO C

PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ – 1926

(VERSO EM BRANCO)


PLANTA DA CIDADE DE MOSSORÓ
1926

(VERSO EM BRANCO)

Mossoroense, sempre tive interesse pela história da minha cidade. Mas foi a formação profissional em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1997, que transformou profundamente a minha forma de ver e compreender a cidade de Mossoró. No entanto, surgiram tantas questões, que apenas uma pesquisa científica poderia tratá-las adequadamente, e o reingresso na UFRN, em 2003, através do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), foi uma necessidade pessoal que precisei cumprir, para continuar a crescer como arquiteta, urbanista e também professora do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN / UNED de Mossoró).

Aqui então, realizo o sonho de transformar uma dissertação de mestrado, concluída em Dezembro de 2006, em um livro que fará parte de uma trajetória de estudos, pesquisas e publicações que têm como universo de estudo a cidade de Mossoró.

Desejo então, uma boa leitura!

Karisa Lorena

A expansão urbana verificada em Mossoró, desde a sua formação como povoamento em 1772 até os dias atuais, se identifica com o processo de urbanização brasileiro, cujo crescimento é determinado pelo desenvolvimento capitalista.

Para sua compreensão, foi realizada uma análise histórica e conceitual, dentro de uma abordagem multidisciplinar, que conclui que a estrutura territorial de Mossoró sempre esteve profundamente articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a social e a política.

Assim sendo, o processo de urbanização da cidade de Mossoró, foi entendido como um processo de localização de suas atividades econômicas e populações dentro do Município, do Estado, da região e da própria nação brasileira.

Karisa Lorena

CEFET-RN Editora

ifuncern